



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ADRIANA LOIOLA BRUNI

O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica
da Universidade Federal da Bahia:

UMA PROPOSTA ASSERTIVA?

Salvador

2016

ADRIANA LOIOLA BRUNI

O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da
Universidade Federal da Bahia:

UMA PROPOSTA ASSERTIVA?

Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Iracy Maria de Azevedo
Alves

Salvador

2016

ADRIANA LOIOLA BRUNI

O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade Federal da Bahia:

UMA PROPOSTA ASSERTIVA?

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em 16 de maio de 2016.

Iracy Maria Alves de Azevedo – Orientadora _____
Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA
Universidade Federal da Bahia

Jean Mário Araújo Costa _____
Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA
Universidade Federal da Bahia

Maria Couto Cunha _____
Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA
Universidade Federal da Bahia

*Aos(Às) Coordenadores(as) Pedagógicos(as) do Estado da Bahia
e à Equipe Básica de Trabalho do CECOP/UFBA nas suas 3
Edições.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, que em sua infinita bondade me permitiu chegar até aqui.

À minha Família, que me incentivou, sempre, a realizar meus sonhos. Meu pai, meu herói. Minha mãe, minha referência humana e política. Minhas irmãs, Lu, Paula e Bruninha, exemplos de diversidade na nossa família. Cada uma do seu jeito é muito importante e especial para mim.

À minha filha amada Malu, pela compreensão e apoio nos momentos difíceis. Nossa! Como você cresceu. Mama te ama mais do que tudo e todos!

Ao meu esposo Bu, que em meio a tudo que vivenciei ao longo desses cinco anos sempre esteve ao meu lado com palavras sinceras e afetuosas.

À minha Voinha Edith, que nos deixou carnalmente, mas que onde estiver estará me aplaudindo de pé por essa vitória. Lhe amo para todo o sempre, Vó!

À minha Tia Mônica, meu orgulho e minha maior inspiração na carreira acadêmica e na formação para transformação social.

Às minhas amigas, Iana, Patrícia Raquel, Maitê, Maruza e Amanda, pela parceria de sempre. Nós somos dessas!!!

Aos meus alunos da Zona Rural de Mata de São João, é por vocês e para vocês que busco a melhoria da educação pública brasileira. Obrigada pelo carinho e paciência com a professora maluquinha aqui.

À EBT do CECOP 3, pela parceria ao longo desses quase dois anos juntos.

À minha Pró Iracy, pelos inúmeros aprendizados; pelas oportunidades pessoais e profissionais; pelas risadas e lágrimas quando se fizeram necessárias; pela cumplicidade e pela orientação TOP que me possibilitou. Serei eternamente grata a senhora, por tudo que vivemos juntas e tudo que levarei comigo daqui para frente. E a senhora é uma das pessoas que levarei para minha vida e da qual sentirei terei eterna Gratidão!

A todos vocês, que fizeram e fazem minha vida melhor a cada dia, meu MUITO OBRIGADA!!!

*“ Sem a curiosidade que me move, que me inquieta,
que me insere na busca, não aprendo nem ensino.”*

(Paulo Freire, 1996, p.95)

BRUNI, Adriana Loiola. O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade Federal da Bahia: uma proposta assertiva? 121 f. il. 2016. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca descrever e analisar criticamente as contribuições do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, ministrado na modalidade EaD pela Universidade Federal da Bahia, através da parceria com o Programa Nacional Escola de Gestores e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, para melhoria da qualidade da educação pública no cenário baiano. Nesse contexto e tendo como base os seguintes autores: ALMEIDA e PLACCO (2011), FELDFEBER (2006), LIBÂNEO (2010, 2012), LÜCK (2011), MIZIARA (2014), PLACCO, ALMEIDA e SOUZA (2011), SCHWARTZ (2010), SOUZA (2009) e VASCONCELLOS (2013), compreende-se que o Coordenador Pedagógico dentro das suas atribuições e relevância no espaço escolar, podem contribuir significativamente para a mudança desse panorama, atuando de forma fundamentada e democrática na escola. Objetiva-se traçar um retrato do Curso em análise, ao longo das suas 3 Edições. Como percurso metodológico, utilizaremos a análise documental tendo como estratégia a coleta de dados e a busca de diversos documentos institucionais que dialoguem com a revisão bibliográfica, portanto é uma pesquisa de base qualitativa, que incluirá a aplicação de questionários, que posteriormente serão tabulados, estudados e analisados.

Palavras-chave: CECOP, Coordenação Pedagógica, Formação Continuada, Política Educacional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AP	Assessor(a) Pedagógico(a)
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CECOP	Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CP	Coordenador(a) Pedagógico(a)
CP/C	Coordenador(a) Pedagógico(a)/Cursista
EaD	Educação a Distância
EBT	Equipe Básica de Trabalho
EDUFBa	Editores da Universidade Federal da Bahia
FACED	Faculdade de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORUMDIR	Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE-Ba	Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia
PNEG	Programa Nacional Escola de Gestores

PP	Professor(a) Pesquisador(a)
PPO	Professor(a) Pesquisador(a) Orientador(a)
PTA	Plano de Trabalho Aprovado
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCC/PV	Trabalho de Conclusão de Curso na Modalidade de Projeto Vivencial
TT	Tutor
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Articulação entre estudos e pesquisas e políticas (PLACCO, 2011, apud TEDESCO, 2012)	42
Figura 2	Panorama brasileiro segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.	52
Figura 3	Organograma do CECOP 3	61
Figura 4	A abrangência do CECOP nas suas três Edições, no Estado da Bahia.	68
Figura 5	Termos-chave (Parte I) concernentes ao Questionário de Pesquisa aplicado.	75
Figura 6	Termos-chave (Parte II) concernentes ao Questionário de Pesquisa aplicado.	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	A distribuição dos Municípios Satélite por Municípios-Polo, nas três Edições do CECOP/UFBA.	69
Gráfico 2	Faixa etária dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP/UFBA.	77
Gráfico 3	Sexo dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP/UFBA.	77
Gráfico 4	Raça/ Etnia dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP/UFBA.	78
Gráfico 5	Quanto às deficiências físicas dos Coordenadores Pedagógicos/ Cursistas, na 3ª Edição do CECOP/UFBA.	78
Gráfico 6	Quanto à função que exercem os Coordenadores Pedagógicos/ Cursistas, na 3ª Edição do CECOP/UFBA.	79
Gráfico 7	Quanto ao grau de escolaridade dos Coordenadores Pedagógicos/ Cursistas, na 3ª Edição do CECOP/UFBA.	80
Gráfico 8	Quanto à rede em que atuam os Coordenadores Pedagógicos/ Cursistas, na 3ª Edição do CECOP/UFBA.	80
Gráfico 9	Quanto ao vínculo que apresentam os Coordenadores Pedagógicos/ Cursistas, na 3ª Edição do CECOP/UFBA, junto ao(s) seu(s) locais de trabalho.	81
Gráfico 10	Quanto à motivação que levou os Coordenadores Pedagógicos/ Cursistas à 3ª Edição do CECOP/UFBA.	82
Gráfico 11	Quanto à frequência de utilização na sua atuação profissional dos conhecimentos do CECOP 3	83
Gráfico 12	Quanto à importância do CECOP 3 para o exercício profissional dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas.	84
Gráfico 13	Quanto às expectativas não cumpridas diante do desenvolvimento do CECOP 3.	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Perfil do Coordenador Pedagógico na Rede Pública de Ensino Brasileira.	29
Tabela 2	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no cenário nacional brasileiro.	51
Tabela 3	Estrutura Curricular do CECOP 3.	59
Tabela 4	Atribuições da Equipe Básica de Trabalho do CECOP 3.	62
Tabela 5	Quantidade de Coordenadores Pedagógicos e Municípios envolvidos no CECOP, na sua 1ª Edição.	67
Tabela 6	Índices de Aproveitamento do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 1ª Edição – CECOP 1 (2010-2011).	73
Tabela 7	Índices de Aproveitamento do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 2ª Edição – CECOP 2 (2012-2013).	73
Tabela 8	Índices de Aproveitamento do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 3ª Edição – CECOP 3 (2014-2015).	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. JUSTIFICATIVA	15
2. OBJETIVO GERAL	19
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
4. ABORDAGEM METODOLÓGICA	20
CAPÍTULO I – O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO	25
1. PANORAMA HISTÓRICO	25
2. AS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO	30
CAPÍTULO II – O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BAIANO	37
1. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – BAHIA	39
CAPÍTULO III – O CECOP ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL E COMO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO	46
1. O PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA/PNEG	54
CAPÍTULO IV – O CECOP/UFBA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL E COMO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO	57
1. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CECOP/UFBA	57
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO CECOP/UFBA	61
3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO ADOTADO PELO CECOP/UFBA	66
4. OS FRUTOS ALCANÇADOS COM A HISTÓRIA DO CECOP/UFBA	67
CAPÍTULO V – O RETRATO DO CECOP/UFBA 3ª EDIÇÃO NA VISÃO DOS SUJEITOS QUE DELA PARTICIPARAM	75

1. O PERFIL DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS/ CURSISTAS DO CECOP, NA SUA 3ª EDIÇÃO	76
2. O QUE NOS REVELARAM OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS/CURSISTAS DO CECOP, NA SUA 3ª EDIÇÃO	81
3. O QUE NOS REVELARAM OS PROFESSORES PESQUISADORES DO CECOP, NA SUA 3ª EDIÇÃO	89
4. O QUE NOS REVELARAM OS PROFESSORES PESQUISADORES ORIENTADORES DE TCCs/PV DO CECOP, NA SUA 3ª EDIÇÃO.....	91
5. O QUE NOS REVELARAM OS TUTORES DO CECOP, NA SUA 3ª EDIÇÃO.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	101

ANEXOS

ANEXO 1 – Mapa com a abrangência do CECOP 1

ANEXO 2 – Mapa com a abrangência do CECOP 2

ANEXO 3 – Mapa com a abrangência do CECOP 3

ANEXO 4 – Mapa com a abrangência do CECOP no Estado da Bahia

ANEXO 5 – Quadro Demonstrativo dos Municípios do Estado da Bahia contemplados no CECOP 3

ANEXO 6 - Quadro Demonstrativo do quantitativo de Coordenadores(as) Pedagógicos(as)/Cursistas do Estado da Bahia contemplados no CECOP 3

ANEXO 7 – Ementas dos Componentes Curriculares do CECOP 3

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Questionário aplicado aos egressos do CECOP/UFBA

INTRODUÇÃO

A Formação Continuada dos Profissionais da Educação e o papel da Coordenação Pedagógica frente a esse processo tem sido alvo de algumas, mas relevantes, pesquisas nessas áreas de conhecimento. Entretanto, faz-se necessária uma análise mais aprofundada a respeito de como se dá a Formação Continuada dos Coordenadores Pedagógicos, Profissionais que vêm atuando na área da Coordenação Pedagógica em Unidades Escolares de Municípios do Estado da Bahia, especialmente naqueles que demandam prioridade de atendimento com Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEBs abaixo da média nacional estabelecida.

Na presente pesquisa, procuro estudar a Formação Continuada e em Serviço dos Coordenadores Pedagógicos, através de uma análise crítica do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica - CECOP, vinculado ao Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública desenvolvido sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia ao longo das suas três Edições. Para tanto, considero ser imprescindível, analisar de que forma a legislação vigente, através das seguintes leis: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 4.024/61, Lei nº 5.692/71 e Lei nº 9.394/96, revelam a evolução do perfil e atribuições desses profissionais.

A minha experiência em trabalhos anteriores sobre o tema, principalmente, durante a realização do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica tanto como Cursista quanto como Gestora Pedagógica, Integrante da Equipe Básica de Trabalho, ao longo da 3ª Edição do CECOP legitimou o Trabalho de Conclusão de Curso que ora apresento.

Para a sua construção recorri aos teóricos que são referências dos recentes estudos na área da Coordenação Pedagógica, da sua formação e dos desafios e possibilidades que os sujeitos dessa área vêm experienciando no ambiente escolar contemporâneo. Sendo os de maior recorrência: ALMEIDA e PLACCO

(2011), FELDFEBER (2006), LIBÂNEO (2010, 2012), LÜCK (2011), MIZIARA (2014), PLACCO, ALMEIDA e SOUZA (2011), SCHWARTZ (2010), SOUZA (2009) e VASCONCELLOS (2013).

Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa. Nela tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual. Aproveita para tornar ainda mais conscientes e articuladas suas intenções e, desse modo, vendo como outros procederam em suas pesquisas, vislumbrar sua própria maneira de fazê-lo. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.113)

O estudo mencionado, baseado na exploração do percurso estabelecido pelo CECOP frente ao objetivo primaz de formação a nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Educação a Distância - EaD dos Coordenadores Pedagógicos do Estado da Bahia, revelou através do olhar dos profissionais que fizeram e viveram o referido Curso: dos egressos, dos Professores Pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento dos Componentes Curriculares, dos Professores Pesquisadores Orientadores dos TCCs/PV responsáveis pelo acompanhamento do processo de produção dos mesmos, dos Tutores, e também da análise documental sobre os aspectos técnicos (projetos, relatórios, resultados e instrumentos) e teóricos (concepções e valores) trabalhados no Curso em questão.

1. JUSTIFICATIVA

Compreender a evolução desse sujeito formador, transformador e articulador no cenário educacional brasileiro requer o delineamento histórico dessa profissão, já que a figura do Coordenador Pedagógico foi sendo construída com base no contexto em que este profissional esteve inserido.

Apesar de termos os primeiros registros desta função no Brasil no período jesuítico, apenas a partir da década de 70 do século XX, através da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 5.692/71), é que o especialista em educação passa a ganhar espaço no cenário nacional.

Segundo Urban (1985):

Sabe-se que a Supervisão Educacional no Brasil foi criada num contexto de ditadura. A Lei nº. 5692/71 a instituiu como serviço específico da Escola de 1º e 2º Graus (embora já existisse anteriormente). Sua função era, então, predominantemente tecnicista e controladora e, de certa forma, correspondia à militarização Escolar. No contexto da Doutrina de Segurança Nacional adotada em 1967 e no espírito do AI-5 (Ato Institucional nº 5) de 1968, foi feita a reforma universitária. Nela situa-se a reformulação do Curso de Pedagogia. O mesmo prepara, desde então, "generalistas", com o título de especialistas da educação, mas pouco prepara para a prática da educação. (URBAN, 1985 apud VASCONCELLOS, 2013, p.5)

Na década de 1980, ocorreu uma fase de transição importante entre o que era conhecido como Supervisor Pedagógico, com funções ainda muito ligadas ao período ditatorial que o Brasil vivenciara com a presença do Inspetor que no espaço escolar era ainda muito forte.

Na década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), onde se legitimou tal função, superando a visão tecnicista, burocrática e de controle, emergiu um latente campo formativo para esses profissionais. Assim os Coordenadores Pedagógicos passaram a ser alvo de Políticas Públicas Educacionais Nacionais, dentre elas o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, no qual está incluído o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica - CECOP.

Desenvolvido em parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES do Brasil, o CECOP tem contribuído significativamente para a formação desses profissionais da educação que assumem funções primordiais para efetivação de um espaço escolar democrático, participativo e significativo junto à comunidade escolar e ao contexto em que estão inseridos. Assim,

o Curso é operado numa estrutura descentralizada, sob responsabilidade de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que integram os estados federados do país, sob a

coordenação da SEB/MEC e em colaboração com a Secretaria de Educação a Distância (SEED) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).¹

Na Universidade Federal da Bahia, o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica já foi realizado em três edições na modalidade *Lato Sensu* e a Distância com uma tradição de pouca evasão e reprovação o que, em regra geral, destoa da lógica de cursos oferecidos, principalmente, na última modalidade referida, que amargam altos índices de evasão e reprovação.

É importante grifar que, no cenário da educação brasileira, as propostas de EaD e a utilização de Plataformas Virtuais de Aprendizagem ainda se configuram como estratégias distantes e pouco interativas, que culminam em propostas educacionais desestimulantes e com baixa produtividade e proficiência. Entre as causas de evasão do Projeto/Curso em questão, oferecido em sua 3ª Edição, podemos destacar a falta de adaptabilidade dos(as) Coordenadores(as) Pedagógicos(as), público alvo do Curso, que buscaram esta modalidade de ensino como um recurso para a sua formação.

Este Curso, em todas as outras Edições, foi avaliado como um curso de referência no cenário nacional, por sua qualidade e seus resultados a níveis estatísticos. Necessário de faz ressaltar que tais resultados foram fruto da sua proposta teórico-metodológica, fundamentada numa filosofia interacionista/dialógica, que tomou como base o reconhecimento da importância do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) na melhoria da qualidade do ensino do nosso país. De fato, é sabido, que o Coordenador Pedagógico, sendo um membro da equipe gestora da escola, desenvolve o importante papel de articulador e integrador dos processos educativos. A sua atuação e o seu trabalho contribuem, de maneira significativa, para que se realize, no interior dos diversos órgãos Centrais das Unidades Escolares, um ambiente educativo capaz de promover o desenvolvimento da aprendizagem, do conhecimento, do trabalho coletivo e interdisciplinar, da ética e da cidadania, na perspectiva de uma educação e de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

¹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/cursos?id=14670>

Evidenciou-se, no decorrer da realização de todas as três Edições, o quanto esse profissional vem sendo importante, tanto para aqueles que estão envolvidos diretamente com ele, como também, para aqueles que com ele convivem indiretamente, já que o(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) vem contribuindo para o avanço da construção do conhecimento na escola, além de vir assumindo um papel decisivo no processamento e na legitimação do que hoje vem sendo buscado no cenário educacional brasileiro: a democratização de oportunidades.

Portanto, todo o processo formativo dos Projetos/Curso foi definido a partir da interatividade, interpretação dos fenômenos educativos, com ênfase na reflexão sobre a ação/práxis pedagógica do(a) referido(a) Profissional e na realidade da Educação Básica Brasileira com o objetivo de eleger os elementos estruturantes do seu Planejamento Técnico-Pedagógico como: os conteúdos a serem trabalhados, o procedimento metodológico a ser utilizado no desenvolvimento do mesmo, assim como a escolha do sistema de avaliação a ser adotado e do material didático a ser aplicado. Ressalta-se que a definição dos conteúdos e a escolha do material didático, foram fundamentadas nos teóricos que sustentam a ação do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) e suas implicações, enquanto, o procedimento metodológico e o sistema de avaliação foram estabelecidos a partir da adequação dos recursos tecnológicos disponíveis, suas interfaces e suas possibilidades de interação numa perspectiva de EaD.

Enfim, todas as atividades previstas para o desenvolvimento do Curso, nas suas três Edições, tiveram como objetivo precípuo promover discussões e análises críticas que contribuíssem para o seu aperfeiçoamento no decorrer do seu desenvolvimento ou quando da sua conclusão. Por tudo isso, saliento que o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica - CECOP, objeto do nosso trabalho, vem se consubstanciando em um importante recurso para a melhoria da qualidade do ensino no Estado da Bahia, uma vez que, por meio da formação continuada e em serviço, vem capacitando e atualizando não só os profissionais certificados, como, ainda, aqueles(as) que, embora atuem na área da Coordenação Pedagógica, não têm a formação para tal, nem a

certificação e/ou a legitimação para desempenhar esse papel, fazendo-se necessário buscar em Cursos de Formação de Educadores, como este, na modalidade da EaD, um espaço que os configure como instâncias de produção de conhecimentos, voltando especial atenção para uma conquista substancial no campo da Coordenação Pedagógica.

É, pois, com o objetivo de referendar, ou não, tal articulação foi que me propus a realizar o trabalho que ora apresento com vistas a responder ao seguinte questionamento: ***O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade Federal da Bahia, verdadeiramente, contribuiu para a Formação Continuada dos Coordenadores Pedagógicos do Estado da Bahia ao longo das suas 3 Edições, de maneira assertiva?***

Para tanto, ao analisar os percursos e resultados do referido Curso nas suas três Edições e percebendo a similaridade entre seus resultados, defini utilizar a 3ª Edição como ambiência da minha pesquisa, estabelecendo como objetivos:

2. OBJETIVO GERAL

- Analisar criticamente até que ponto o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica pode e deve ter sua continuidade validada, quer seja como Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, quer seja como Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* à luz da visão daqueles(as) Profissionais que dele participaram.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar as três Edições do CECOP no estado da Bahia;
- Definir as contribuições do Curso na sua 3ª Edição, a partir da visão daqueles que fizeram e viveram o mesmo (Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, Professores Pesquisadores, Professores Pesquisadores Orientadores de TCCs/PV e Tutores);

- Confrontar as informações coletadas articulando-as com o que vem sendo divulgado nas áreas de conhecimento das Políticas Educacionais de Formação Continuada e em Serviço e na da área da Coordenação Pedagógica.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Assunto tão complexo e abrangente requereu sucessivas e diferenciadas aproximações que possibilitassem um maior nível de profundidade da pesquisadora na análise dos múltiplos aspectos que compõem a temática em questão. Por esse motivo e compreendendo as peculiaridades das pesquisas na área da Educação, em especial, aquelas que tratam das Políticas Educacionais Nacionais para a Formação Continuada e em Serviço de Coordenadores Pedagógicos foi que optei em adotar mais de uma abordagem metodológica: a Revisão Bibliográfica e a Revisão Documental, a Pesquisa de Campo e a Pesquisa Ação, objetivando não só perceber o fenômeno, como também desvendar algumas teorizações possíveis de serem realizadas e ou recuperadas, desnudando a complexidade e a abrangência do tema.

O uso da abordagem metodológica envolvendo a Revisão Bibliográfica e a Revisão Documental teve como pretensão explorar o tema escolhido acentuando o seu aspecto teórico, no trabalhar concepções, valores, e princípios, favorecendo o alcance do objetivo da pesquisa. A intenção, portanto, foi fazer uma análise do objeto, através da utilização de fontes de informações diversificadas, contemplando as suas múltiplas dimensões.

A opção pela Revisão Bibliográfica sustenta-se no fato de que todo trabalho de pesquisa deve se fundamentar em circunstâncias teóricas sólidas. Segundo Gil (2011), “qualquer que seja a pesquisa, a necessidade de consultar o material publicado é imperativa” (GIL, 2011 apud ALVES, 2007, p. 22), enquanto que a opção pela Revisão Documental sustentou-se na posição de Ludke e André (1986), as quais definem que esta abordagem de pesquisa “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de dados qualitativos pela possibilidade de

desvelar aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 1986 apud ALVES, 2007, p. 22).

Já a Pesquisa de Campo teve como propósito demonstrar tendências predominantes e destacar as divergências e as proporções existentes entre desigualdades. Para tanto, foi aplicado um Questionário Virtual (vide modelo em apêndice) junto a alguns dos sujeitos que fizeram e viveram o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, objeto de estudo deste trabalho, objetivando identificar a visão desses sujeitos em relação aos aspectos próprios do Curso em questão, relacionados às duas áreas de conhecimento que estiveram a subsidiar a realização do trabalho. A Pesquisa de Campo propriamente dita

"não deve ser confundida com a simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado" (Trujillo, 1982, p.229 apud MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 186).

Quanto à adoção da Pesquisa Ação, tal escolha deveu-se não só à necessidade de dar atenção às novas informações que pudessem emergir da interação estabelecida entre a pesquisadora e as áreas de conhecimento estudadas, como, também, a de utilizar a proposta metodológica exigida no Curso em pauta

(...) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (Thiollent, 1985, p.16)

Além das duas questões apontadas, a utilização dessa abordagem metodológica fundamenta-se no fato de ter estabelecido uma intrínseca relação com o Curso em análise, tanto como Integrante da Equipe Básica de Trabalho do mesmo como atuando na condição de Cursista, experiência que me permitiu um olhar crítico-reflexivo sobre o processo formativo vivenciado, o que se

revela a partir da delimitação do tema e do problema de pesquisa, bem como, ao longo da minha escrita.

Necessário se faz relacionar os documentos analisados quando da realização da Pesquisa: os PTAs do referido Curso, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública e os Relatórios Parciais e Finais nas três Edições enviados à SEB/MEC, a Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBENS: Lei nº 4.024/61, Lei nº 5.692/71 e Lei nº 9.394/96 sendo esta última a que estabelece a importância da Formação Continuada e em Serviço dos Profissionais da Educação.

Tais documentos se revelaram primordiais para compreensão do percurso do CECOP/UFBA, frente à tarefa de formação dos coordenadores pedagógicos, de relevância reconhecida no processo de qualificação da educação, sobretudo os do Sistema de Ensino Público. Sua evolução, adaptação e reorganização ao longo das três edições, demonstram sua organicidade e o quão vivo este se revela para novas oportunidades de aplicação.

Durante todo o processo de investigação, procedi à análise de literatura pertinente ao tema, dando ênfase aos autores que lideram o pensamento na área da Formação Continuada e em Serviço e na da Coordenação Pedagógica. Tomei como referência, documentos diversos, tais como leis, livros, artigos, dissertações, teses, impressos e de fontes eletrônicas que oferecessem informações a respeito do referido objeto de estudo nas duas áreas de conhecimento, visando que tal percurso metodológico delineasse o movimento científico e crítico-reflexivo desenvolvido ao longo desta pesquisa.

Para tanto, conforme explicitado, utilizei-me não somente de técnicas, mas também, de estratégias consideradas mais pertinentes para realização de uma pesquisa que contribuísse não apenas com o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, como também para a realização de pesquisas futuras, nas quais os sujeitos participantes de um processo formativo como o que me propus a estudar, fossem eles Gestores Educacionais, coordenadores pedagógicos, pudessem ser percebidos e reconhecidos como protagonistas do processo formativo do qual fazem parte.

Busquei como primazia a adoção de uma postura ética em todas as etapas da realização da pesquisa, desde a sua formulação à sua efetivação, análise dos dados e divulgação dos mesmos. Para o trabalho com os protagonistas do Curso, objeto de estudo deste trabalho, utilizei-me de um Questionário Virtual uma vez que, conforme já esclarecido, o Curso em análise foi desenvolvido na modalidade *Lato Sensu* a Distância, onde os sujeitos de uma das categorias, no caso, os egressos, encontram-se distribuídos por diversos Municípios do Estado da Bahia envolvidos no Curso, na 3ª Edição do Curso.

Com o objetivo de trabalhar uma amostra relevante de participantes, realizei realizados estudos a partir dos quais conclui por um percentual de 10% do total de cada categoria dos sujeitos de participantes da 3ª Edição do CECOP. Dentre eles, 48 (quarenta e oito) Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, 02 (dois) Professores Pesquisadores, 05 (cinco) Professores Pesquisadores Orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de Projeto Vivencial - TCC/PV e 02 (dois) Tutores.

Os dados colhidos por meio do citado Questionário Virtual viabilizaram a caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa, sua formação inicial e ao longo do Curso, as contribuições trazidas pelo Curso para sua atuação no ambiente escolar, bem como as suas expectativas futuras com relação à continuidade na sua formação dentro desta mesma área da Coordenação Pedagógica.

Em suma, o percurso metodológico ora descrito, buscou através da aplicação do Questionário uma percepção mais fidedigna no que se refere à realização, ao desenvolvimento e à avaliação do Curso, corroborando para traçar um panorama das suas 3 Edições com um enfoque na 3ª Edição.

Esta Monografia conta com quatro Capítulos, além desta Introdução. O Capítulo 1 versa sobre a importância do papel do Coordenador(a) Pedagógico(a) no cenário educacional brasileiro. O Capítulo 2 traz as Políticas Educacionais Brasileiras e o CECOP/UFBA. A importância da Formação Continuada e em Serviço, em especial, a dos Coordenadores Pedagógicos e o papel do CECOP frente a tal demanda é o tema do Capítulo 3. E no quarto e

último Capítulo traça um retrato do CECOP, na sua 3ª Edição, junto à Universidade Federal da Bahia.

Com as Considerações Finais, fruto dos resultados obtidos com esta pesquisa, pretendi evidenciar os principais pontos revelados, quando no desenvolvimento da mesma, favorecendo a que estes possam subsidiar a continuidade de processos de Formação Continuada e em Serviço, dos Coordenadores Pedagógicos do Estado da Bahia nas modalidades da Educação a Distância, *Lato Sensu e/ou Stricto Sensu*.

CAPÍTULO I - O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Este Capítulo apresenta uma retrospectiva histórica acerca do Coordenador Pedagógico enquanto profissional da Educação, diante das diferentes nomenclaturas aferidas à sua figura em cada época: desde a de Inspetor Escolar, Supervisor Educacional até a de Coordenador Pedagógico. Pretendo com essa proposta contribuir para o delineamento das atribuições desse profissional dentro do ambiente educativo em prol de uma educação pública de qualidade.

1. PANORAMA HISTÓRICO

A figura do Coordenador Pedagógico começa a existir no Brasil desde o período Jesuítico, com atuação na *Ratio Studiorum*(1599). Na década de 1970 do Século XX, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, no Título VIII, da Orientação Educativa e da Inspeção passa a ser exigida desse profissional uma formação mais específica.

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário.

Art. 65. O inspetor de ensino, escolhido por concurso público de títulos e provas deve possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados de preferência no exercício de funções de magistério de auxiliar de

administração escolar ou na direção de estabelecimento de ensino. (BRASIL, 1961)²

A referida Lei, estabelece um cenário de militarização escolar, durante o governo de João Goulart, próprio do contexto da época, onde o Brasil via na figura desse profissional um verdadeiro Inspetor aquele que garante a ordem dentro do ambiente escolar, assumindo uma função controladora.

Em 01 de abril de 1964, por conta da postura populista de João Goulart, e do crescimento do comunismo no cenário mundial, com o apoio dos Estados Unidos da América, os militares deram o golpe de estado, assumindo o governo Brasileiro o Marechal Castelo Branco, que através dos Atos Institucionais – AI, instituiu a censura, suspensão dos direitos constitucionais e a repressão veemente aos que se declarassem contrários ao regime militar cabendo, ao então Coordenador Pedagógico, assumir uma postura rígida de controle tanto junto aos educadores como junto aos educandos.

Foi nesse contexto que ocorreu a promulgação da Lei nº 5.692/71, que estabelecia, no Capítulo V, dos Professores e Especialistas, Art. 33 que

A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.³ (BRASIL, 1971)

Esse marco legal foi o divisor de águas para a profissionalização do Coordenador Pedagógico no Brasil, que passou a responder pelo trabalho realizado pelos professores no ambiente escolar. Ele sai de uma posição de controle para a de técnico.

A introdução da Supervisão Educacional traz para o interior da escola a divisão social do trabalho, ou seja, a divisão entre os que pensam, decidem, mandam (e se apropriam dos frutos), e os que executam; até então, o professor era, em muito maior medida, o ator e autor de

² Disponível na íntegra em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm, acesso em 20 de março de 2016.

³ Disponível na íntegra em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71#art-33>, acesso em 20 de março de 2016.

suas aulas, e a partir disto passa a ser expropriado de seu saber, colocando-se entre ele o seu trabalho a figura do técnico. (VASCONCELLOS, 2013, p.86)

Com a divisão social do trabalho, se estabelece no espaço escolar, num outro contexto, uma nova concepção de relação de poder. Uma vez que é o Coordenador Pedagógico

[...] quem num espírito de parceria e coletividade, conduz o processo, participa, discute, ouve, orienta, propõe, informa, assume e partilha responsabilidades com professores, indica ações, enfim, exerce uma posição natural de liderança e autoridade. (PLACOO apud GEGLIO, 2003, p.118)

Entretanto, tal postura só é possível diante do estabelecimento de uma gestão democrática, participativa, voltada para a autonomia dos indivíduos e Profissionais de Educação. Prerrogativa legitimada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no inciso VI do seu Artigo 206, junto a outras prerrogativas de igual teor.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#))

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#))

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988).

Mais recentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação, aprovado e sancionado em janeiro de 2001 através da Lei nº 10.172, assumem e consolidam o princípio da gestão democrática.

Gestão democrática é aqui compreendida como um processo político no qual as pessoas que atuam na escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da escola na busca da solução dos problemas nela existentes. (SOUZA, 2009, p.125)

Dentro desse contexto de atualizações/reflexões sobre as concepções voltadas à gestão democrática e a própria concepção do *ser* Coordenador Pedagógico, uma importante atribuição é vinculada a este profissional, revelando-se primordial, em nossa percepção: a de ser um articulador, como nos lembra Alarcão (2009). O Coordenador Pedagógico

[...] não é aquele que faz, nem é aquele que manda fazer; é a pessoa que cria condições para que os professores pensem e ajam e façam isso de forma colaborativa, de uma forma crítica, indagadores, portanto, com um espírito de investigação que é hoje absolutamente necessário. (ALARCÃO, 2009, p.120)

Com o poder de articular os trabalhos realizados pelos sujeitos dentro do ambiente escolar, o Coordenador Pedagógico contribui significativamente para o fortalecimento e integração das ações escolares, sendo um contraponto com relação a uma proposta de educação fragmentada.

Nenhum educador vai conseguir dar conta de suas tarefas sozinho. Para realizá-las é importante contar com o apoio de um coletivo forte e solidário. Mas para poder contar com o apoio de um grupo desse tipo, é preciso empenhar-se em construí-lo cotidianamente: a força de um coletivo vem do envolvimento de cada um, articulada, neste caso, pelo coordenador pedagógico. [...] Para a superação das necessidades cotidianas da escola, se exige um trabalho coletivo, que, por sua vez, exige a presença e a atuação de um articulador dos processos educativos que ali se dão. Esse articulador precisa agir nos espaços-tempos diferenciados, seja para o desenvolvimento de propostas curriculares, seja para o atendimento a professores, alunos e pais, nas variadas

combinações que cada escola comporta. (ALMEIDA E PLACCO, 2011, p.18)

Ainda com base no que determina a Lei nº 9.394/96, a atual LDBEN, se estabeleceu que os Coordenadores Pedagógicos deveriam receber formação específica para determinada área de atuação. Em consonância com essa legislação, a Secretaria da Educação Básica do Ministério de Educação, através do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública cria o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, junto as Instituições de Ensino Superior objetivando a Formação Continuada e em Serviço desses profissionais de Educação. Segundo Alarcão (2009),

[...] quando trabalhamos com os professores, queremos, através dele, chegar aos alunos. Queremos que a educação seja melhor. Passa-se pelos professores, mas tem-se em mente que o objectivo último é a qualidade da educação. (ALARCÃO, 2009, p.120)

Na Tabela 01, a seguir, é traçado o perfil do Coordenador Pedagógico na Rede Pública de Ensino Brasileira, de acordo com a Pesquisadora Vera Maria Nigro de Souza Placco, Coordenadora do estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas no ano de 2010, com o objetivo de levantar características, percepções e opiniões dos Coordenadores Pedagógicos brasileiros para, além de prover um retrato desse profissional e uma investigação da sua relação com a Educação, delinear o seu perfil enquanto Profissional de Educação da referida Rede.

Tabela 01 – Perfil do Coordenador Pedagógico na Rede Pública de Ensino Brasileira.

Coordenadores tem cerca de 7 anos de experiência, e 4 anos na escola atual. Mas 46% estão há menos de dois anos na escola atual;
A formação deles se deu na rede pública até o Ensino Médio. A partir da graduação, divide um pouco mais: 40% graduaram-se em escola privada. Pedagogia predomina, e em seguida Letras;
70% fez pós-graduação, mas Mestrado e Doutorado aparecem muito pouco;
São unânimes em dizer que a formação universitária foi boa, mas nem tanto quando perguntados se ela preparou para a Coordenação; sobretudo no Ensino Infantil e na Região Sudeste (1/4 acham que não);
Coordenadores participam com intensidade de cursos de formação: 6,3 cursos em média; no Ensino Médio

menos coordenadores já frequentaram esses cursos;
Eles se atualizam lendo livros, revistas, sites e participando de palestras de Educação. Assuntos de interesse geral não aparecem como forma de atualização e aperfeiçoamento para o trabalho;
Coordenadores creditam à Secretaria da Educação a função de formá-los e atualizá-los, mas na prática quase 40% vai atrás disso por conta própria.

Fonte: Configuração dada pela Pesquisadora a partir de dados coletados em: <http://www.fvc.org.br/pdf/coordenador-relatorio.pdf>.

2. AS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Considerando a importância da Coordenação Pedagógica para a melhoria do ensino no contexto educacional brasileiro, que Libâneo (2015) sintetiza suas principais atribuições, afirmando ser da responsabilidade dessa área “planejar, coordenar, gerir, acompanhar e avaliar todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, visando atingir níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens dos alunos.” (LIBÂNEO, 2015, p. 109), associando a isso, “a viabilização, integração e articulação, do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade de ensino” (p.180).

Além de elencar as principais atribuições dos Coordenadores Pedagógicos Libâneo (2015), também elenca as atribuições específicas desses Profissionais, de acordo com a relação a seguir.

- 1) Coordenar e gerir a elaboração de diagnósticos, estudos e discussões para a elaboração do projeto pedagógico-curricular e de outros planos projetos da escola.
- 2) Assegurar a unidade de ação pedagógica da escola, propondo orientações e ações de desenvolvimento do currículo e do ensino e gerindo as atividades curriculares e de ensino, tendo em vista a aprendizagem dos alunos.
- 3) Prestar assistência didático-pedagógica direta aos professores, através de observação de aulas, entrevistas, reuniões de trabalho e outros meios [...].
- 4) Assegurar, no âmbito da coordenação pedagógica, em conjunto com os professores, a articulação da gestão e organização da escola, mediante:

- Exercício de liderança democrático-participativa.
 - Criação e desenvolvimento de clima de trabalho cooperativo e solidário entre os membros da equipe.
 - Identificação de soluções técnicas e organizacionais para gestão das relações interpessoais, inclusive na mediação de conflitos que envolvam professores, alunos e outros agentes da escola.
- 5) Propor e coordenar atividades de formação continuada e de desenvolvimento profissional dos professores, visando aprimoramento profissional em conteúdos e metodologias e oportunidades de troca de experiências e cooperação entre os docentes. (LIBÂNEO, 2015, p.181-183)

À luz do que traz Vasconcellos(2013), é preciso lembrar que antes de mais nada,

[...] a coordenação é exercida por um educador, e como tal deve estar no combate a tudo aquilo que desumaniza a escola: a reprodução da ideologia dominante, o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente (repetência ou aprovação sem apropriação do saber), a discriminação social na e através da escola, etc. (VASCONCELLOS, 2013, p.87)

Em consonância com a legislação em vigor e com os autores citados, o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade Federal da Bahia forneceu em suas três Edições um aporte teórico-metodológico que embasou, fortaleceu e contribuiu com a Formação dos Coordenadores Pedagógicos no uso adequado das suas atribuições visando a transformação qualitativa e democrática do contexto educacional em que estão inseridos.

O coordenador, ao mesmo tempo em que acolhe e engendra, deve ser questionador, desequilibrador, provocador, animando e disponibilizando subsídios que permitam o crescimento do grupo; tem, portanto, um papel importante na formação dos educadores, ajudando a elevar o nível de consciência (cf. Freire,1980), passagem do “senso comum à consciência filosófica” (cf. Saviani, 1983), ou criação de um novo patamar para o senso comum (cf. Boaventura Santos, 1995:45). (FREIRE, 1980; SAVIANI, 1993 apud VASCONCELLOS, 2013, p.89)

Em 2012 contando com a parceria da Organização Não Governamental AVANTE⁴ a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esportes e Lazer do Município de Salvador, no Estado da Bahia, disponibilizou o material intitulado “Coordenador pedagógico: caminhos, desafios e aprendizagens para a prática educativa”. Nesta produção, são demarcadas as três principais atribuições do referido profissional e do serviço sob a sua responsabilidade: a de articulador, a de formador e a de transformador.

A Coordenação Pedagógica no papel de Articuladora,

[...] implica estruturar um ambiente colaborativo, pautado em relações interpessoais éticas, promovendo espaços de diálogo e reflexão da prática pedagógica. Assim, a ação educativa precisa ser planejada, articulada com os participantes da unidade escolar, sendo o coordenador pedagógico um dos elementos de ligação fundamental, por meio de estratégias interativas de trabalho, em momentos de estudos, proposições, reflexões e ações. (SALVADOR, 2012. p. 30)

A Coordenação Pedagógica no papel de Formadora,

[...] está pautada na formação contínua dos professores, e, quando relevante e possível, dos demais profissionais da instituição, devendo estar aberta aos saberes adquiridos no cotidiano, que precisam ser refletidos e incorporados na prática pedagógica. (SALVADOR, 2012. p. 32)

A Coordenação Pedagógica como Transformadora é percebida como

[...] um dos agentes de transformação da prática pedagógica, o coordenador pedagógico precisa estar aberto a transformar-se continuamente, reconhecendo a sua própria necessidade de formação. Transformação é aqui entendida como atitude de abertura para a mudança, para novas aprendizagens. Portanto, para ser um agente transformador, o coordenador deve ter, em primeira instância, disposição pessoal para colaborar com a constituição de um ambiente escolar favorável às mudanças. Por outro lado, para que ocorram de modo significativo é preciso que, pelo menos, parte dos sujeitos da comunidade educativa esteja envolvida nestes

⁴A Avante – Educação e Mobilização Social é uma organização não governamental fundada em 1991 e sediada em Salvador/BA, que tem como missão contribuir para a formação do cidadão, com a educação e com o desenvolvimento de tecnologias de intervenção social, visando à garantia dos direitos sociais básicos e o fortalecimento da sociedade civil. Disponível em: www.avante.org.br.

processos de transformação. Isso requer acolhimento e respeito às diferenças, aos saberes, crenças e práticas dos professores para articular espaços de reflexão que possam mobilizar as mudanças. (SALVADOR, 2012, p.32)

Conforme se observa, o Coordenador Pedagógico, como agente formador, tem a responsabilidade diante da formação contínua dos Professores, sob sua responsabilidade, e quando possível, dos demais profissionais da instituição possibilitar, junto com estes, que a escola esteja “[...] aberta aos saberes adquiridos no cotidiano, que precisam ser refletidos e incorporados na prática pedagógica” (SALVADOR, 2012, p. 32). Necessitando assim, estar, ele, igualmente aberto às formações.

Apesar do que está sendo revelado sobre o papel do Coordenador Pedagógico este profissional de Educação ainda não tem internalizado na sua própria construção identitária, como nos revela Franco (2008) em sua pesquisa sobre o tema, o qual nos aponta que na visão de Bartman (1998)

[...] o coordenador não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é o seu grupo de professores e quais as suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar. Ou só critica, e não instrumentaliza. Ou só cobra, mas não orienta. O coordenador enfrenta o desafio de construir seu novo perfil profissional e delimitar seu espaço de atuação, porém precisa resgatar sua identidade e consolidar um trabalho que vai muito além da dimensão pedagógica, “possui caráter mediador junto aos demais educadores, atuando com todos os protagonistas da escola no resgate de uma ação mais efetiva e de uma educação de qualidade nas escolas”. (BARTMAN, 1998, apud LIMA & SANTOS, 2007, p.82, apud FRANCO, 2008)

Reforçando tal posição, contudo se colocando numa dimensão bem mais ampla no que se refere à importância da identidade de um profissional é que Nóvoa (1995) aponta que

A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão (NÓVOA, 1995, p. 16)

Buscando fortalecer o Coordenador Pedagógico a assumir suas reais atribuições na construção da sua identidade profissional e, por conseguinte, na melhoria significativa da qualidade do ensino no contexto da educação brasileira é que as políticas públicas, incluindo a importância desse Profissional no referido contexto, ganham espaço nos planos de governo. Importante se faz salientar que tal área, na década de 1980, sofreu significativamente com o processo de ampliação de vagas nas escolas públicas, já que este não foi acompanhado de um investimento igualmente ampliado, resultando no sucateamento do setor, na deficiência formativa de muitos profissionais e na desvalorização de sua própria carreira.

Libâneo (2010) coopera ao trazer as contribuições de Paro (1986) sobre a desqualificação da Educação Básica, e a influência decisória do Estado para a desvalorização econômica e social das profissões inclusas nessa área, pois,

[...] na medida em que não interessava à classe detentora do poder político e econômico [...] mais do que um ensino de baixíssima qualidade, o Estado [...] passou a dar cada vez menor importância à educação pública, endereçando para aí recursos progressivamente mais insuficientes e descuidando cada vez mais das condições em que se realizava o ensino de massa. Tudo isso gerou a multiplicação de classes superlotadas, recursos didáticos precários e insuficientes, precaríssima qualificação profissional e baixíssima remuneração do professor e do pessoal da escola em geral (PARO, 1986, p.131 apud LIBÂNEO, 2010, p. 186).

O referido autor ainda revela que para agir na contramão desse quadro e se obter uma maior qualidade de ensino, precisava-se de um investimento na educação, principalmente no que tange à profissionalização, incluindo, neste cenário, a Formação Inicial e Continuada em Serviço, salários dignos e os Planos de Carreira. Acreditando que

A revisão dos salários precisa ser acompanhada de programas de aperfeiçoamento profissional, conjugando o reforço nos conteúdos com o desenvolvimento de capacidade de reflexão sobre a prática na prática e novas metodologias de avaliação. (LIBÂNEO, 2010, p.202)

Por um lado, tem-se a dimensão daquilo que mais diretamente se liga aos atos educativos, que incidem sobre as práticas pedagógicas, seus problemas e

resultados escolares. Esta é a dimensão que compreende os processos de ensinar e de aprender, a interação professor/aluno, as formas de tratamento pedagógico dadas aos conhecimentos e ao seu processo de socialização, conforme os diferentes campos do saber, metodologias específicas, concepções de aprendizagem, planejamento e avaliação.

Por outro lado, tem-se a dimensão que envolve as relações interindividuais, profissionais e pessoais, que, no cotidiano escolar, são estabelecidas pelos indivíduos entre si e que são, estruturantes do fazer pedagógico na medida em que articulam e integram saberes, práticas, visão de mundo e de sociedade. Essa é uma dimensão de caráter político, social, econômico e cultural que engendra a ideia da educação como um bem público e do ato educativo como uma prática social que se dá em contextos de heterogeneidade e pluralidade cultural.

Certamente, tal consideração conduz a uma preocupação dos Coordenadores Pedagógicos para com o entendimento da relação da e na escola e de seus sujeitos em um contexto mais amplo, para o que estes precisam estar preparados para o enfrentamento de questões educacionais como: a inclusão e a permanência do aluno, a diversidade social, étnica, religiosa e cultural, bem como, com o favorecimento do desenvolvimento de ações orientadas por Projetos Pedagógicos, cujos horizontes sejam tanto a democratização da educação e da escola, quanto o respeito ao direito de aprender. Essas dimensões evidenciam, pois, a dinamicidade, o antagonismo e a complexidade dos contextos nos quais o Coordenador Pedagógico atua.

Esse princípio orienta para o estabelecimento de processos de Formação Continuada e em Serviço capaz de evidenciar as contribuições dos diferentes campos do saber e de sua interdependência, de modo a oportunizar uma compreensão cada vez mais clara da realidade escolar. Considera-se importante proporcionar uma visão aprofundada e abrangente da particularidade e da complexidade do fenômeno educativo que acontece no âmbito dos Órgãos Centrais e das Unidades Escolares, razão pela qual a proposta da realização deste trabalho, de buscar favorecer reflexões e produzir

melhorias nas práticas cotidianas das Coordenações Pedagógicas que contribuíam para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, requerendo desses Profissionais de Educação a compreensão sobre sua função e sobre a importância de seu papel para o desenvolvimento da educação e da escola e, ainda, a justa percepção do alcance de suas ações, das dificuldades e alternativas que lhes vêm sendo apresentadas no dia a dia das instituições educativas, se justifica.

As Políticas Públicas Educacionais Nacionais, segundo análise a ser realizada no Capítulo a seguir corroboram com o processo de valorização dos Coordenadores Pedagógicos revelando-os como profissionais essenciais na organização e na articulação dos processos educativos e, como tal, capazes de compreender as múltiplas dimensões que estruturam a prática pedagógica.

CAPÍTULO II – O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BAIANO

Conforme já explicitado no Capítulo anterior do trabalho em questão:

A maioria dos estados, em decorrência da promulgação da Lei n. 5692/1971, que instituiu a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, instituiu a figura de um profissional, no quadro do magistério, comprometido com a ação supervisora, tanto em nível de sistema como de unidade escolar, com diferentes denominações: supervisor escolar, pedagogo, orientador pedagógico, coordenador pedagógico, professor coordenador, etc. (PLACCO, SOUZA, ALMEIDA, 2012, p. 760)

O Estado da Bahia, mesmo atendendo, como outros Estados, ao que vinha sendo determinado pela legislação vigente, deliberou, de forma singular, no ano de 1997, um ano depois de aprovada a LDBEN 9.394/96 a Lei Estadual nº 7.023, regulamentada pelo Decreto nº 6.471, também de 1997, pela criação da figura do Coordenado Pedagógico no cenário escolar baiano. Como pode-se perceber o Artigo 7º, da referida Lei Estadual dispõe:

Os atuais cargos de Orientador Educacional e Supervisor Escolar, da estrutura do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado, mantidos os correspondentes quantitativos e nível de classificação, ficam transformados em cargos de Coordenador Pedagógico, cujas especificações abrangerão as atribuições das nomenclaturas ora transformadas, passando as mesmas a serem desempenhadas pelos ocupantes do cargo citado de acordo com as necessidades dos estabelecimentos de ensino em que estejam lotados. (BAHIA, 1998).

Segundo Pires(2005), no Estatuto do Magistério Público do Estado da Bahia, Lei 8.261/2002, compreende-se por cargo um conjunto orgânico de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor com as características essenciais de criação por lei, com denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado que

O coordenador pedagógico não é apresentado como alguém que, com uma “super visão” do processo

educativo, regula e controla o trabalho docente. Na legislação, o cargo do coordenador pedagógico compõe, pois, o quadro do magistério com um conjunto de atribuições de suporte direto à docência e à administração escolar.

Como já sinalizado no Capítulo I deste trabalho, as atribuições do Coordenador Pedagógico serão aqui demarcadas com base no Art. 8º da Lei 8.261/2002, a seguir explicitado:

Art. 8º - São atribuições do coordenador pedagógico:

- I- coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas nas Unidades Escolares ou DIREC;
- II- articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola;
- III- acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria relativas à avaliação da aprendizagem e dos currículos, orientando e intervindo junto aos professores e alunos, quando solicitado e/ou necessário;
- IV- avaliar os resultados obtidos na operacionalização das ações pedagógicas, visando à sua reorientação;
- V- coordenar e acompanhar as atividades dos horários de Atividade Complementar - AC em Unidades Escolares, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;
- VI- estimular, articular e participar da elaboração de projetos especiais junto à comunidade escolar;
- VII- elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola;
- VIII- elaborar, acompanhar e avaliar, em conjunto com a Direção da Unidade Escolar, os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e de escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
- IX- promover ações que otimizem as relações interpessoais na comunidade escolar;
- X- divulgar e analisar, junto à comunidade escolar, documentos e projetos do Órgão Central, buscando implementá-los nas Unidades Escolares, atendendo às peculiaridades regionais;
- XI- analisar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção de desvios no planejamento pedagógico;
- XII- propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professores e técnicos, visando à melhoria de desempenho profissional;

- XIII - conceber, estimular e implantar inovações pedagógicas e divulgar as experiências de sucesso, promovendo o intercâmbio entre unidades escolares;
- XIV- identificar, orientar e encaminhar, para serviços especializados, alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado;
- XV- promover e incentivar a realização de palestras, encontros e similares, com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a educação preventiva integral e cidadania;
- XVI- propor, em articulação com a direção, a implantação e a implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;
- XVII- organizar e coordenar a implantação e implementação do Conselho de Classe numa perspectiva inovadora de instância avaliativa do desempenho dos alunos;
- XVIII - promover reuniões e encontros com os pais, visando à integração escola/família para promoção do sucesso escolar dos alunos;
- XIX- estimular e apoiar a criação de Associações de Pais, de Grêmios Estudantis e outras que contribuam para o desenvolvimento e a qualidade da educação;
- XX- exercer outras atribuições correlatas e afins. (BAHIA, 2002)

1. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - BAHIA

O Plano Estadual de Educação, considerado como o principal instrumento para garantir a continuidade das Políticas Públicas Educacionais para além das gestões governamentais, prevê uma duração decenal, pois corrobora para a Gestão Educacional e referencia o controle social e a participação cidadã, conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

No Estado da Bahia, o PEE-Ba de 2005-2015, apresentou como uma de suas diretrizes que

O Coordenador Pedagógico é o elemento mediador / articulador do processo ensino e aprendizagem no âmbito ético, político, histórico social e cultural, que através da sua práxis, fortalece a prática educativa na instituição de ensino em que exerce sua função. (BAHIA, 2006, p.10)

Se fazendo, portanto, imprescindível

[...]uma formação continuada e permanente aos profissionais de educação (professores, diretores, coordenadores, técnicos em educação e funcionários) para que tenham subsídios para o fortalecimento da ação educativa, e assim construam uma educação progressiva e transformadora. A formação em serviço deve contemplar o estudo, a socialização de experiências entre os profissionais de educação, em benefício de uma educação de qualidade. (BAHIA, 2006, p.10)

Tal preocupação com esses profissionais ficou também explícita nos Objetos e Metas descritos no PEE de 2015, quando previa-se “Prover, de coordenador pedagógico, 100% das unidades escolares no prazo máximo de três anos.” (p.11). Uma meta que, até o momento, ainda não foi cumprida.

A proposta referente à corrente década já está em tramitação e de acordo com a minuta do Projeto de Lei do PEE-Ba(2015) espera-se, ao longo da próxima década,

Formular e executar, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, políticas públicas de formação inicial e continuada de professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais da educação; (BAHIA, 2006, p.10)

Em comparação com o PEE-Ba 2006, o PEE-Ba 2016 demonstra menos ousadia, em especial, no que se refere à presença dos Coordenadores Pedagógicos na totalidade dos espaços escolares da Rede Pública de Ensino, mas demonstra uma preocupação relevante com a qualidade desses profissionais quando prevê seu ingresso, na Rede Pública de Ensino, apenas o Concurso optando, optando por

estabelecer e implementar procedimentos para a ampliação do quadro efetivo de professores e coordenadores pedagógicos, por meio de concurso público, nas redes públicas de ensino; (BAHIA, 2006, p. 8)

Já nos é mais do que sabido que a figura do Coordenador Pedagógico é de extrema relevância para a transformação da qualidade da educação assim como é sabido, também, que este tem como uma das suas atribuições, responder pela formação dos docentes utilizando-se da escola como *locus* dessa formação. Cabe-nos então, agora questionar: e como acontece a

formação desses profissionais que respondem pela formação de outros profissionais? Como nos sugerem Placco, Souza, Almeida (2012), precisa-se de investimento na formação inicial e continuada do próprio Coordenador Pedagógico. Segundo pesquisa realizada por estas autoras

No que se refere à formação continuada do coordenador pedagógico, a pesquisa revela que não há formação específica para este profissional, pois grande parte dos cursos ou espaços oferecidos a ele, em todo o país, envolvem questões da docência e da prática dos professores, o que corrobora as considerações feitas em relação à constituição da coordenação pedagógica como profissão específica. Contudo, cabe questionar quem é o formador do coordenador, ou quais instâncias têm-se constituído como espaço de formação. Sendo as especializações, cabe questionar sua qualidade, seus objetivos, seu público alvo, etc. Sendo instâncias do sistema, cabe questionar qual instância deve se responsabilizar por essa formação e de que modo deve fazê-lo, valorizando a especificidade da função. (PLACCO, SOUZA, ALMEIDA, 2012, p. 768)

O que contribui por sua vez, ao que sugerem PLACCO, SOUZA, ALMEIDA (2012), quanto a

urgência na implementação de uma formação específica para o coordenador, em que, ao lado de estudos teóricos que alicercem suas concepções educacionais e fundamentem suas práticas e as do professor, sejam discutidas e contempladas as especificidades de sua função, como: habilidades relacionais, estratégias de formação e de ensino, construção e gestão de grupo, domínio de fundamentos da educação e áreas correlatas, questões atuais da sociedade e da infância e adolescência (aprendizagem e desenvolvimento). (p.777)

Esse tipo de formação poderia contribuir para a constituição de um coordenador pedagógico aberto à mudança, ao novo, ao outro e à própria aprendizagem, capaz, portanto, de não só promover, mas pensar, planejar e desenvolver a formação continuada de seus professores na escola. (p. 771)

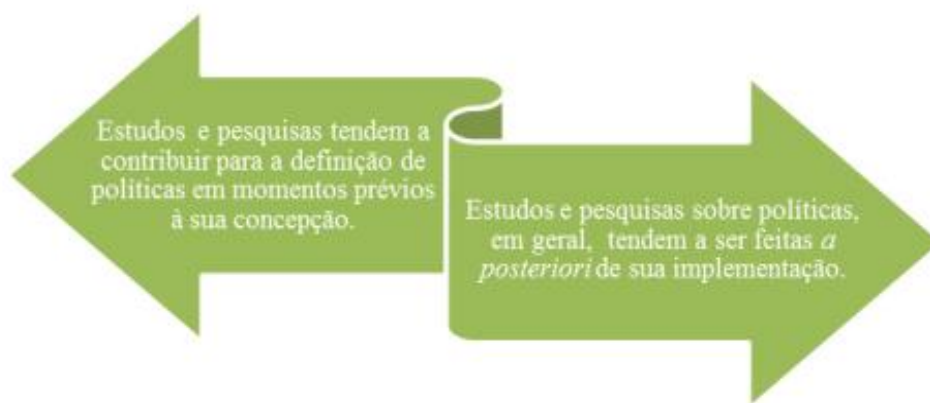
Percebe-se, a partir desse contexto, a necessidade de oferta de Projetos e/ou Programas/Cursos de Formação mais abrangentes e ao mesmo tempo mais específicos; porém em número maior. Abrangentes no que se refere à atender a uma oportunidade maior de Coordenadores Pedagógicos e de Municípios. No

Estado da Bahia, incluindo todos os Municípios, principalmente os mais longínquos e humildes. E específicos, no sentido de serem essas baseadas no real trabalho realizado por esses profissionais, considerando suas demandas e suas necessidades, o significado da sua função, da sua ascensão profissional e construção identitária.

É com base nessas e outras questões que a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia vem respondendo por um dos Cursos que vêm sendo desenvolvidos em todos os Estados do país, frutos de uma das Políticas Educacionais Nacionais: O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica – CECOP.

Neste sentido, e de acordo com a Figura 2, a seguir apresentada, podemos afirmar que o objetivo principal da pesquisa de Placco, Souza e Almeida (2011), que era o de contribuir para a formulação de Políticas Públicas que viabilizassem a presença de Coordenadores Pedagógicos nas escolas de todo o país, exercendo as suas funções de articuladores, formadores e transformadores, se cumpriu.

Figura 1– Articulação entre estudos e pesquisas e políticas (PLACCO, 2011 apud TEDESCO, 2012)



Na pesquisa recente sobre o Coordenador Pedagógico no Brasil (Placco, Almeida & Souza, 2011), apresentada neste trabalho

[...] constatou-se que todos os estados brasileiros pesquisados já dispõem de leis que prevêm a figura da coordenação pedagógica nas escolas da rede. Os municípios estudados (São Paulo, Natal, Rio Branco, Goiânia e Curitiba) também contam com legislação específica sobre a matéria, com variações quanto à forma de ingresso, função, atribuições, etc. No entanto, os dados da pesquisa indicam que nem sempre a coordenação dos processos pedagógicos, que deveria ser a atribuição principal do coordenador, é efetivada. (PLACCO, ALMEIDA & SOUZA, 2012, p. 758)

Em 2013, visando a melhoria do ensino e, em conseqüência, da aprendizagem dos alunos, e, ainda, reconhecendo no papel do Coordenador Pedagógico sua extrema relevância para com a melhoria da qualidade da educação, o Ministério da Educação– MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica– SEB, institui o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública em articulação com as instituições de Ensino Superior, entre elas a Universidade Federal da Bahia– UFBA, para juntos efetivarem o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica- CECOP que tem como objetivo geral o de

Formar, em nível de pós-graduação lato sensu, coordenadores pedagógicos que atuam em instituições públicas de educação básica, visando à ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem.⁵

E como objetivos específicos os de:

- Promover a reflexão sobre o trabalho pedagógico e gestão democrática que favoreçam a formação cidadã do estudante;
- Possibilitar a vivência de processos de produção de conhecimento que busquem uma melhor compreensão da escola em suas determinações;
- Estimular o desenvolvimento de práticas de coordenação do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos

⁵ Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6975-projetodocurso-especializacao&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192

alunos, de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar;

- Contribuir para a reflexão e a prática do coordenador pedagógico junto ao professor na realização do processo de ensino-aprendizagem;
- Possibilitar o aprofundamento dos debates sobre a construção coletiva do projeto pedagógico, bem como da articulação, integração e organização das ações pedagógicas.

Segundo o Projeto do Curso, o mesmo persegue como princípios norteadores básicos para uma educação pública de qualidade: a consciência do Direito à Educação e da Gestão Democrática, à Formação Contínua crítica e promotora da identidade profissional, à Articulação teoria-prática e à Integração dos elementos curriculares.

O CECOP se fundamenta no Artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96, que versa sobre formação dos profissionais de educação, estabelecendo que

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996)

Diante de tal contexto educacional e visando abranger o maior número de Municípios do Estado da Bahia, principalmente, os geograficamente distanciados da Capital, na qual se encontra a Universidade Federal da Bahia, foi que se adotou a modalidade de Curso a Distância – EaD, favorecendo um redimensionamento espaço-temporal no processo de ensino e de aprendizagem, permitindo, desta forma, que os participantes tivessem acesso ao

[...] conjunto de ferramentas que possibilitam o atendimento de uma grande quantidade de alunos independente da sua localização geográfica e com alta qualidade, uma vez que não compromete o conteúdo. (NUNES, 1994 apud PUNTEL, 2003, p.24)

O Capítulo a seguir busca demarcar o espaço do CECOP enquanto Política Pública Educacional Nacional, partindo da análise e adoção de conceitos para os termos Política Pública, Política Social e Política Educacional. Utilizei, para tanto, os estudos de Azevedo (2003) Höfling (2001); Souza (2003); Vieira & Vidal (2013). Ademais, ao tratar da inserção de Políticas Educacionais voltadas para a Formação do Coordenador Pedagógico, foco desta pesquisa, tomei por base os escritos de Placco, Souza, Almeida (2012) e Pires (2005). Especificamente sobre a realidade do Estado da Bahia, analisei o Plano Estadual de Educação (2006), o Projeto de Lei que estabelece a minuta para o PEE-BA (2015-2025), bem como, outros instrumentos legais, na perspectiva de compreender o contexto no qual o CECOP teve início, identificando a sua intenção e o seu público alvo.

CAPÍTULO III – O CECOP ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL E COMO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO

A compreensão inicial do termo Política Pública apesar de pertinente, não se estabelecerá de forma conclusiva, pois existem muitas divergências conceituais se considerarmos o pouco tempo de estudo neste campo da Ciência Política. Todavia, assumirei o conceito de Gobert e Muller (1987) apud Höfling (2001) que destaca as políticas públicas como sendo o “Estado em ação”; o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade, tendo em vista o objeto de estudo eleito para realização do trabalho em questão tratar-se de um Projeto/Curso que atende às Políticas Educacionais Nacionais do país, tal conceito é reforçado por Souza (2003), quando percebe a Política Pública como

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

A visão da autora acerca da Política Pública baseia-se em ações de retorno direto à sociedade, sendo a mesma, um mecanismo do Estado para a diminuição das desigualdades produzidas pelo processo de desenvolvimento socioeconômico e, nesse sentido, o que também não for idealizado, estruturado e realizado, ou seja, tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer - deve ser considerado como as “não-ações”, as omissões, que igualmente representam as formas de manifestação de políticas. Em resumo, Azevedo (2003, p. 38) Apud Oliveira (2012) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

As políticas sociais, inclusive as de educação, situam-se no interior de um tipo particular de Estado, visando à manutenção das relações de determinado projeto social. Portanto, constituem-se em formas de intervenção do Estado, tendo em vista a manutenção das relações sociais de determinada formação social buscando

atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social (HÖFLING, 2001, p.39).

Höfling (2001) lembra que na sociedade atual a política educacional é de suma importância e vai além da oferta de “serviços” sociais – entre eles a educação. As ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais.

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo ‘competitivo frente à ordem mundial globalizada’(HÖFLING, 2001, p.40).

Situadas dentro das Políticas Públicas Sociais, as Políticas Educacionais Nacionais abarcam apenas a educação escolar. Saliento inicialmente, esta informação, por compreender que a educação vai muito além do ambiente escolar, pois está imersa e se constrói culturalmente na sociedade e com outros atores e espaços formativos que atuam também neste mesmo viés, como a família, a igreja, o trabalho, a rua, o teatro, entre outros.

Segundo Oliveira (2012),

Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Essa educação orientada (escolar) moderna, massificada, remonta à segunda metade do

século XIX. Ela se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou na era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo, haja vista a redução de recursos investidos nesse sistema que tendencialmente acontece nos países que implantam os ajustes neoliberais.(OLIVEIRA, 2012, p. 8)

Pesquisas estão sendo realizadas visando “contribuir para a formulação de Políticas Públicas que viabilizem a presença de Coordenadores Pedagógicos nas escolas de todo o país [...]” (Placco, Souza, Almeida, 2012, p. 754). Com a preocupação de que

[...] por vezes, o investimento feito pelo governo para implementar propostas, projetos, formações, etc. não resulta em avanços por falta de mediação dentro da escola – tarefa que poderia ser assumida pelo profissional que ocupa a função coordenadora (ALMEIDA, PLACCO, 2009; PLACCO, SOUZA, 2008; 2010 apud PLACCO, SOUZA, ALMEIDA, 2012, p. 758)

A Política Educacional Brasileira se materializa a partir de duas bases legais principais: a Constituição Federal de 1988, através dos artigos 205 a 214, que estabelecem: suas Definições, suas Responsabilidades, seus Princípios, suas Garantias, sua Organização dos Sistemas de Ensino, suas Fontes e Usos dos Recursos Públicos para a Educação e Planejamento e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 que apresenta:

as Definições, os Princípios e Fins da Educação, as garantias Do direito à educação e do dever de educar, Da organização da educação brasileira, Dos níveis escolares, Das modalidades de educação e ensino, Dos profissionais da educação, Dos recursos financeiros, Das disposições Gerais e Das disposições transitórias. (BRASIL, 1996)

Tais Políticas Educacionais se materializam, também, através dos Planos de Educação como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação - PNE, que reluz os ideais trazidos pelos pioneiros da Escola Nova e pelo Manifesto de 1932⁶, marco na educação brasileira na defesa da escola pública, gratuita, laica, obrigatória e de qualidade, elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por

⁶ Para maiores informações acessar o site: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>

26 (vinte e seis) intelectuais brasileiros, dentre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Cecília Meireles.

Em 1962, com a LDBEN 4.024/61, foi elaborado o primeiro Plano de Educação aprovado pelo Conselho Federal de Educação – CFE, instituindo um conjunto de metas para um prazo de oito anos.

Com a Constituição Federal de 1988, Art. 214, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE passa a ser plurianual, com duração decenal, contando com à integração das ações do poder público para o desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis.

Art. 214⁷. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI⁸ - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988)

Quanto à Organização da Educação Nacional, esta é determinada pela LDBEN, Lei nº 9.394/96, que estabelece a relação de cooperação da União e dos demais entes federativos (Distrito Federal, Estados e Municípios) através do Art. 8º, que dispõe: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996)

⁷ Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

⁸ Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

O Plano Nacional de Educação em vigor, a partir de 25 de junho de 2014, com a promulgação da Lei nº 13.005⁹, com vistas ao cumprimento no disposto do Artigo 214 da Constituição Federal, estabelece como Diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Dentre as metas definidas no PNE em pauta e a título de contribuição elegi a Meta 7 que visa fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no cenário nacional brasileiro.

IDEA	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=119514>

O governo estabelece, para tanto, a estratégia 7.5 que visa

[...]formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar; (BRASIL, 2014)¹⁰

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, no que se refere ao IDEB, o estado da Bahia apesar de apresentar um aumento crescente quanto ao índice em destaque ainda não legitima o cumprimento da Meta supracitada e se encontra nas últimas posições no cenário nacional, conforme Figura 2:

¹⁰Disponível na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Figura 2 – Panorama brasileiro segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Estado ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
Distrito Federal	4.8	5.0	5.6	5.7	5.9	4.9	5.2	5.6	5.8	6.1	6.3	6.6	6.8
Minas Gerais	4.7	4.7	5.6	5.9	6.1	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7
São Paulo	4.7	5.0	5.5	5.6	6.1	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7
Paraná	4.6	5.0	5.4	5.6	5.9	4.7	5.0	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4	6.6
Santa Catarina	4.4	4.9	5.2	5.8	6.0	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
Rio de Janeiro	4.3	4.4	4.7	5.1	5.2	4.4	4.7	5.1	5.4	5.6	5.9	6.1	6.4
Rio Grande do Sul	4.3	4.6	4.9	5.1	5.6	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4
Espírito Santo	4.2	4.6	5.1	5.2	5.4	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3
Goiás	4.1	4.3	4.9	5.3	5.7	4.2	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2
Roraima	3.7	4.1	4.3	4.7	5.0	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9
Mato Grosso	3.6	4.4	4.9	5.1	5.3	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9
Mato Grosso do Sul	3.6	4.3	4.6	5.1	5.2	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8
Rondônia	3.6	4.0	4.3	4.7	5.2	3.7	4.0	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9
Tocantins	3.5	4.1	4.5	4.9	5.1	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7
Acre	3.4	3.8	4.3	4.6	5.1	3.5	3.8	4.3	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Amapá	3.2	3.4	3.8	4.1	4.0	3.2	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2	5.4
Ceará	3.2	3.8	4.4	4.9	5.2	3.2	3.6	4.0	4.3	4.5	4.8	5.1	5.4
Pernambuco	3.2	3.6	4.1	4.3	4.7	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5
Amazonas	3.1	3.6	3.9	4.3	4.7	3.1	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
Paraíba	3.0	3.4	3.9	4.3	4.5	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3
Sergipe	3.0	3.4	3.8	4.1	4.4	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3
Maranhão	2.9	3.7	3.9	4.1	4.1	2.9	3.3	3.7	4.0	4.2	4.5	4.8	5.2
Pará	2.8	3.1	3.6	4.2	4.0	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Piauí	2.8	3.5	4.0	4.4	4.5	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1
Bahia	2.7	3.4	3.8	4.2	4.3	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Rio Grande do Norte	2.7	3.4	3.9	4.1	4.4	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Alagoas	2.5	3.3	3.7	3.8	4.1	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8

Fonte: Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=119514>

Os dados atuais de analfabetismo, repetência passam a ser reconhecidos como conseqüência e não causa de tal insucesso.

No que tange ao analfabetismo no Brasil, as autoras Placco, Souza e Almeida (2012) convidam à reflexão acerca do tempo pedagógico. Será que todos aprendem no mesmo tempo? E neste sentido, reforçam quão únicos são os alunos – sujeitos históricos, de direitos, revelados pela sociedade, modelo econômico, caráter biológico e psicológico alertando que, ao ignorar essas diversidades nos seus perfis, a Escola está contribuindo para um processo excludente.

Acerca da repetência, Azevedo (1997), relembra a cultura da reprovação, historicamente construída no país e afirma através de pesquisas “(...) que repetência tende a provocar repetências, ao contrário do que se sugere a cultura pedagógica brasileira de que repetir ajuda a criança a progredir em seus estudos.” (Azevedo, 1997 apud Bruno e Abreu, 2012, p.97).

Associada ao analfabetismo e à repetência, a evasão escolar fecha esse tripé que traduz o fracasso escolar, sendo a evasão a maior prova de insatisfação do aluno com o ambiente escolar e a proposta de ensino já que este,

(...) parte do princípio de que, quando (por exemplo) um aluno abandona a escola, a escola já o abandonou há tempos... O fracasso já foi produzido e nesse momento – o da evasão – já se cristalizou e se desdobrou. O que foi antes um processo construído e vivenciado agora é só mais um número. Uma pontuação a ser incorporada num índice já bastante triste. (BRUNO e ABREU, 2012, p. 960)

Segundo Bruno e Abreu (2012), é ao Coordenador Pedagógico que cabe investigar, desvelar e transformar a realidade educacional brasileira, em relação a tudo que a ela se refere, em especial, ao que se refere ao fracasso escolar.

Compreendendo o Coordenador Pedagógico como aquele que dentre suas atribuições está a de formar continuamente os profissionais que integram o corpo docente da instituição escolar na qual atua e, sabendo que para o cumprimento efetivo dessa e de outras atribuições necessário se faz que, na sociedade em que vivemos, o profissional não permaneça tendo como formação única a inicial, é que tais circunstâncias revelam a preocupação por uma efetiva Formação Continuada dos Coordenadores Pedagógicos no Exercício de suas funções.

A formação assume um papel que vai além do ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança e com a incerteza. (IMBÉRNON, 2002, p.18).

Conforme sugere Fusari (2009), se por um lado compreendemos a escola como *locus* de formação, ou seja, um espaço privilegiado para formação continuada, também precisamos compreender e validar a importância desse movimento para além dos muros do espaço escolar. Assim, “o ideal é que a formação contínua ocorra num processo articulado fora e dentro da escola.” (FUSARI, 2009, p. 19)

O referido autor nos revela ainda que além de depender das condições de trabalho oferecidas aos educadores, a Formação Continuada depende também das atitudes destes diante de seu desenvolvimento profissional.

Não há política ou programa de formação contínua que consiga aperfeiçoar um professor que não queria crescer, que não perceba o valor do processo individual-coletivo de aperfeiçoamento pessoal-profissional. (FUSARI, 2009, p.23)

Dessa maneira, faz-se necessária uma autoreflexão acerca do motivo que mobiliza esses profissionais para a participação de momentos formativos.

“estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional”. (NÓVOA, 1995, p. 25)

1. O PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA - PNEG

Implantado em caráter experimental em 2005, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública – PNEG passou a ser coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC. Esse Programa surgiu com o objetivo de possibilitar um processo de Formação Continuada para os gestores das escolas públicas do Brasil, assegurando, conforme afirma Colares, Rocha e Duarte (2012), o caráter público da educação e da busca de sua qualidade social baseada nos princípios da gestão democrática e de uma escola na perspectiva da inclusão social e da emancipação humana.

Segundo Placco, Souza e Almeida (2012), tal implantação foi fruto de uma importante mudança de paradigmas com a criação da Diretoria de Educação Básica na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES,

[...] órgão tradicionalmente voltado à pós-graduação, revela o porte do investimento do governo para desenvolver políticas voltadas à educação de nossas crianças e jovens. [...] Ao assumir essa perspectiva, o Plano Nacional de Pós-Graduação, como parte de uma política educacional da maior relevância, assume uma visão integradora do sistema educacional brasileiro, implicando todas as instâncias governamentais com a educação básica. (PLACCO, SOUZA, ALMEIDA, 2012, p.757)

Ainda de acordo com Colares, Rocha e Duarte (2012), o Programa que foi estruturado partindo do Plano de Metas do PDE, através do Compromisso Todos pela Educação, diz respeito à mobilização em torno da melhoria da Educação Básica no Brasil, contribuindo para a melhoria do IDEB das escolas e dos sistemas de ensino.

Com vistas ao fortalecimento desta política educacional nacional e conforme previamente discutido nesse trabalho, a articulação entre os diversos setores se fez e se faz necessária para que as ações no âmbito educacional se desenvolvam e se traduzam em bons resultados. Assim, tem-se como entidades e organizações parceiras do PNEG: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE, Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - FORUMDIR, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED. A responsabilidade para com a implantação e o desenvolvimento do referido Programa foi atribuída às Universidades Públicas Federais, se deu,

pela compreensão e reconhecimento de que elas constituem *locus* privilegiado de formação e produção de conhecimento, o que inclui a formação de gestores educacionais para atuar na perspectiva da gestão democrática e da educação inclusiva. (COLARES, ROCHA, DUARTE, 2012, p.5)

Tais parcerias, primordiais para que se modificasse o cenário formativo dos Gestores Escolares e também dos Coordenadores Pedagógicos, sujeitos da desta pesquisa, se fizeram e fazem necessárias, uma vez que

Havia a compreensão de que somente com o suporte das universidades, presentes em todas as unidades da federação, seria possível modificar a realidade dos indicadores estatísticos que demonstravam um quadro deficitário no que se refere à formação e qualificação dos gestores escolares e também muitas desigualdades regionais. De acordo com as Diretrizes da Escola de Gestores (2007), nas regiões norte, nordeste e centro-oeste apenas cerca de 70% dos dirigentes escolares possuíam formação em nível superior, e destes, pouco mais de 20% haviam cursado pós-graduação *lato sensu*/especialização. (COLARES, ROCHA, DUARTE, 2012, p. 17)

Diante desse cenário, foi que se inferiu que o Coordenador Pedagógico também estava a necessitar de uma formação de igual qualidade, realizada por instituições responsáveis e com um arcabouço necessário que favorecesse, com uma formação desta natureza, a melhoria da qualidade da sua atuação e, em consequência, a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas de todo o Brasil.

[...] por vezes, o investimento feito pelo governo para implementar propostas, projetos, formações, etc. não resulta por falta de mediação dentro da escola – tarefa que poderia ser assumida pelo profissional que ocupa a função coordenadora (PLACCO SOUZA, ALMEIDA, 2012, p.758)

No capítulo a seguir buscarei continuar focando no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, ao longo das suas três Edições, mais de uma forma mais aprofundada, de uma forma mais aprofundada e criteriosa.

CAPÍTULO IV - O CECOP/UFBA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL E COMO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO

No cenário da Educação do Estado da Bahia, em 2006, com a implantação do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública começa a ser negociada e, em 2009, se estabelece o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica. Curso este que estabelece em primazia a autonomia das Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES, na elaboração de suas propostas de trabalho, desde que utilize como referencial a matriz sugerida e é sobre a proposta da Universidade Federal da Bahia que tratarei neste capítulo.

O tópico a seguir, analisa o PTA - Plano de Trabalho aprovado pelo Ministério da Educação para realização do CECOP, os Relatórios Parciais e Finais, além de materiais produzidos ao longo da 3ª Edição que enriqueceram os Encontros Presenciais de Formação, envolvendo os sujeitos participantes do Curso. Vale ressaltar que os primeiros documentos referidos são das três Edições do CECOP já ocorridas.

1. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CECOP/UFBA

A partir da análise do Projeto e dos Relatórios Finais das três Edições do Curso em análise, podemos perceber que a proposta de um curso de formação continuada para os profissionais que atuam na área da coordenação pedagógica nasce do reconhecimento da importância desse profissional para com a melhoria da qualidade do ensino. De fato, o Coordenador Pedagógico, sendo um membro da Equipe Gestora da Escola, desenvolve o relevante papel de articulador e integrador dos processos educativos. Daí ser proposta do Curso em questão que a atuação e o trabalho desse Profissional de Educação contribuam, de maneira significativa, para que se realize, no interior dos

Órgãos das Unidades Escolares, um ambiente educativo capaz de promover o desenvolvimento da aprendizagem, do conhecimento, do trabalho coletivo e interdisciplinar, da ética e da cidadania, na perspectiva de uma educação e de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

O CECOP se alicerçou no seu objetivo principal: o de formar, em nível de pós-graduação *Lato Sensu*, Coordenadores(as) Pedagógicos(as) que atuam em Instituições Públicas de Educação Básica, visando à ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino e de aprendizagem.

Para isso buscou:

- Incentivar o(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) a refletir sobre a gestão democrática e a desenvolver práticas colegiadas de gestão no ambiente escolar que favoreçam a formação cidadã dos(as) alunos(as) da(s) Unidade(s) Escolar(es) onde atua;
- Possibilitar a vivência de processos de produção de conhecimento que busquem uma melhor compreensão da escola em suas determinações;
- Estimular o desenvolvimento de práticas de coordenação do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos(as) alunos(as), de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar do Município do qual é cidadão;
- Contribuir para a reflexão da prática do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) junto ao(a) Professor(a) na realização do processo de ensino e de aprendizagem;
- Possibilitar ao(à) Coordenador(a) Pedagógico(a) o aprofundamento dos debates sobre a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, da(s) Unidade(s) Escolar(es) onde atua, junto à Equipe Docente, visando a articulação, integração e organização das ações pedagógicas;
- Desenvolver habilidades no uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA/ Moodle.

O Curso se utilizou, para tanto, de uma metodologia pertinente a uma estrutura curricular de tipo modular e a distância, definida a partir de três Módulos especificados na Tabela 03, os quais contemplam um conjunto de Componentes Curriculares/Atividades agrupados em eixos teórico-metodológicos, com exceção do Componente Curricular: Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual. Os Módulos e seus respectivos Componentes Curriculares/Atividades estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3 – Estrutura Curricular do CECOP 3.

MOMENTO DO CURSO	OBJETIVO DO MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Apresentação	Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem	IAVA	20h
Módulo I: “Fundamentos da Organização do Trabalho Pedagógico”	Oferecer, aos (às) Coordenadores(as) Pedagógicos(as)/Cursistas, uma compreensão atualizada da Educação Básica no Brasil, bem como uma reflexão sobre a gestão democrática, suas práticas e os problemas mais recorrentes nos Ambientes Escolares.	EA – Escrita Acadêmica	30h
		TEE – Oficina Tecnológica: construindo sítios na <i>Web</i>	30h
		CCCE – Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar	40h
		AETP – Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico	40h
		AE – Avaliação Escolar	40h
Módulo II: “Organização e Políticas da Educação”	Estimular o desenvolvimento de práticas de coordenação do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos(as) alunos(as) nos espaços das Salas	PEGP – Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica –	40h
		PECE - Práticas e Espaços de Comunicação	40h

	de Aula, de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar.	na Escola	
Módulo III: “Práticas da Coordenação do Trabalho Pedagógico”	Formular e desenvolver uma Proposta de Intervenção ou de Pesquisa, a ser realizada numa Unidade Escolar de uma das Redes de Ensino, de preferência, aquela na qual está atuando o(a) Coordenador(a) Pedagógico(a)/Cursista, em estreita vinculação com o Projeto Político-Pedagógico da mesma.	RETP - Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico	40h
		PPPOE - Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino	40h
		TCC/PV - Trabalho de Conclusão de Curso/ Projeto Vivencial	45h

Fonte: Primeiro Relatório Parcial do CECOP 3 enviado à SEB/MEC.

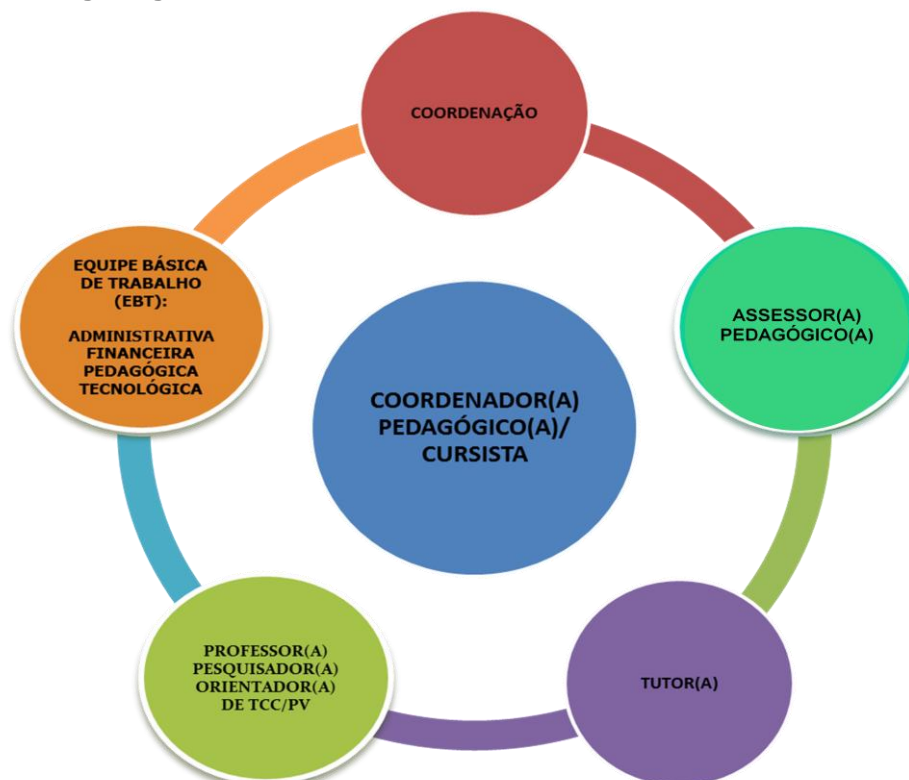
Em função da possibilidade de aproveitamento do Curso em outros níveis de qualificação foi que ficou definido que os Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, participantes do referido Curso obteriam a depender da carga horária que estes profissionais dedicassem ao Curso duas outras modalidades de Certificação, além da de Especialização, conforme descrito abaixo:

- **Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica:** Integralização de carga horária de 405 horas, com aproveitamento integral dos três Módulos, incluindo a aprovação do TCC/PV;
- **Curso de Aperfeiçoamento em Coordenação Pedagógica:** Integralização de carga horária mínima de 360 horas, com aproveitamento integral dos dois primeiros Módulos e dos dois primeiros Componentes Curriculares do Módulo III;
- **Curso de Atualização em Coordenação Pedagógica:** Integralização de carga horária mínima de 280 horas, com aproveitamento integral dos dois primeiros Módulos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO CECOP/UFBA

O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 3ª Edição, se estruturou organizacional e funcionalmente conforme organograma a seguir:

Figura 3 – Organograma do CECOP 3



Fonte: Produzido pela Equipe Básica de Trabalho do CECOP, na sua 3ª Edição.

Através do organograma apresentado podemos perceber a referência à Gestão Democrática, utilizada no Curso em questão, que tanto tem sido alvo de pesquisas e lutas, na busca de que esta se concretize nos espaços escolares. Foi com base, também, nessa prerrogativa, que o Curso se pautou, para definir as atribuições de cada um dos Integrantes das suas Equipes de Trabalho: a Interna e as Externas. A Equipe Interna constituída dos Profissionais, como por exemplo, Coordenação Geral e Vice, Coordenador Adjunto, Coordenador de Polo/Supervisor e as Equipes Externas constituídas pelos Profissionais, Professor(a) Pesquisador(a), Professor(a) Pesquisador(a) Orientador(a) de TCC/PV, Assistente/Tutor(a). Vale ressaltar que essas constituições foram propostas pela SEB/MEC.

Em relação às constituições, estas, para sua melhor atuação foram definidas em quatro áreas de conhecimento necessárias para subsidiar o desenvolvimento do Curso cujas atribuições de cada uma dessas Equipes estão apresentadas a seguir.

Tabela 4 – Atribuições da Equipe Básica de Trabalho do CECOP 3.

EQUIPE DE TRABALHO	ATRIBUIÇÕES
Coordenação Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Incumbir-se, na condição de pesquisador, de sugerir e assessorar a Equipe Básica de Trabalho quer a Interna e/ou a Externa, as modificações na metodologia de ensino adotada, bem como conduzir análises e estudos sobre o desempenho das Propostas de Trabalho dos seus Componentes Curriculares. • Articular as ações desenvolvidas, de modo a assegurar a unidade do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública em todas as Instituições participantes. • Definir e organizar, junto com as Equipes de Trabalho que compõem a Estrutura Organizacional e Funcional do Projeto/Curso, o desenvolvimento do mesmo. • Articular e negociar formas de colaboração com as Instituições/Entidades Parceiras. • Coordenar o planejamento e a realização de Encontros/Seminários e/ou outros Eventos que visem melhor acompanhar e avaliar, de forma permanente, o desenvolvimento do Projeto/Curso. • Representar o Projeto/Curso nos Seminários de Abertura e de Avaliação do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública nos Estados, quando necessário. • Preencher e enviar, periodicamente, à SEB/MEC Formulários e/ou Relatórios sobre o desenvolvimento do Projeto/Curso. • Coordenar a seleção dos(as) Professores(as) Pesquisadores(as) – PPs junto a Equipe Básica de Trabalho Interna, em especial, com a colaboração mais efetiva da Equipe Pedagógica. • Criar mecanismos que assegurem o cumprimento do Cronograma de implantação e implementação do Projeto/Curso.

<p>Equipe Administrativa e Financeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar as atividades administrativas do Projeto/Curso. • Garantir o correto cadastramento dos Bolsistas no Sistema de Gestão de Bolsas – SGB. • Solicitar, mensalmente, no SGB, o pagamento dos Bolsistas que tiverem cumprido com suas responsabilidades. • Criar mecanismos que assegurem o cumprimento das atividades previstas na organização do Projeto/Curso, no controle da realização destas atividades e no cumprimento da carga horária dos(as) Bolsistas, Integrantes das Equipes de Trabalho do já citado Projeto/Curso. • Participar do processo de Avaliação Geral do Projeto/Curso. • Manter atualizada a Planilha Financeira do Projeto/Curso. • Manter articulação periódica com os órgãos que dão suporte financeiro ao Projeto/Curso em questão.
<p>Equipe Pedagógica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e monitorar o trabalho logístico/pedagógico desenvolvido no decorrer do Curso. • Coordenar o processo de elaboração das propostas e planos de trabalho. • Garantir a interlocução entre os participantes envolvidos no processo de formação. • Coordenar e acompanhar as ações dos(as) Professores(as) Pesquisadores(as), dos(as) Professores(as) Pesquisadores(as) Orientadores(as) de TCCs/PV e dos(as) Tutores(as). • Articular-se com os(as) Professores(as) Pesquisadores(as), com os(as) Professores(as) Pesquisadores(as) Orientadores(as) de TCCs/PV e com os(as) Tutores(as) das diferentes Turmas dos Municípios-Polo. • Auxiliar os(as) Professores(as) Pesquisadores(as), os(as) Professores(as) Pesquisadores(as) Orientadores(as) de TCCs/PV e os(as) Tutores(as) na gestão do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e na do Ambiente Presencial de Aprendizagem oferecendo assistência, sempre que necessário. • Criar mecanismos que assegurem o cumprimento das atividades previstas na organização do Projeto/Curso, e no controle da realização das atividades e carga horária dos(as) Coordenadores(as) Pedagógicos(as), participantes do Curso.

	<ul style="list-style-type: none"> • Participar do processo de Avaliação Geral do Projeto/Curso.
Equipe Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e desenvolver as atividades específicas de suporte tecnológico, novas tecnologias, materiais impressos e de multimídia, garantindo a integração dos mesmos no desenvolvimento do Projeto/Curso. • Auxiliar os(as) Professores(as) Pesquisadores(as), os(as) Professores(as) Pesquisadores(as) Orientadores(as) de TCCs/PVs e os(as) Tutores(as) na gestão do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e na do Ambiente Presencial de Aprendizagem oferecendo assistência, sempre que necessário. • Criar mecanismos que assegurem o cumprimento das atividades previstas na organização do Projeto/Curso, o controle sobre este desenvolvimento e da carga horária disponibilizada pelos(as) Coordenadores(as) Pedagógicos(as), participantes do Curso. • Participar do processo de Avaliação Geral do Curso.
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as atividades a serem desenvolvidas pelos(as) Coordenadores(as) Pedagógicos(as)/Cursistas • Acompanhar, no AVA, suas postagens e o envio dos Trabalhos de caráter avaliativos que forem solicitados, em cada Componente Curricular, pelos(as) PPs • Fazer um mapeamento com o objetivo de identificar aqueles(as) que atenderam, ou não, ao que foi solicitado. Após a identificação dos(as) Coordenadores(as) Pedagógicos(as)/Cursistas com pendência(s), o TT deverá contatar os(as) mesmos(as), via AVA, via e-mail e/ou telefone, e estimulá-los(as) a realizar suas atividades no prazo e com a qualidade esperada. • Auxiliar os APs e PPOs no desenvolvimento das ações previstas na programação do Curso. • Incentivar o Cursista quanto ao cumprimento do cronograma para a elaboração do TCC/PV. • Oferecer assistência aos Cursistas durante o desenvolvimento das ações previstas no cronograma para a elaboração do TCC/PV.
Professores(as)	<ul style="list-style-type: none"> • Mediar os debates em cada um dos

<p>Pesquisadores(as) – PPs</p>	<p>Componentes Curriculares.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Observar a frequência de acesso de cada Coordenador(a) Pedagógico(a)/Cursista e a qualidade de suas postagens, tendo como indicadores elementos como: clareza, objetividade, coerência e correção gramatical com que apresenta as suas idéias; domínio do conteúdo demonstrado na abordagem do tema; uso de linguagem técnica; atualização; citação das fontes de informação e articulação das postagens com as postagens dos outros debatedores e com o cotidiano da Unidade Escolar onde atua.
<p>Professores(as) Pesquisadores(as) Orientadores(as) de TCC/PV – PPOs</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o cumprimento do processo de elaboração e produção do TCC/PV de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CECOP 3. • Incentivar, orientar e monitorar os Cursistas na elaboração dos TCCs/PV. • Acessar diariamente o AVA para dar retorno aos Cursistas. • Orientar, presencialmente, a produção do TCC/PV dos Cursistas nos Encontros previstos no cronograma (e quando se fizer necessário). • Apresentar periodicamente a situação dos Cursistas no processo de elaboração de TCC/PV. • Compor Bancas Examinadoras nas Defesas Públicas do TCC/PV.
<p>Assessores(as) Pedagógicos(as) – APs</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o cumprimento do processo de elaboração e produção do TCC/PV de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CECOP 3. • Planejar e ministrar reuniões de alinhamento com os PPOs. • Orientar e esclarecer possíveis dúvidas dos PPOs. • Monitorar o desempenho dos PPOs. • Intermediar o diálogo dos PPOs com a EBT. • Acompanhar os Encontros para Orientação da produção do TCC/PV. • Apresentar periodicamente a situação de PPOs e Cursistas no processo de elaboração de TCC/PV. • Compor Bancas Examinadoras nas Defesas Públicas do TCC/PV, se necessário.

Fonte: Relatório Parcial do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica na sua 3ª Edição

3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO ADOTADO PELO CECOP/UFBA

Em consonância com o PTA do Curso, a prática avaliativa desenvolvida buscou contemplar o caráter formativo e processual da avaliação, de modo que as atividades realizadas pelos Cursistas foram acompanhadas, continuamente, pelos Professores Pesquisadores, pelos Coordenadores Adjuntos, pelos Supervisores de Curso (Assistentes de Polos) e pelos Tutores; esse acompanhamento, realizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA/CECOP 3 ou, presencialmente, nos Municípios-Polo, contou, em especial, com o assessoramento das Equipes Pedagógica e Tecnológica e com as demais Equipes de Trabalho que se mantiveram em constante interação, trocando informações e apreciando, em conjunto, o desempenho dos Cursistas e buscando soluções para as dificuldades que estes apresentavam no decorrer do Curso.

Devido à importância da interação, o diálogo constituiu-se a base do processo e conduziu as ações da prática avaliativa, cabendo aos Professores Pesquisadores das Turmas existentes, a iniciativa de proporcionar os estímulos e incentivos necessários ao desenvolvimento da prática pedagógica referida. Ficou evidente o empenho de Professores e Tutores para garantir que a Avaliação da Aprendizagem estivesse efetivamente focada no que foi definido na proposta do Curso, em relação ao processo avaliativo assim como no que foi definido em cada um dos Componentes Curriculares.

Os Professores Pesquisadores e os Tutores, assim como os Cursistas, possuíam acesso direto junto aos Integrantes da Equipe Pedagógica mediante mensagem postada no AVA/CECOP 3 ou enviada via e-mail e/ou telefone, disponibilizados para tal, quando da realização da Aula Inaugural, o que favoreceu o esclarecimento de dúvidas e indicação de sugestões por parte destes

A Equipe Pedagógica do Curso, regularmente, visitava os Municípios-Polo para acompanhar e avaliar tanto o trabalho realizado pelos(as) Professores(as) Pesquisadores(as) como pelos(as) Tutores(as), responsáveis por tais Municípios, observando especificamente:

- a mediação do(a) Professor(a) Pesquisador(a) com os(as) Cursistas, em relação ao conteúdo trabalhado;
- a periodicidade de acesso no AVA;
- a relação com os(as) Cursistas mediante mensagens;
- a interação dos(as) Tutores(as) com os(as) Cursistas considerando aspectos como: acompanhamento do Roteiro de Estudos: Abertura dos Fóruns, Fechamento de Salas, Abertura do Processo Avaliativo, dentre outros).

4. OS FRUTOS ALCANÇADOS COM A HISTÓRIA DO CECOP/UFBA

Nas suas três Edições o CECOP/UFBA superou todos os demais Estados brasileiros em número de demandas por parte dos Municípios interessados em participar do Curso em questão, interesse este registrado nos seus Planos de Ações Articuladas – PAR. Tais Municípios efetivaram sua adesão no SIMEC/MEC indicando, inclusive, o nome dos Coordenadores Pedagógicos selecionados para do Curso participarem.

Tabela 5 – Quantidade Municípios envolvidos no CECOP e de Coordenadores Pedagógicos, na sua 1 Edição.

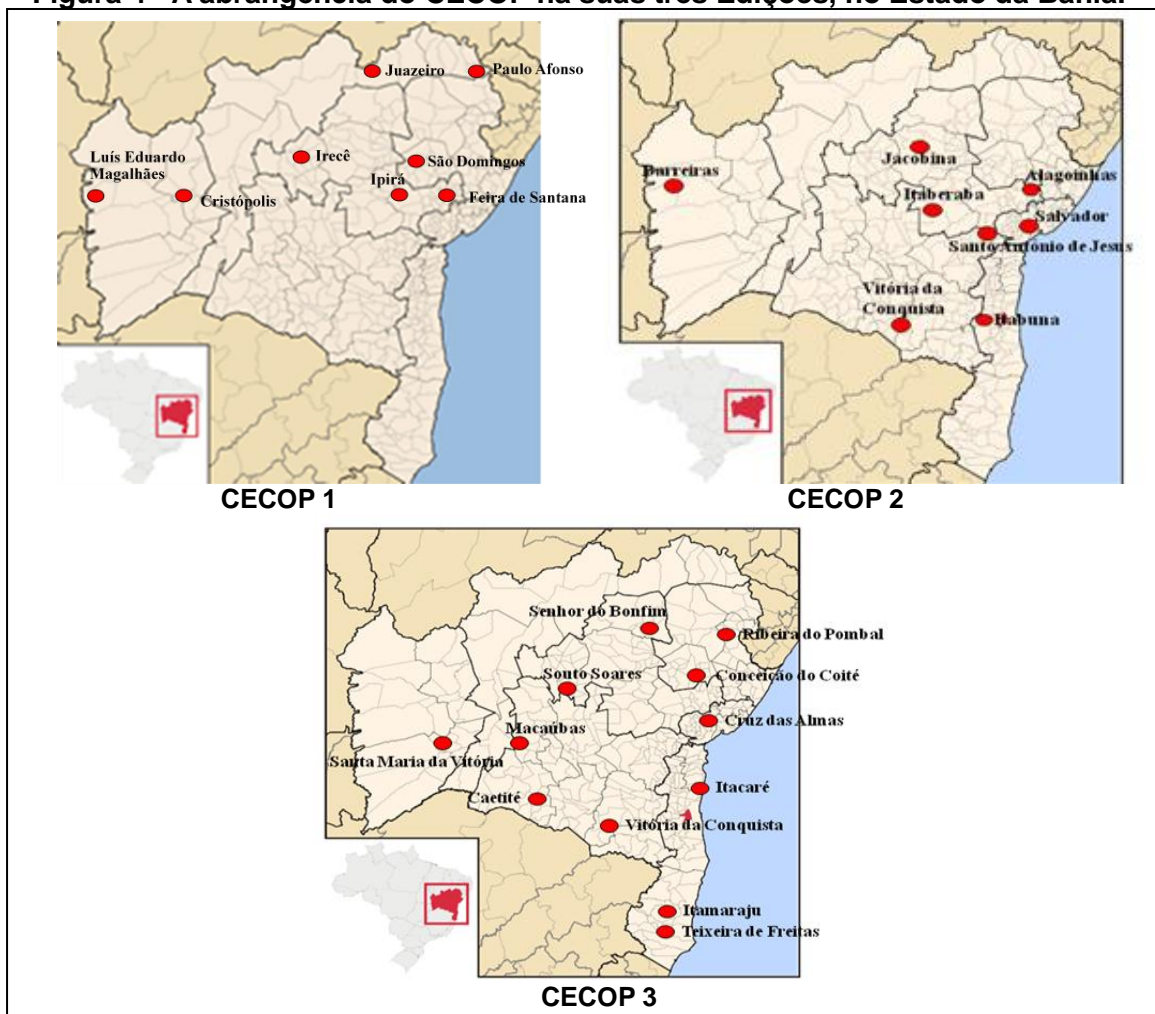
QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS				QUANTIDADE DE COORDENADORES			
CURSO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA				CURSO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA			
UF	ADESÃO	UF	ADESÃO	UF	ADESÃO	UF	ADESÃO
MG	282	GO	99	BA	1530	GO	396
BA	277	AL	87	SP	1491	SC	350
SP	232	SC	84	MG	1109	PI	335
PI	162	TO	52	CE	754	RJ	321
RS	158	ES	46	PA	736	ES	283
PB	136	RO	45	PR	673	RO	218
PR	123	RJ	40	RS	638	AM	195
RN	123	MS	32	PE	618	MS	178
MT	120	AM	31	MA	550	TO	155
MA	113	SE	23	MT	519	SE	92
CE	111	AC	17	PB	489	AC	83
PA	105	AP	10	RN	462	AP	76
PE	103	RR	6	AL	424	RR	17
TOTAL	2617			TOTAL	12692		

Fonte: Recorte da apresentação utilizada no I Encontro com Professores Pesquisadores Orientadores de TCCs/PV, na 3ª Edição do CECOP

Com o intuito de atingir as diversas regiões do Estado da Bahia e em articulação com as Secretarias Municipais de Educação, foram selecionados,

na 1ª Edição do CECOP/UFBA, 08 (oito) Municípios-Polo¹¹ que demonstraram interesse e possibilidades reais para sediarem os Encontros Presenciais. Na 2ª Edição este quantitativo se manteve. Já na 3ª Edição do Curso foram 12 Municípios-Polo. Conforme Mapas ilustrativos a seguir:

Figura 4 - A abrangência do CECOP na suas três Edições, no Estado da Bahia.



Fonte: Recorte da apresentação utilizada no I Encontro com Professores(as) Pesquisadores(as) Orientadores(as) de TCCs/PV, na 3ª Edição do CECOP.

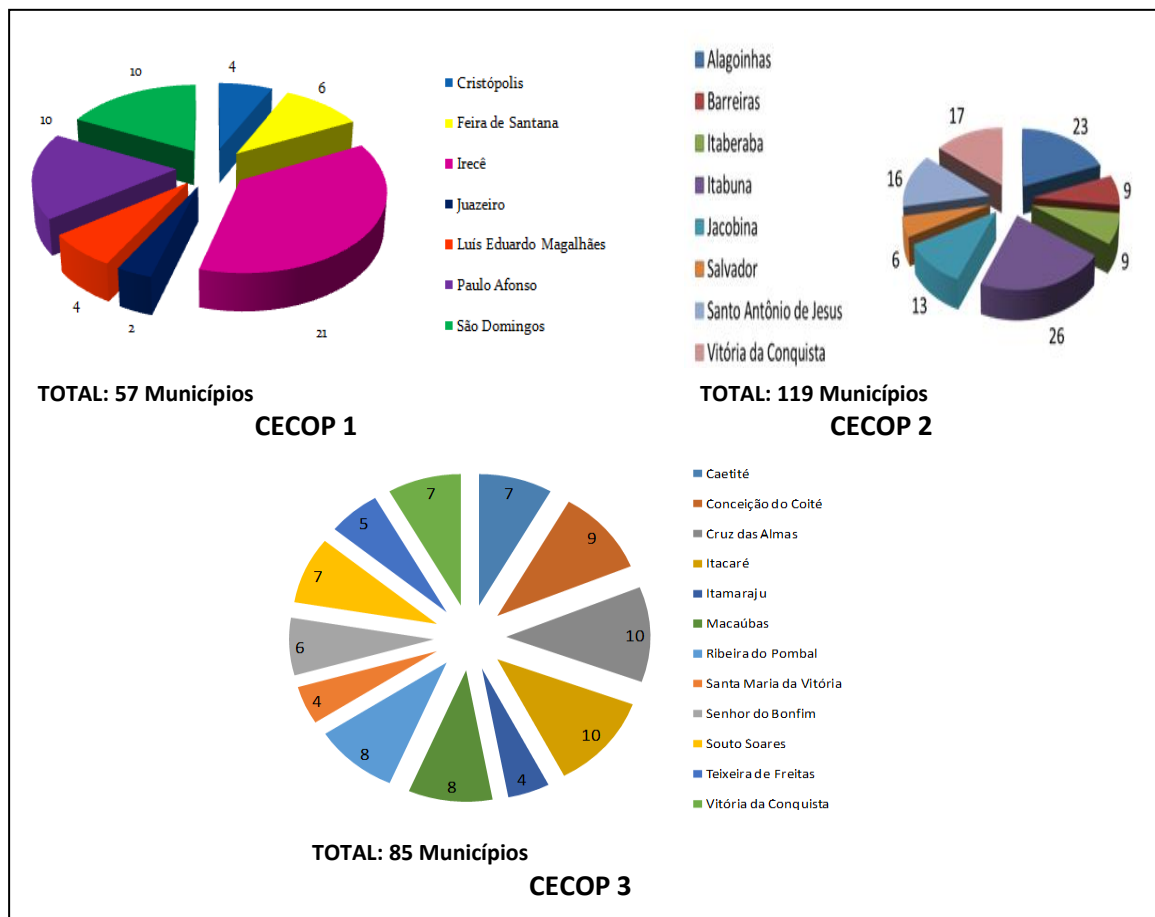
Nos gráficos que se seguem apresentamos a distribuição dos Municípios Satélites¹² que foram contemplados, no Estado da Bahia, na 1ª Edição do

¹¹ Define-se como Município-Polo aquele Município que, dentre os que se apresentam interessados em participar do CECOP, são escolhidos para sediar as Turmas constituídas em cada Edição.

¹² Define-se como Municípios Satélites aqueles Municípios que indicam seus Coordenadores Pedagógicos para participarem do Curso integrando estes, porém, uma das Turmas sediadas em um dos Municípios-Polo. Tal integração dos Coordenadores Pedagógicos a uma das Turmas de um dos Municípios-Polo ocorre adotando-se como critério a distância geográfica entre os Municípios em questão.

Curso.

Gráfico 1 – Distribuição dos Municípios Satélites por Município-Polo, nas três Edições do CECOP/UFBA.



Fonte: Recorte da apresentação utilizada no I Encontro com Professores(as) Pesquisadores(as) Orientadores(as) de TCCs/PV, na 3ª Edição do CECOP.

Com a realização das três Edições o CECOP/UFBA conseguiu contemplar Coordenadores Pedagógicos de 261(duzentos e sessenta e um) dos 417 (quatrocentos e dezessete) Municípios do Estado da Bahia o que equivale, em termos percentuais, a um atendimento de 62,6% (sessenta e dois e seis) de Municípios atendidos.

Diante do sucesso no desenvolvimento da 1ª Edição, a SEB/MEC conferiu a possibilidade de continuidade do Projeto na sua 2ª Edição e, posteriormente, na sua 3ª Edição. Na 2ª Edição, apesar desta manter o mesmo quantitativo de Municípios-Polo, que a Edição anterior o número de adesões, totalizando 119 Municípios Satélites, representou mais do dobro dos Municípios que foram envolvidos na 1ª Edição.

Esta Edição contou ainda com a introdução de um novo Componente Curricular: o TEE - Oficina Tecnológica: construindo sítios na *Web*, assim como a 3ª Edição, contou também, com a introdução de EA – Escrita Acadêmica atendendo devolutivas dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas através dos Formulários de Avaliação aplicados no final de cada Edição do CECOP em atendimento ao que nos diz Almeida (2009):

[...]na relação formador-formando, é preciso que haja espaço para que ambos se posicionem como pessoa. O dar ao outro a possibilidade de posicionar como pessoa significa aceitar que seu desempenho não depende tanto do que sabe, ou não sabe, mas do que é, de sua relação com o saber, com o aluno, com o colega, com a escola, com a profissão. É preciso que haja espaço para ser ouvido, para falar. (ALMEIDA, 2009, p.87)

O Componente Curricular de natureza Tópico Especial em Educação TEE - Oficina Tecnológica: construindo sítios na *Web* tem como Ementa,

Efeitos da presença das diversas mídias eletrônicas nos ambientes escolares e extraescolares e das suas possibilidades de incremento da eficiência e eficácia dos processos de ensino e de aprendizagem. Utilização das TICs como ferramentas didáticas. (PTA CECOP 2)

Já o Componente Curricular introduzido na 3ª Edição do CECOP, também, fruto do diagnóstico realizado pela Equipe Pedagógica e Coordenação do Curso em consonância com o cenário revelado pelos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas da Edição anterior, EA – Escrita Acadêmica tem como Ementa,

Condições de produção escrita de textos acadêmicos em educação, enfatizando a importância dessa linguagem para o desenvolvimento cultural, científico e da pesquisa educacional. Gêneros textuais escritos do discurso acadêmico e suas configurações (resenha, ensaio, artigo, resumo, memorial, TCC/PV). Normas e procedimentos referentes à escrita acadêmica. (PTA CECOP 3)

Associado a tais informações no que se refere à abrangência e qualidade da formação realizada pelo CECOP ao longo das suas três Edições, necessário se faz ressaltar que os Coordenadores Pedagógicos/Cursistas que apresentaram os melhores Trabalhos de Conclusão de Curso na modalidade de Projeto

Vivencial – TCCs/PV, tiveram os mesmos indicados pelos Assessores Pedagógicos após selecionados pelos PPOs, para publicação no livro produzido em cada uma das Edições.

Ao término da 1ª Edição, foi lançado o primeiro livro do Curso intitulado “O Coordenador Pedagógico na Escola Contemporânea: coletânea de artigos produzidos durante o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica na Universidade Federal da Bahia”. Quando da conclusão da 2ª Edição, foi lançado o segundo livro com o título “O Coordenador Pedagógico no Contexto Escolar: coletâneas de Projetos Vivenciais do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica na Universidade Federal da Bahia”, encontrando-se o terceiro livro do Curso intitulado “O Coordenador Pedagógico para uma Educação a Distância, sem Distância: coletânea de Projetos Vivenciais do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica na Universidade Federal da Bahia, na sua terceira edição” em processo de editoração na Editora Universidade onde os dois anteriores foram, também, editados.

Assim, conforme pode ser constatado, o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica - CECOP, objeto do nosso trabalho, vem se consubstanciando, no Estado da Bahia, cada vez mais em um importante recurso para a melhoria da qualidade do ensino, uma vez que, vem proporcionando, por meio da Formação Continuada e em Serviço, a capacitação e a atualização não só dos Profissionais de Educação com formação para atuarem como Coordenadores Pedagógicos, como também, daqueles que, embora atuem na área da Coordenação Pedagógica, não têm a formação para tal, nem a certificação e/ou a legitimação para desempenhar este papel, o que, supõe-se, pode gerar uma insegurança neles, comprometendo o fazer melhor o que faz.

A constatação do quanto este Curso está sendo importante para todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com este Profissional de Educação, vem sendo evidenciada pela demanda, cada vez maior, por uma nova edição, percebendo-se, desta forma, o quanto necessário tem sido buscar-se, em Cursos de Formação de Educadores, como esse, em especial,

na modalidade da Educação à Distância, um espaço que os configure como instâncias de produção de conhecimentos, e, no caso específico deste, se configure como instâncias de conhecimentos especiais para uma conquista substancial no campo da Coordenação Pedagógica.

Certamente, a natureza dos problemas enfrentados hoje pela escola e, em particular, pela escola pública é bem diferente e até mais complexa do que foram as dificuldades encontradas em décadas passadas. O que vem se constituindo, dentre outras questões, num dos grandes desafios dessa área de estudo. Deve-se captar não somente aquilo que as preocupações e os propósitos de cada um determinam, mas aquilo que aparece no caminho. É preciso trabalhar a competência, a capacidade de resolver problemas.

A recente tradição da Educação Brasileira em promover Formação Inicial e Continuada dos Professores da Educação Básica, através da modalidade de Educação à Distância, tem sido acompanhada por altos índices de evasão dos Cursistas, seja por conta de algumas limitações por parte destes na utilização das plataformas virtuais e tecnologias inteligentes, por muitas vezes os Cursos oferecidos em EaD não terem uma formatação ajustada à demanda do Cursista, ou pela insistência dos que respondem por Cursos como estes, em utilizar recursos com pouca interatividade. Tais fatores, no seu conjunto, potencializam a evasão, um fenômeno educacional extremamente nocivo no campo da formação dos profissionais da Educação. O grifo dado a esta problemática serve como parâmetro para a constatação que o CECOP, em suas três Edições, foge à regra dos demais Cursos de Formações em EaD, visto vir mantendo um nível de evasão, desde a realização da sua 1ª Edição, abaixo de 5,0% (cinco por cento), ou seja, muito abaixo da média usualmente atribuída as tais formações. Uma Educação a Distância sem Distância tem sido o lema do CECOP no Estado da Bahia, conforme podem se observado nos Quadros Demonstrativos a seguir que apresentam, também, os Índices de Aproveitamento da 3ª Edição ora focalizada.

Tabela 6 – Índices de Aproveitamento do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 1ª Edição – CECOP (2010-2011).

Municípios-Polo	Total de Turmas	Total de Inscritos	Índice de Aproveitamento		Índice de Reprovação		Índice de Evasão*	
			N	%	N	%	N	%
Cristópolis	T01	50	49	98,0%	0	0,0%	1	2,00%
Feira de Santana	T01	45	44	97,8%	0	0,0%	1	2,22%
	T02	41	35	85,4%	0	0,0%	6	14,63%
Irecê	T01	47	45	95,7%	0	0,0%	2	4,26%
	T02	46	43	93,5%	0	0,0%	3	6,52%
Luis Eduardo Magalhães	T01	42	41	97,6%	0	0,0%	1	2,38%
	T02	32	30	93,8%	0	0,0%	2	6,25%
São Domingos	T01	50	49	98,0%	0	0,0%	1	2,00%
Paulo Afonso	T01	45	41	91,1%	0	0,0%	4	8,89%
	T02	50	44	88,0%	0	0,0%	6	12,00%
Juazeiro	T01	43	41	95,3%	0	0,0%	2	4,65%
	T02	34	34	100,0%	0	0,0%	0	0,00%
TOTAL		525	496	94,5%	0	0,0%	29	5,52%

Fonte: Produção Técnica do CECOP, na sua 3ª Edição.

Tabela 7 – Índices de Aproveitamento do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 2ª Edição – CECOP 2 (2012-2013).

Municípios-Polo	Total de Turmas	Total de Inscritos	Índice de Aproveitamento		Índice de Reprovação		Índice de Evasão*	
			N	%	N	%	N	%
Alagoinhas	T01	47	32	74,4%	9	20,9%	2	4,65%
	T02	47	34	85,0%	4	10,0%	2	5,00%
Barreiras	T01	58	47	92,2%	1	2,0%	3	5,88%
Itaberaba	T01	49	38	82,6%	2	4,3%	6	13,04%
Itabuna	T01	43	38	88,4%	3	7,0%	2	4,65%
	T02	41	29	87,9%	4	12,1%	0	0,00%
Jacobina	T01	48	22	64,7%	10	29,4%	2	5,88%
Salvador	T01	39	35	92,1%	1	2,6%	2	5,26%
Santo Antonio de Jesus	T01	47	41	87,2%	6	12,8%	0	0,00%
	T02	44	40	90,9%	4	9,1%	0	0,00%
Vitória da Conquista	T01	49	34	75,6%	7	15,6%	4	8,89%
	T02	46	33	75,0%	10	22,7%	1	2,27%
TOTAL		558	423	83,3%	61	12,0%	24	4,72%

Fonte: Fonte: Produção Técnica do CECOP, na sua 3ª Edição.

Tabela 8 – Índices de Aproveitamento do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 3ª Edição – CECOP 3 (2014-2015).

Municípios-Polo	Total de Turmas	Total de Matriculados		Índice de Aproveitamento		Índice de Reprovação		Índice de Evasão*	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Caetité	T01	41	87,23%	41	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conceição do Coité	T01	46	90,20%	46	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Cruz das Almas	T01	31	58,49%	30	96,77%	0	0,00%	1	3,23%
Itacaré	T01	42	82,35%	41	97,62%	1	2,38%	0	0,00%
Itamaraju	T01	36	73,47%	36	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Macaúbas	T01	44	88,00%	44	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ribeira do Pombal	T01	44	88,00%	43	97,73%	1	2,27%	0	0,00%
Santa Maria da Vitória	T01	36	73,47%	35	97,22%	0	0,00%	1	2,78%
Senhor do Bonfim	T01	36	72,00%	34	94,44%	1	2,78%	1	2,78%
Souto Soares	T01	39	79,59%	39	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Teixeira de Freitas	T01	40	80,00%	40	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Vitória da Conquista	T01	45	84,91%	45	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL		480	79,7%	474	98,8%	3	0,6%	3	0,63%

* O índice geral de evasão no CECOP 3 foi em torno de 1%.

Fonte: Relatório Final do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 3ª Edição.

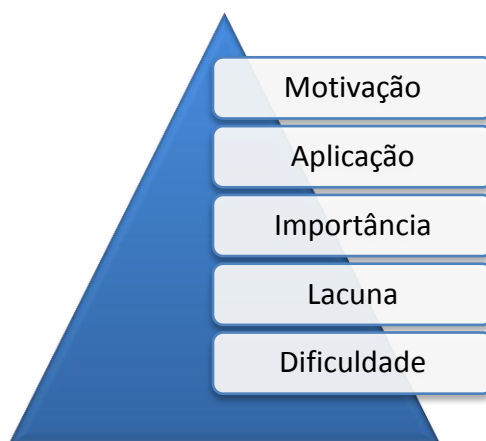
Na busca de sempre oferecer uma Formação capaz de refletir e impactar diretamente a qualidade da Educação Pública brasileira, o CECOP vem desenvolvendo suas ações numa perspectiva dinâmica e atual, com vistas a manter e/ou melhorar cada vez mais os Índices apresentados nos quadros acima apresentados. Persegue ainda o CECOP cultivar a sua percepção de que o Coordenador Pedagógico, enquanto agente educacional, deve atuar no contexto da Unidade Escolar, não como mero Coletor de Dados, para atender apenas as exigências que se fazem presentes, mas, acima de tudo e de todos, atuar como um Articulador e Integrador do Saber.

A título de pesquisa, e diante da similaridade dos resultados obtidos em todas as Edições, estaremos adotando por amostragem a Edição mais atual: a 3ª Edição, para uma análise mais detalhada acerca da sua realização e funcionamento. Tal escolha é reforçada também, diante do fato da pesquisadora ter atuado enquanto Integrante da Equipe Básica de Trabalho da referida Edição do Curso.

CAPÍTULO V – O RETRATO DO CECOP/UFBA 3ª EDIÇÃO NA VISÃO DOS SUJEITOS QUE DELA PARTICIPARAM

Busca, esse capítulo, traçar o retrato do CECOP/UFBA desenvolvido no estado da Bahia, a partir dos olhares dos sujeitos que fizeram e viveram o referido Curso ao longo dessa sua 3ª Edição. Para tanto, com um viés crítico e fundamentado nos capítulos que se antecederam a este, analisaremos, para sua construção, os resultados obtidos por meio do Questionário Virtual aplicado junto a um percentual de 10% de cada uma das Categorias de Profissionais participantes do Curso: 48 (quarenta e oito) Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, 02 (dois) Professores Pesquisadores, 02 (dois) Tutores e 05 (cinco) Professores Pesquisadores Orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso na modalidade de Projeto Vivencial – TCCs/PV. Além de nos utilizarmos dos dados coletados utilizaremos, também, informações extraídas do SISFOR/MEC, através do qual os Cursistas cadastrados no Curso, ao responderem a algumas questões de um Formulário Virtual, disponível no período da matrícula na Edição pesquisada revelaram seus perfis, no referido Sistema. Ressalta-se que os participantes que contribuíram com a pesquisa em pauta responderam à questões que envolveram os cinco termos representados no Diagrama a seguir.

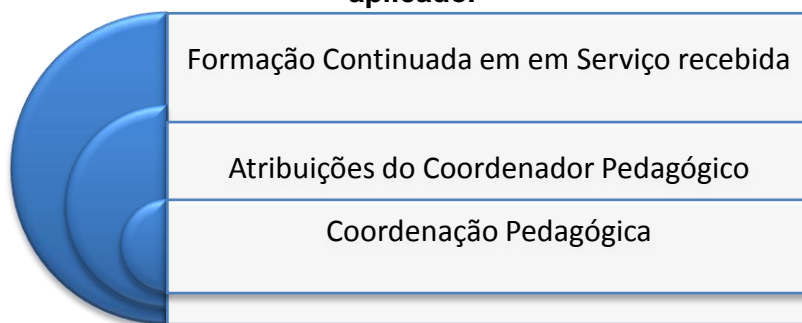
Figura 5 – Termos-chave (Parte I) concernentes ao Questionário de Pesquisa aplicado.



Fonte: Autoria da Pesquisadora.

No que se refere aos conhecimentos construídos no Curso, em consonância com o Diagrama a seguir, a pesquisa buscou delinear, em especial, sobre o conceito de Coordenação Pedagógica, suas atribuições e sobre a Formação Continuada e em Serviço que receberam no Curso eleito como objeto de estudo do meu trabalho.

Figura 6 – Termos-chave (Parte II) concernentes ao Questionário de Pesquisa aplicado.



Fonte: Autoria da Pesquisadora.

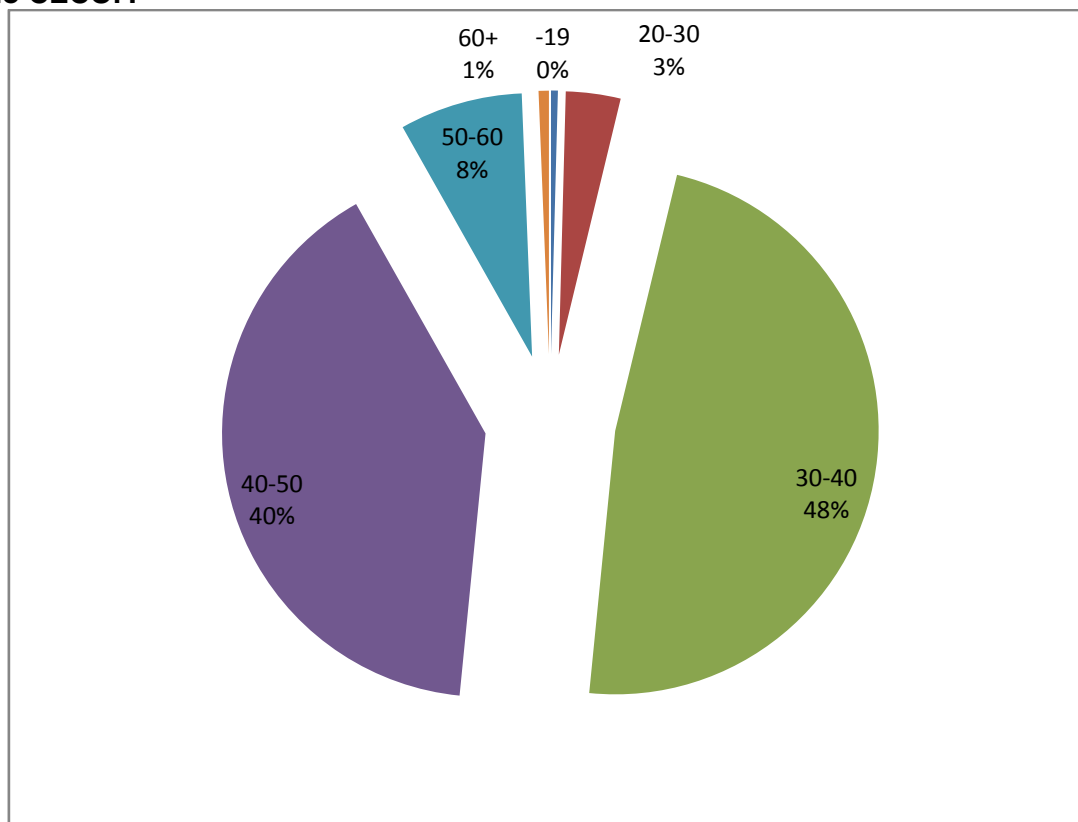
1. O PERFIL DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS/CURSISTAS DO CECOP/UFBA, NA SUA 3ª EDIÇÃO

Em conformidade com o Relatório gerado pelo SIMEC, foi possível delinear o Perfil dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, egressos do CECOP 3. Saliento, contudo, que o mesmo é traçado considerando três categorias de análise, são elas: Aprovados, Reprovados, Evadidos e Falecidos.

Como a nossa pesquisa tem como objetivo contribuir para a qualificação da educação brasileira, sobretudo, no estado da Bahia. Nos concentraremos aqui, em analisar o perfil dos 477 Aprovados (99,38% sobre a Meta a Física do Curso que era de 480 Certificações), no CECOP 3.

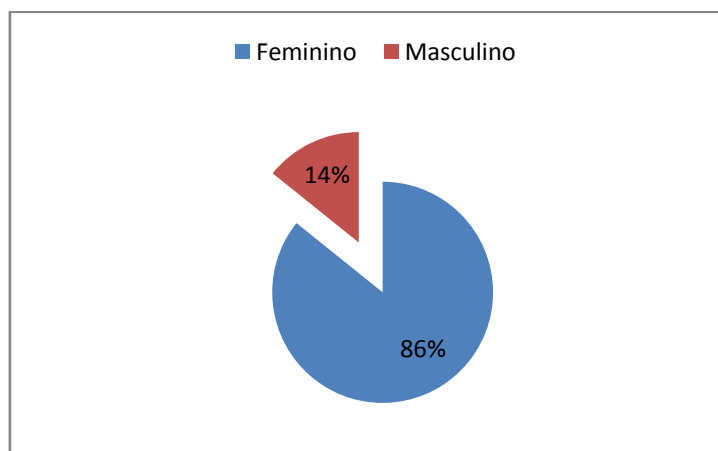
A maioria dos Cursistas pertence à faixa etária entre 30 e 50 anos, sendo a maioria mulheres (86%), pardas (58%), sem deficiências (97%), e que ocupam cargo de Coordenador(a) Pedagógico(a) (82%) nas escolas e espaços que atuam.

Gráfico 2 – Faixa etária dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP.



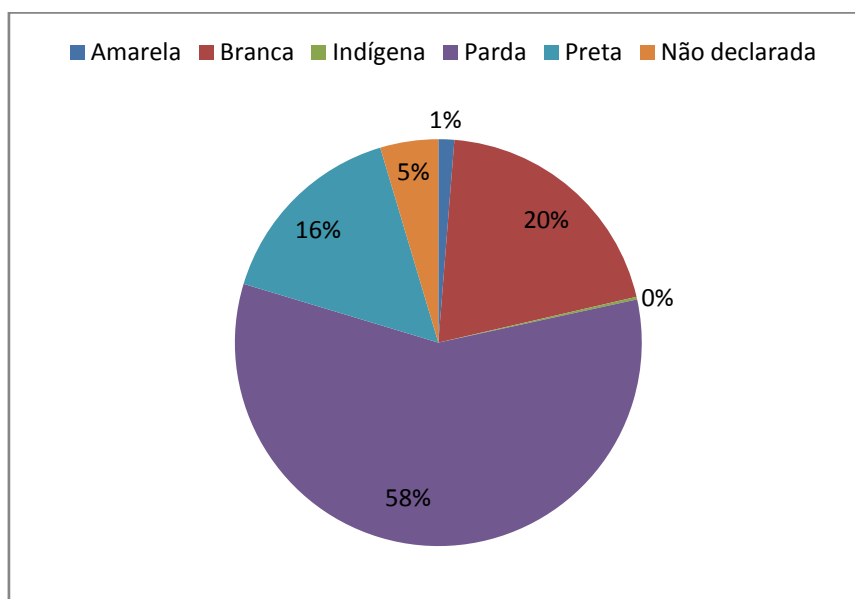
Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório do SISFOR/MEC.

Gráfico 3 – Sexo dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP.



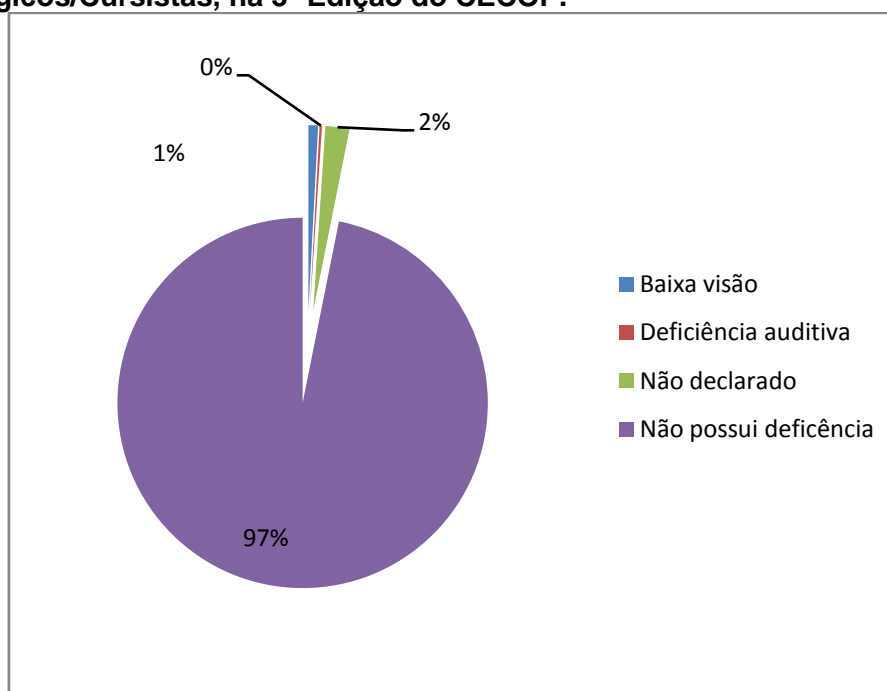
Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório do SISFOR/MEC.

Gráfico 4 – Raça/ Etnia dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP.



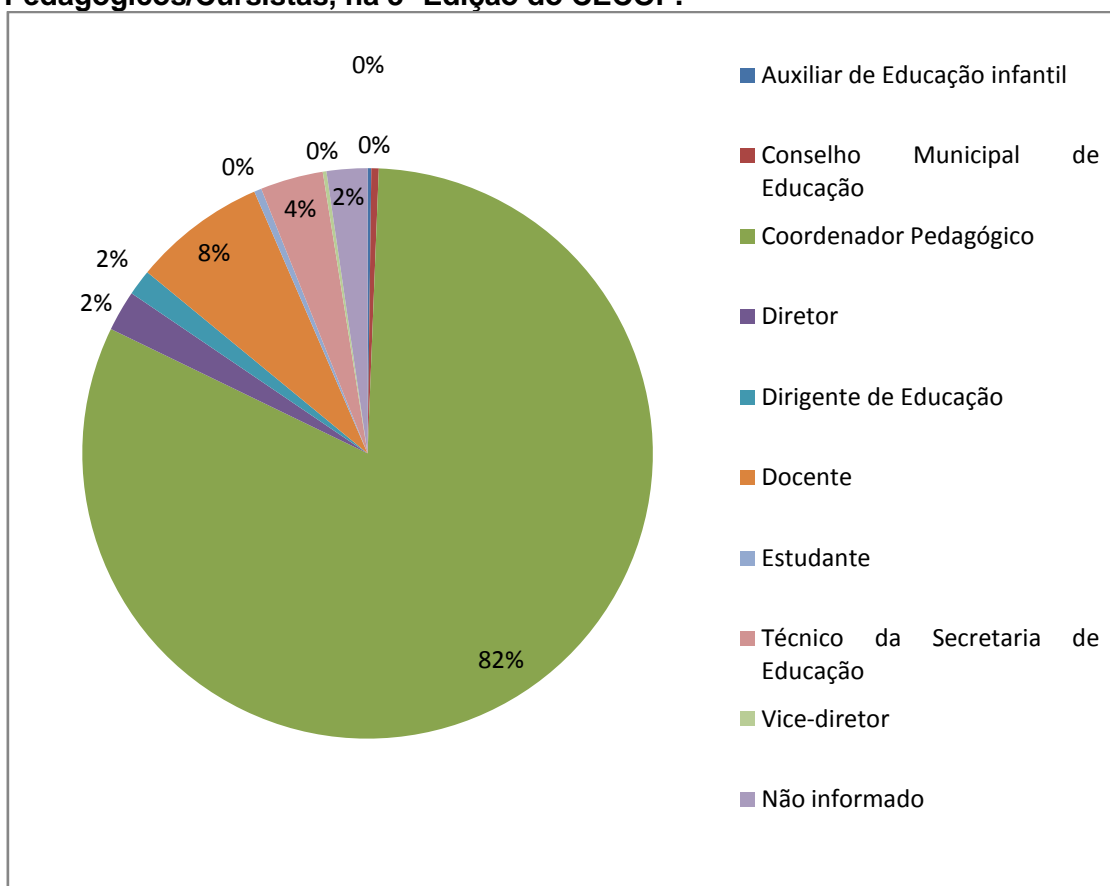
Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório do SISFOR/MEC.

Gráfico 5 – Quanto à deficiências físicas dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP.



Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório do SISFOR/MEC.

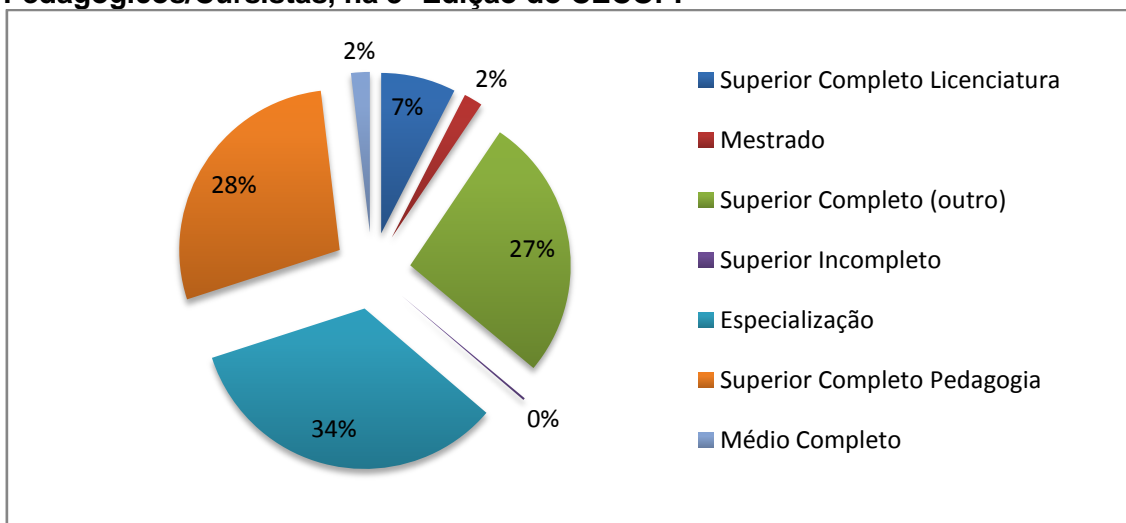
Gráfico 6 – Quanto à função que exercem os Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP.



Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório do SISFOR/MEC.

Quanto à Escolaridade dos mesmos, o Relatório revela que 34% dos Cursistas já apresentavam outra pós-graduação em nível *Lato Sensu*, 28% apresentavam Licenciatura em Pedagogia, 7% em apresentavam licenciatura em outros cursos, além de outras formações como se é possível perceber no Gráfico 9.

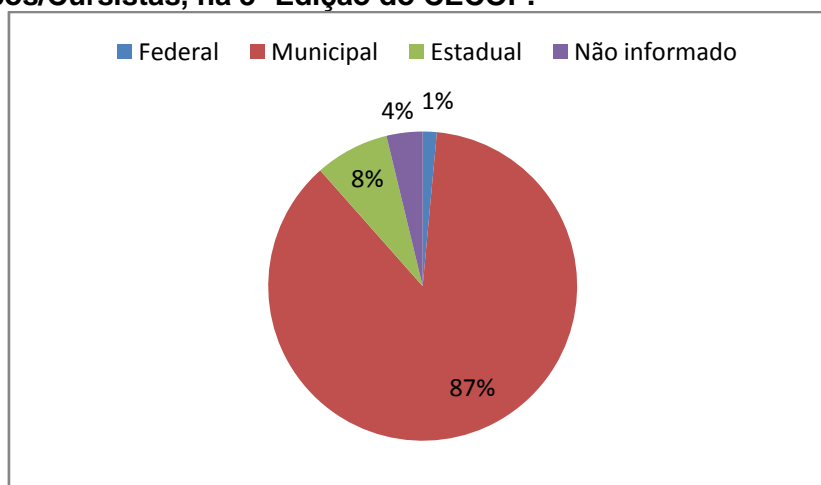
Gráfico 7 – Quanto ao grau de escolaridade dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP.



Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório do SISFOR/MEC.

Quanto à esfera em que atuam, 87% afirmaram ser da Rede Municipal de Ensino. Registraram ainda, vínculos com as esferas Federal (1%) e Estadual(8%), bem como houveram Cursistas que não informaram onde atuavam (4%).

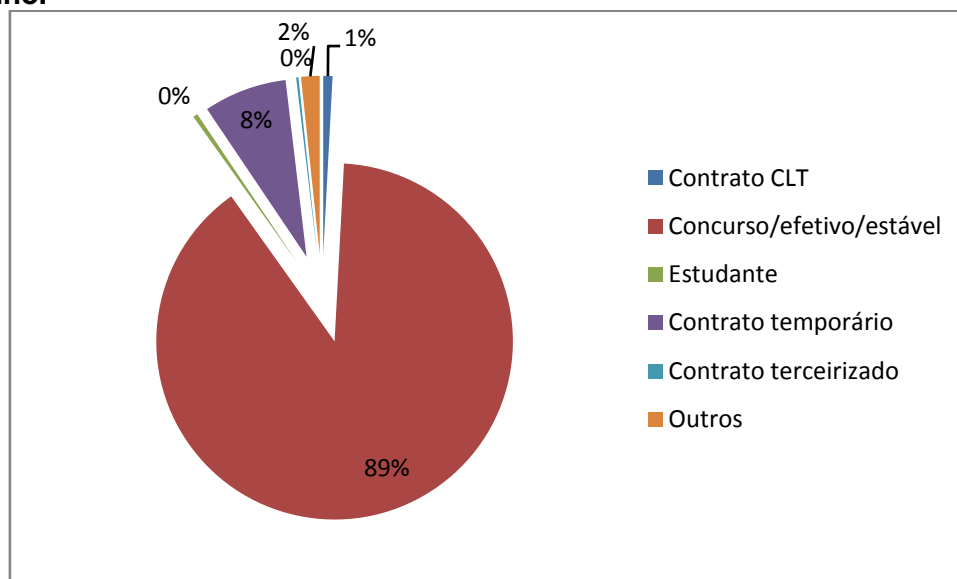
Gráfico 8 – Quanto à rede em que atuam os Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP.



Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório do SISFOR/MEC.

Quanto ao vínculo profissional com sua esfera de trabalho, cerca de 90% dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas do CECOP, na sua 3ª Edição, afirmaram que são concursados para cargo efetivo e como tal, gozam de estabilidade legitimada.

Gráfico 9 – Quanto ao vínculo que apresentam os Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na 3ª Edição do CECOP, junto ao(s) seu(s) locais de trabalho.



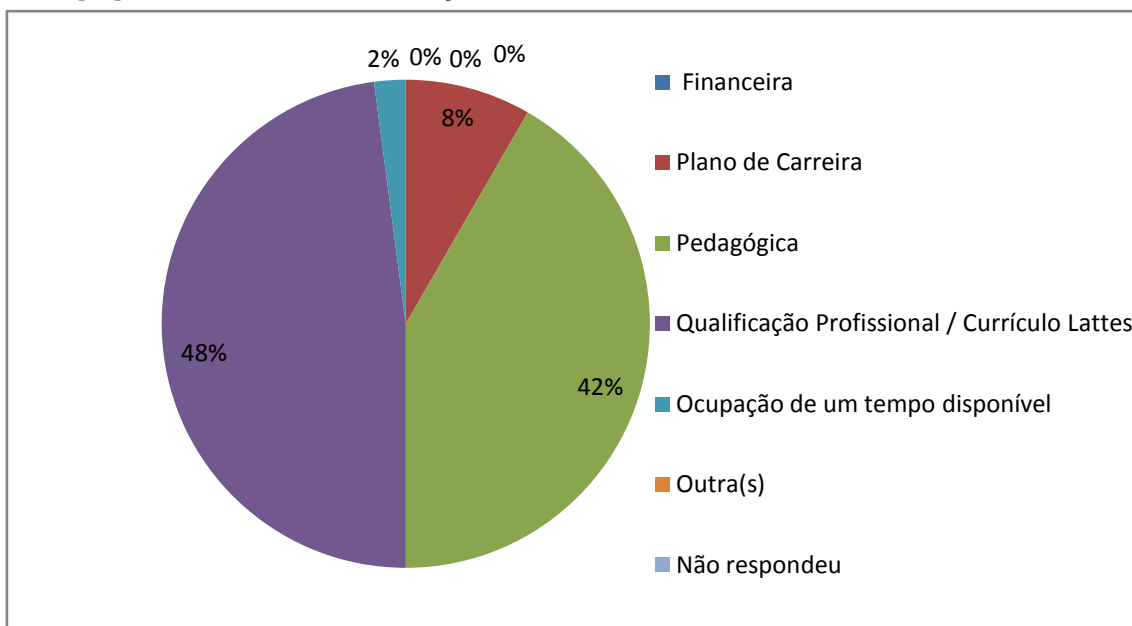
Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório do SISFOR/MEC.

2. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO VIRTUAL

Em suas respostas ao Questionário Virtual, os Egressos do Curso que foram selecionados de modo aleatório, para participarem da referida pesquisa, dentro de um quantitativo de 04 (quatro) Coordenadores Pedagógicos de cada um dos 12 (doze) Municípios-Polo, totalizando 48 (quarenta e oito) participantes traduziram em suas respostas as suas motivações para realização do Curso, a aplicabilidade e a importância dos conhecimentos construídos para com a sua atuação, bem como, destacaram as lacunas deixadas e as dificuldades e as formas encontradas para superá-las. Demonstraram também, suas concepções de Coordenação Pedagógica e das suas atribuições enquanto profissionais desta área além de revelarem sua preocupação com a dificuldade de encontrar Formações Continuidas e em Serviço específicas àqueles que desejam seguir profissionalmente esta tão importante área de atuação.

2.1 JUNTO AOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS/CURSISTAS

Gráfico 10 – Quanto à motivação que levou os Coordenadores Pedagógicos/Cursistas à 3ª Edição do CECOP.

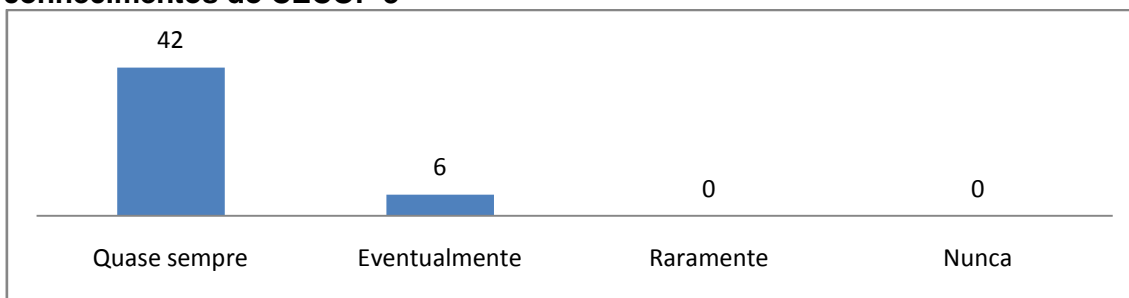


Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das respostas obtidas por meio do Questionário Virtual aplicado.

Segundo resultado da análise feita a partir das respostas dadas pelos Coordenadores Pedagógicos do Estado da Bahia a principal motivação que direcionou-os, conforme Gráfico 10, a realizarem o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, da Universidade Federal da Bahia, na sua 3ª Edição, relaciona-se, primeiramente, com a necessidade de qualificação profissional com vistas a uma ampliação não só qualitativa, mas como também quantitativa do Currículo Lattes¹³ e, em segunda e expressiva ordem, os egressos consideraram que a principal motivação se traduz por uma necessidade de atualização pedagógica.

¹³ Segundo o *website* da Plataforma Lattes, o Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, hoje, adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. Para maiores informações acesse o *website*: <http://lattes.cnpq.br/>.

Gráfico 11 – Quanto à frequência de utilização na sua atuação profissional dos conhecimentos do CECOP 3



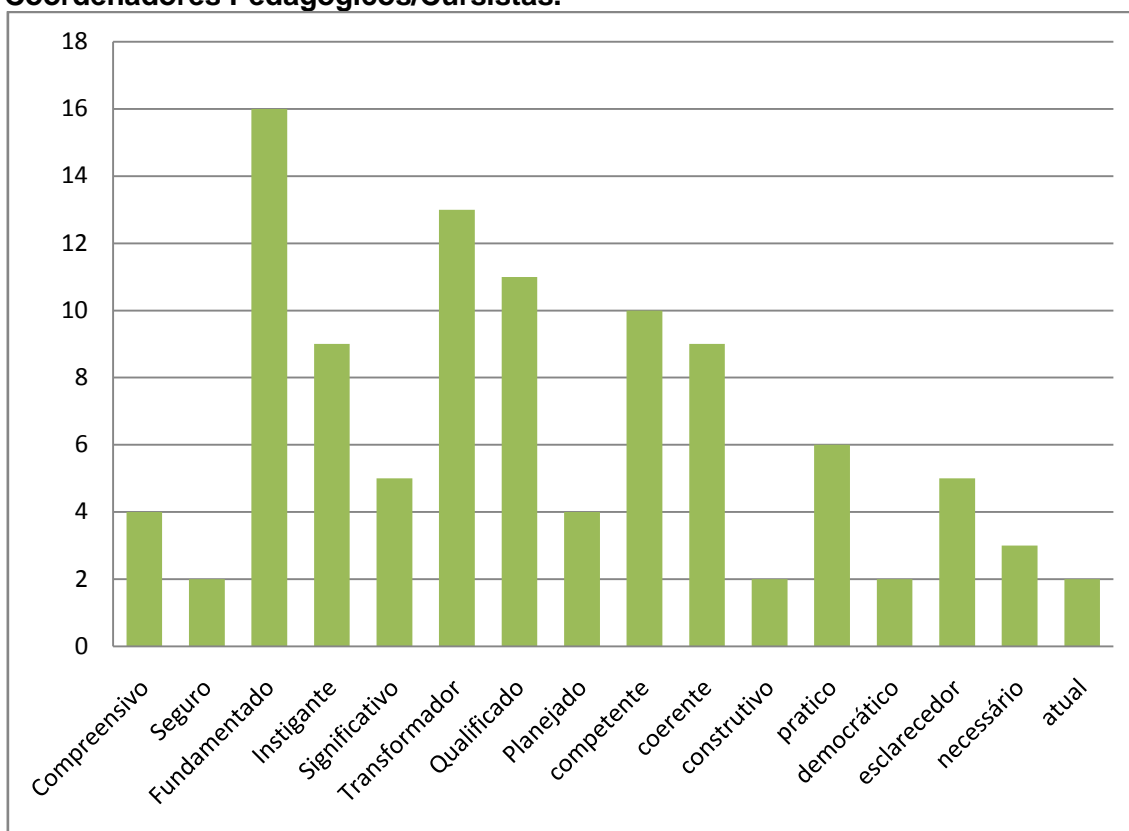
Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das respostas obtidas por meio do Questionário Virtual aplicado.

Quanto à frequência com que aplicaram os conhecimentos construídos ao longo do CECOP 3 no decorrer do seu exercício profissional no ambiente escolar, os respondentes da pesquisa afirmaram ter utilizado, tais conhecimentos, frequentemente o que nos permite chegar a duas conclusões: a primeira de que a proposta curricular, as ementas definidas para cada Componente Curricular, os referenciais teóricos e a metodologia definidos e utilizados contribuíram significativamente para com a prática dos Coordenadores Pedagógicos que desses conhecimentos tiveram acesso e a segunda conclusão é a de que tais profissionais careciam de uma Formação Continuada e em Serviço que os subsidiassem no seu fazer pedagógico.

Vale ressaltar, que além dessas duas categorias de resposta, uma terceira, a relacionada à adesão por motivos de Plano de Carreira, também foi sinalizada por 8% (oito por cento) dos Coordenadores. A respeito desta, salientamos, inclusive, que apesar de ter sido uma pequena parcela que a destacou e de um único Município-Polo¹⁴, estes, inclusive, interromperam seu processo de formação já que a certificação na modalidade de Aperfeiçoamento era suficiente para obtenção de uma melhoria salarial. Ressalta-se que tal conduta em muito nos surpreendeu.

¹⁴ Cerca de 10 (dez) Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, ou seja, 4% (quatro por cento) dos participantes do Município-Polo de Souto Soares alegaram, junto ao seu Tutor, o não interesse na realização da Defesa Pública, última etapa para obtenção do título de Especialização em Coordenação Pedagógica, já que no Plano de Carreira dos seus Municípios apenas uma pós-graduação a nível *Lato Sensu* é aceita para fins de avanço vertical com melhoria salarial. O que os direcionaram a obtenção do título de Aperfeiçoamento Pedagógico para obtenção de um avanço horizontal.

Gráfico 12 – Quanto à importância do CECOP 3 para o exercício profissional dos Coordenadores Pedagógicos/Cursistas.

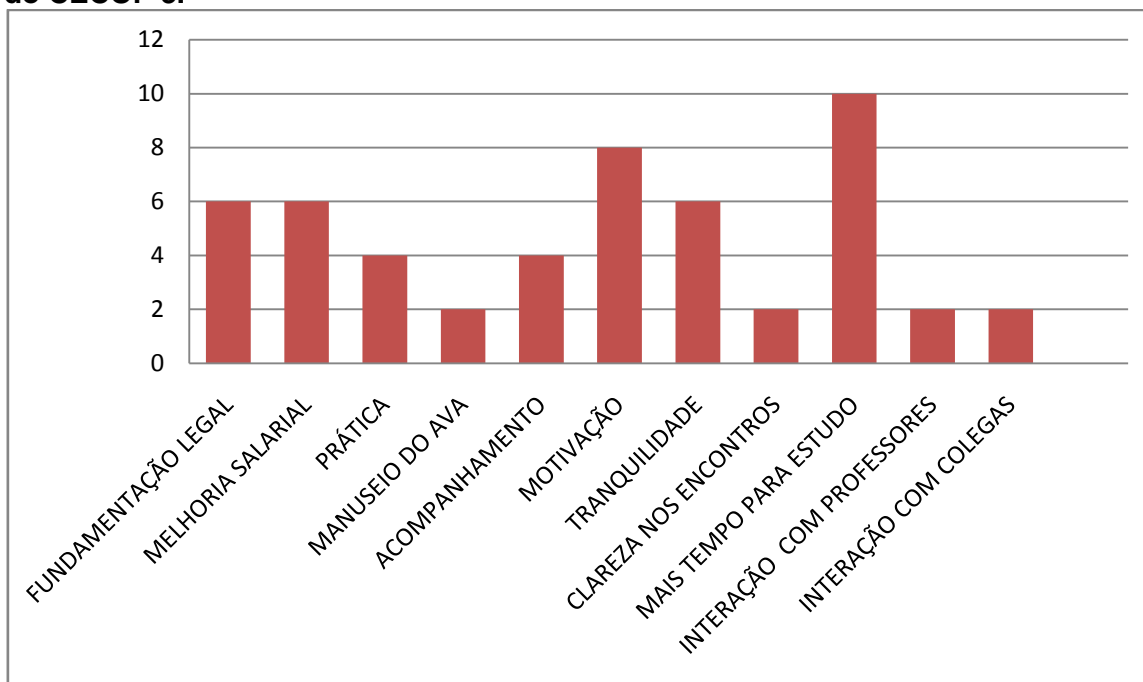


Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das respostas obtidas por meio do Questionário Virtual aplicado.

No que se refere à importância do Curso em análise para o exercício profissional ao qual este foi destinado obtivemos, por meio das repostas atribuídas pelos egressos ao Questionário três adjetivos que mais se repetiram que o qualificaram: Qualificado, Fundamentado e Instigante.

*“O curso ofereceu mais **segurança** para o meu exercício profissional. Foi muito **valioso** os ensinamentos adquiridos durante os momentos de estudo, e a partir das reflexões feitas durante o curso consigo encarar com mais **seriedade** as atividades de coordenação, pois antes nem a gente mesmo conseguia entender a amplitude e a **importância** do profissional para a área de educação.” [sic] (CPC 8)*

Gráfico 13 – Quanto às expectativas não cumpridas diante do desenvolvimento do CECOP 3.



Fonte: Autoria da Pesquisadora a partir das respostas obtidas por meio do Questionário Virtual aplicado

No que se referem às dificuldades encontradas no desenvolver do Curso e as estratégias buscadas, pelos egressos, para que estes dessem continuidade à sua participação no mesmo, os sujeitos em questão revelaram que:

- A falta de familiaridade com a Plataforma Moodle/MEC, utilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA/CECOP3, dificultou seus primeiros acessos ao mesmo, mas que diante da dificuldade recorreram aos Integrantes da Equipe Tecnológica do Curso, bem como, com os Tutores e demais colegas com os quais, alegam, conseguiram ajuda.

“No início senti dificuldade em lidar com a plataforma. Mas sempre questionava a coordenação tecnológica e pedagógica e estas me deram suporte e logo adquiri praticidade.” [sic] (CP/C 3)

- O curto tempo para realização das leituras e desenvolvimento das atividades solicitadas, associadas à carga horária de trabalho que já dedicam a seus ambientes de trabalhos, fizeram com que usassem seus horários de descanso para efetivação das mesmas, incluindo, estudos no turno noturno, nos finais de semana e feriados.

“Administrar o tempo de estudo com as muitas atividades profissionais que possuo foram superadas pois sabia que essa oportunidade não voltaria mais. Então aprendi a acordar as três da madrugada, relegar meus sábados, domingos e feriados para dedicação exclusiva aos estudos. Valeu a pena.” [sic] (CP/C 11)

“A principal dificuldade da formação em exercício é o ajuste do tempo para com os estudos a serem realizados, principalmente, em se tratando de um Curso na modalidade à distância, cuja autonomia de estudo deve ser uma prática diária. A saída encontrada foi criar mecanismos de auto-organização que viabilizassem o acesso ao AVA pelo menos uma vez por dia. Outra medida adotada foi salvar todos os textos da midiateca e tê-los sempre a mão para estudar, não dependendo essencialmente do uso da internet.” [sic] (CP/C 20)

“Realizei o curso trabalhando 40 horas na unidade de ensino. Em alguns momentos ficou bastante cansativo. Apenas nos últimos 15 dias (revisão do TCC) houve liberação de um período pela Secretaria Municipal de Educação. Mas a vontade de ter uma pós, com estreita relação com meu trabalho cotidiano, levou-me a superar o cansaço.” [sic] (CP/C 21)

- O atraso das devolutivas por parte dos PPOs, em relação às etapas Produção dos TCCs/PV. Para superar esta dificuldade, por envolver diretamente outros sujeitos, não foram pensadas estratégias para vencer este obstáculo.
- O deslocamento à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia para participação nos Encontros Presenciais de Orientação da Produção do TCC/PV, bem como para participação das Defesas Públicas. Segundo os egressos, a distância de alguns Municípios Satélites superava 1.000km, as estradas em condições precárias, o processo falho para com o pagamento das diárias por parte da Secretaria de Educação dos Municípios, que por se fazer com atrasos, em alguns casos, impulsionaram os próprios cursistas custearem as mesmas. Processo esse que descumpria com o acordo firmado entre as Secretarias supracitadas e o CECOP 3, e com a lógica legal da gratuidade da formação pública.

- Chamamos a atenção para o fato de um grande número de egressos relataram não terem tido dificuldades no decorrer de sua participação no CECOP 3.

Quanto às atribuições dos Coordenadores Pedagógicos os profissionais questionados revelaram:

- A formação dos professores no ambiente escolar.

“Destaco o processo de formação nos horários destinados ao planejamento. A partir do CECOP os encontros com os professores passaram a ser mais significativos e se tornaram momentos de formação, o que resultou num fazer pedagógico diferenciado. Vale ressaltar, que utilizei os textos indicados como instrumento de formação.” [sic] (CP/C 13)

- O acompanhamento do planejamento pedagógico desenvolvido pelos professores com a finalidade de contribuir para com sua prática em sala de aula vendo-a reverberar na aprendizagem do aluno e, por conseguinte, na melhoria da qualidade do ensino no Município.

“Duas das atribuições que considero pertinentes e dignas de nota são: o papel do coordenador no Planejamento Pedagógico e a Formação continuada na escola. Pois esse profissional muito pode contribuir para a melhoria do desempenho de professores e alunos frente aos grandes desafios para a educação do século XXI.” [sic] (CP/C 14)

- O conhecimento imprescindível das Políticas Educacionais Nacionais e do Projeto Político Pedagógico para as tão almejadas melhorias na educação brasileira.

Foi possível ainda, identificar o que foi tão profundamente discutido no Capítulo 1 desse TCC, no que se referem às atribuições dos Coordenadores Pedagógicos nas Unidades Escolares e seus desvios de função que tanto comprometem o seu fazer pedagógico.

“Nos estudos de Vera Placo, aprendi que nós coordenadores temos três funções básicas: a de articulador, a de formador e a de transformador. Penso que essas três funções são essenciais e indissociáveis. O

que atrapalha, muitas vezes, são os nossos desvios de função, que acaba nos tirando do nosso verdadeiro papel. Sobretudo a função que mais me desafia é a de formador, pois somente com uma sólida formação os docentes podem articular e transformar coletivamente a sua realidade escolar.” [sic] (CP/C 19)

Em vistas à compreensão referente à Coordenação Pedagógica os sujeitos dessa pesquisa demonstraram, na suas respostas, uma compreensão não apenas sobre a relevância da função desse serviço como também o importante papel que ela desenvolve no cenário educacional público brasileiro. Nesse sentido as atribuições dos Coordenadores Pedagógicos, segundo eles, assumem o cerne da questão e passam a representar aqui um importante elo quanto a sua identidade profissional esclarecendo, inclusive, seus locais de atuação.

“Coordenação pedagógica é articular, transformar, formar e agir como mediador entre os agentes envolvidos (professores, alunos, pais, direção) no processo educacional, visando uma melhoria das práticas pedagógicas e, conseqüentemente, do processo ensino aprendizagem.” [sic] (CP/C 8)

“Coordenação Pedagógica, para mim, é minha escolha, meu trabalho, meu desafio cotidiano na escola pública. Procuo atuar como intermediadora da prática do professor visando o alcance da aprendizagem do aluno, subsidiando-o teoricamente a cada dificuldade elencada.” [sic] (CP/C 21)

“É uma área da educação que objetiva melhorar as práticas pedagógicas na unidade escolar e/ou na Secretaria de Educação. Permite também, atuação em outros espaços institucionais com o foco na articulação e organização do trabalho. Trata-se de uma profissão que exige clareza conceitual, teórica e metodológica sobre a sua real função.” [sic] (CP/C 6)

“Compreendo como uma missão de grau elevado de alcance, pois o coordenador precisa possuir a capacidade de articular competentemente a equipe escolar e seduzir os sujeitos envolvidos para abraçar com muito compromisso, de forma politizada, e priorizar o direito dos estudantes com uma educação cidadã e transformadora. Coordenar é emanar de poderes e articular um conjunto de ações e sujeitos em prol da missão educadora.” [sic] (CP/C 11)

Sobre a necessidade de continuidade do processo de formação dos Coordenadores Pedagógicos, no nível *Stricto Sensu*, os mesmos, em sua totalidade, declararam concordar com esta continuidade através de Mestrados e/ou Doutorados. Estes, revelaram ainda, da grande dificuldade que existe de conseguirem realizar esses estudos no Brasil.

“O Curso CECOP 3 me trouxe a oportunidade de compartilhar experiências ao mesmo tempo em que aprendi muito com a interação com os colegas e professores. Os textos e teorias discutidas foram muito importantes, mas ver na prática, através das discussões, tudo o que estávamos vendo na teoria, foi muito instigante e proveitoso. E o Projeto Vivencial, nossa! Achei maravilhoso levar uma prática vivida no meu ambiente de trabalho, para ser o tema do meu TCC. Agora imagino que, se em curso de Pós Graduação pude adquirir meios para contribuir com a melhoria da qualidade de ensino do município no qual trabalho e principalmente para a minha própria qualificação e formação continuada, com uma indicação de um Curso Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado, aumenta mais ainda o acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, uma educação de melhor qualidade, sem contar é claro com a minha realização profissional e pessoal.” [sic] (CP/C 2)

“Como tive oportunidade de experenciar com muito afinco a atividade da pesquisa neste curso, vejo nele a oportunidade de aprimorar e aprofundar nos estudos de pós-graduação, sobretudo no doutorado, dando continuidade a pesquisa que apresentei na conclusão do meu TCC. Seria uma oportunidade singular para unir pesquisa e formação do coordenador pedagógico, dando valor ao conhecimento produzido e partilhado no chão da escola.” [sic] (CP/C 19)

2.2 JUNTO AOS PROFESSORES PESQUISADORES

No que se refere à principal motivação que levou os Professores Pesquisadores (PPs) a integrarem o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 3ª Edição, os mesmos afirmam que a busca por Qualificação Profissional/Currículo Lattes, prevaleceu.

Consideram ainda os conteúdos do CECOP 3 de grande relevância e aplicabilidade na sua atuação profissional.

Quanto aos adjetivos que atribuem ao CECOP 3, foram relatados os seguintes: resiliente, criativo, assertivo, significativo e transformador. Além de ambos concordarem que se tratou de uma experiência profissional ímpar em suas carreiras.

Segundo os pesquisados, não houveram lacunas, cumprindo o CECOP 3, plenamente, com suas expectativas pessoais e profissionais.

Considerando as atribuições do Coordenador Pedagógico, os PPs revelaram que consideram:

“A Formação Docente em Serviço; Tal processo é de extrema importância para a construção de uma prática educativa reflexiva, que se (re)constrói permanentemente, possibilitando o desenvolvimento de uma educação contextualizada e comprometida e uma maior competência para lidar com as demandas do fazer educativo.” [sic] (PP 1)

“Não há dúvidas em relação ao trabalho direcionado às atribuições do coordenador pedagógico no Cecop. Acredito que as atribuições essenciais e muito bem discutidas durante o curso foi a de promover a formação continuada de professores e articular o projeto político pedagógico (PPP) da unidade escolar. A escola precisa acompanhar as mudanças da sociedade e conseqüentemente do conhecimento, que contempla o ensinar e o aprender; dessa forma, a formação de professores se faz necessária para o desenvolvimento da educação. Por outro lado, o PPP é instrumento dinâmico, mutável e vivo que oportuniza a transformação do espaço escolar; de modo que o coordenador pedagógico deve tê-lo como foco do seu trabalho.” [sic] (PP 2)

Quanto à compreensão acerca do que se referem à Coordenação Pedagógica, eles relatam:

“Entendo que coordenar o pedagógico é, em especial, instaurar um processo contínuo de reflexão da práxis pedagógica através da mediação/articulação entre o trabalho docente, o currículo e a comunidade escolar com vistas à concretização de um efetivo processo de ensino e de aprendizagem que possibilite uma educação emancipadora.” [sic] (PP 1)

“Atividade que se manifesta a partir da reflexão e ação, tendo em vista a transformação da prática docente e

consequentemente a aquisição da aprendizagem pelos discentes. Desse modo, este trabalho deve estar voltado à organização, compreensão e transformação de prática pedagógica, com foco nos resultados da aprendizagem, conforme fins coletivamente compactuados e justificados por toda comunidade escolar.” [sic] (PP 2)

Finalizando o questionário, foi perguntado aos pesquisados se legitimam a importância de continuidade dos estudos na área proposta pelo Curso. E sobre isso, eles constataram que,

*“Considero muitíssimo importante tal indicação, pois é perceptível que existe uma infinidade de elementos/fenômenos a serem estudados, através da modalidade *Stricto Sensu*, tendo como foco a coordenação pedagógica.” [sic] (PP 1)*

“O referido curso no nível de mestrado poderá oferecer aos profissionais da área sólida formação profissional diante da possibilidade de aprofundamento teórico e de autonomia acadêmica na construção e divulgação de pesquisas e estudos, contribuindo, assim, para a elevação da capacidade do coordenador pedagógico em elaborar novas ações, estratégias e processos de compreender, questionar e fazer sob um enfoque mais crítico e reflexivo.” [sic] (PP 2)

2.3 JUNTO AOS PROFESSORES PESQUISADORES ORIENTADORES DE TCCs/PV

Considerando a motivação que os levou a participarem do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 3ª Edição, os Professores Pesquisadores Orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso na Modalidade de Projeto Vivencial (05), consideram a ordem Pedagógica como sendo a principal (03), seguida de Qualificação Profissional/ Currículo Lattes(02) e Plano de Carreira (01). Como se pode perceber pelo número de respostas, alguns PPOs consideram mais de uma categoria como motivadoras.

No que se refere a aplicabilidade dos conhecimentos retratados ao longo do CECOP 3, 80% dos participantes da pesquisa consideraram que se utilizam desses conhecimentos quase sempre na sua atuação profissional, e 20% apenas os utilizam eventualmente.

Quanto à importância do Curso, esses profissionais relatam quão significativa foi sua participação no mesmo, qualificando-o como desafiador, de grande aprendizado, permitindo aperfeiçoamento, criticidade e renovação. Exemplificando o recorte aqui estabelecido, tomei a fala do PPO 2 que sistematiza as considerações dos demais: “**Rico** (em conhecimentos); **Sério** (em organização técnica e metodológica) e **Excelente** (em relação à experiência profissional)” [sic].

Segundo os PPOs, não houveram lacunas com relação aos conteúdos e procedimentos trabalhados no CECOP, na edição em análise.

“Não consigo pensar em um aspecto que poderia ser trabalhado e não foi. Foram tantos processos de aprendizagem com orientandos, com colegas e com o próprio sistema EAD, que até as questões “problemáticas” que surgiram no processo, serviram de lição.” [sic] (PPO1)

Os obstáculos relatados pelos pesquisados se referiam, principalmente, ao horário de acompanhamento/orientação virtual dos Cursistas; à dificuldade dos mesmos com a escrita acadêmica e ao número de orientações por PPOs, que na 3ª Edição foram na proporção 1:11 [sendo 1(um) PPO para cada 11(onze) Coordenadores Pedagógicos/Cursistas].

“Não foram poucas as dificuldades encontradas por mim para o desempenho da minha função. Mas, considero que tais dificuldades tiveram haver com o fato de se tratar da minha primeira experiência como orientadora. Fazer a orientação de 11 trabalhos e, além disso, monitorar a participação no ambiente virtual, e ainda observar a possível ocorrência de plágios nos trabalhos, foi bastante complicado. Lidar com as limitações de algumas cursistas em relação à escrita também foi algo bem difícil. Acho que consegui superar essas e outras dificuldades dedicando bastante atenção e tempo ao trabalho de orientação.” [sic] (PPO1)

“Não encontrei dificuldades, apenas o desafio em manter o ritmo e o rigor necessários a um trabalho de tão grande relevância para a educação e gestão pedagógica em âmbito Estadual. Para assegurar a qualidade necessária nestes processos o desafio foi manter diálogos constantes com o grupo pelo AVA, pelo whatsapp, por ligação telefônica. E o devido cuidado para todas as

intervenções e orientações fossem claras, detalhadas e precisas.” [sic] (PPO 2)

É importante salientar que os PPOs lograram êxito com as estratégias utilizadas para superar os desafios expostos. Isso se justifica a partir da certificação de 360 Coordenadores Pedagógicos/Cursistas, na modalidade de Especialização, onde se prevê como pré-requisito básico à aprovação pela banca examinadora no momento da defesa pública dos TCCs/PV.

Quanto às atribuições dos Coordenadores Pedagógicos, eles revelam a articulação, formação e transformação, em consonância com o que já foi explicitado a esse respeito.

*“A de **Formação** do profissional docente, numa perspectiva de ação/reflexão das práticas cotidianas, mediante processo de auto formação profissional de toda a equipe escolar durante AC. E de **Articulação** com os processos de ensino e aprendizagem, por meio de práticas de acompanhamento individual de docentes e de alunos.” [sic] (PPO2)*

“Formação continuada de professores de modo assertivo e comprometido. Desde o referencial bibliográfico disponibilizado nas disciplinas, até a elaboração do TCC, o curso priorizou um perfil formativo de coordenadores comprometidos para uma mudança radical nos mais variados contextos educativos onde os coordenadores cursistas atuam. Particularmente claro, foi o foco na ideia de que a função precípua do coordenador é lutar pela formação continuada dos professores na educação básica, contribuindo para a qualificação do quadro dos mais diversos espaços educativos. Um coordenador multiplicador de experiências, que age aumentando a potência de agir dos seus coordenados.” [sic] (PPO4)

Pensando na Coordenação Pedagógica percebe-se através dos PPOs, a sua relevância no cenário educacional brasileiro.

“A Coordenação Pedagógica no ambiente escolar, é uma espécie de “maestro” responsável pela mediação das relações (escola-comunidade, aluno-aluno, professor-aluno, professor-professor, professor- pais, pais –direção, etc.) e dos processos educativos que se desenvolvem neste ambiente. Nesse sentido, a ação do coordenador pedagógico é de extrema importância, pois é determinante para a qualidade das relações interpessoais e da educação como um todo. Porém, é importante dizer

que tal atividade, não se restringe ao ambiente escolar.”
[sic] (PPO1)

“A Coordenação Pedagógica é uma função da docência de grande relevância no espaço escolar que implica diretamente na qualidade do ensino e da aprendizagem, visto que envolve processos de formação e de acompanhamento, mediante uma gestão articulada, dos sujeitos vinculados diretamente aos processos de ensino e de aprendizagem no espaço escolar (professores e alunos).”[sic] (PPO2)

No que se refere à necessidade de um Curso em nível de Mestrado/Doutorado que permitisse a continuidade da formação por parte dos Coordenadores Pedagógicos do Estado da Bahia, foi unânime o posicionamento favorável dos pesquisados, como podemos perceber através das suas falas.

“É de extrema importância a indicação de um Curso de Mestrado e Doutorado na área da coordenação pedagógica, pois seria uma oportunidade de colaborar ainda mais com a área através da qualificação dos profissionais e do estudo e aprofundamento de questões de antigas e novas questões que surgem nos espaços educativos.” [sic] (PPO1)

“Acho interessante a existência de um programa de pós que focalize a Coordenação Pedagógica como seu objeto em todas as suas especificidades, tendo em vista que muitos profissionais desta área acabam por se afastar de seus objetos de atuação, investindo em outros afins, se desejarem fazer mestrado/doutorado.” [sic] (PPO3)

Dois dos PPOs pesquisados, compreendendo 40% do total, consideraram ainda que o Mestrado poderia vir a ser na Modalidade de Mestrado Profissional.

“[...]considero pertinente a indicação de um Mestrado Profissional nesta área cujo foco seja não apenas a produção como a aplicação do produto final elaborado, com a discussão explícita das transformações pelas quais os sujeitos passaram, ou não, nos processos formativos.”
[sic] (PPO 4)

“Principalmente em se tratando de Mestrado Profissional. Percebo que os Coordenadores Pedagógicos Cursistas se mostraram bastante motivados a continuidade de pesquisas nesse campo de atuação.” [sic] (PPO 5)

2.4 JUNTO AOS TUTORES

Os Tutores do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na sua 3ª Edição – CECOP 3 acreditam, com base nas respostas dadas, que a motivação principal dos Cursistas incide na necessidade de atualização de ordem pedagógica associada à qualificação desses profissionais e que os conhecimentos construídos ao longo do Curso foram, e com certeza, serão de grande valia no seu fazer profissional nos locais onde atuam.

Os Tutores atribuem ao CECOP 3 adjetivações como: Comprometido, Responsável e Qualificado. Consideram também, conforme fala do TT 2 tomamos emprestada a fala do TT 2, ter o Curso possibilitou:

“Compreender o papel do coordenador escolar enquanto interventor. Pensar a prática pedagógica de forma crítica e reflexiva. Buscar solucionar problemas que permeiam a prática educativa de forma planejada, tendo a pesquisa-ação como base para intervenção.” [sic] (TT 2)

No que se refere às lacunas que o CECOP 3 possa ter deixado, dois Tutores que responderam ao Questionário Virtual, um deles se absteve, nada declarando enquanto o outro relatou e sugeriu estratégias para a resolução em outras Edições, caso estas venham a ocorrer, como se percebe na sua resposta:

- *“Acompanhar o processo de implementação do projeto de intervenção de forma a promover de fato que os cursistas façam uma intervenção no contexto local e consigam refletir sobre as principais causas dos problemas enfrentados no âmbito escolar.*
- *Realizar 01 encontro presencial com os cursistas no final de cada componente curricular;*
- *Apesar de algumas atividades terem a característica prática, não houve e ou não se percebeu no contexto local a realização das mesmas na prática pedagógica dos coordenadores.” [sic] (TT 2)*

Quanto às dificuldades encontradas no decorrer do CECOP 3, os Tutores endossam as falas dos Cursistas, apontando como maior dificuldade encontrada o acesso ao AVA/CECOP 3, mas que, com o apoio da Equipe Tecnológica e de colegas conseguiram superá-las. Igualmente, concordam que

a mediação da comunicação entre Professores e Cursistas, foi por muitas vezes um processo que demandou esforços além dos esperados. Acrescentaram que, a ausência dos Professores Pesquisadores nos Encontros Presenciais realizados nos Municípios-Polo foi um complicador a mais diante de uma das dificuldades, enquanto Tutor, conforme explicada.

“A dificuldade enquanto tutora foi o tempo todo ter que ser ponte entre professor e cursistas. Os cursistas reclamam muito da ausência dos professores nos encontros presenciais [Nos Municípios Polo – grifo da pesquisadora.” [sic] (TT 2)

Concernente às atribuições dos Coordenadores Pedagógicos, os Tutores elegeram a formação continuada, o acompanhamento dos planejamentos e das práticas pedagógicas no ambiente escolar como sendo as principais.

“O papel do Coordenador Pedagógico em parceria com o Professor. Realizando acompanhamento e fazendo devolutivas da prática pedagógica do professor em sala de aula, pois, é a partir dessa metodologia de trabalho que o Coordenador Pedagógico pode auxiliar o docente no processo ensino aprendizagem, fazendo-o refletir sobre sua prática em sala de aula.” [sic] (TT 1)

Neste espaço da pesquisa o referido Tutor (TT 2) traz como sugestão uma relevante contribuição: que em Edições futuras, inicialmente já sejam propostos pelos Cursistas os Projetos de Intervenções nas Unidades Escolares e que o Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de Projeto Vivencial - TCC/PV, venha a ser uma reflexão/avaliação acerca do processo de implementação e de desenvolvimento da Proposta de Intervenção proposta. Essa transformação contribuiria, significativamente, para a real aplicação dos Projetos de Intervenção do Curso, no decorrer do desenvolvimento do mesmo, e para uma mudança relevante no ambiente em que atuam e na qualidade da educação pública em todas as suas instâncias do Município que representam.

Quanto à compreensão do que representa a Coordenação Pedagógica, um Tutor revelou que compreende a importância desse setor qualificando-o como indispensável numa Unidade Escolar. Ele sinaliza que a Coordenação Pedagógica atua em parceria com a Equipe Gestora, buscando, entretanto,

melhorias para a escola como um todo. Já o outro Tutor pesquisado, não respondeu, especialmente, a este questionamento.

No que tange à continuidade de Formação para os Coordenadores Pedagógicos em nível de Mestrado e/ou Doutorado, os Tutores respondentes da pesquisa, revelaram concordância com a proposta quando legitimam a necessidade que estes Profissionais tem de se manterem em constante formação para a atualização e melhoria da qualidade do ensino. Validam também a Universidade Federal da Bahia como possível promotora destes Cursos visto a “(...) *Instituição já demonstrou que oferece um ensino de qualidade, com profissionais compromissados e competentes no que faz.*” [sic] (TT 1).

Contribuindo para com necessidade de validação e efetivação dos referidos Cursos, o TT 2 revela ainda que,

“Os Municípios carecem de profissionais com o conhecimento teórico que dê sustentabilidade a resolução dos problemas que permeiam a Educação Básica. Os profissionais pertencentes à rede pública de ensino não tem muitas possibilidades de realizar um mestrado/doutorado na sua área de atuação, devido a pouca oferta de vagas em universidades públicas, bem como da dificuldade de deslocamento para cidades que possuam universidades que ofertem tais cursos.”

Como um dos principais objetivos do Plano Nacional de Educação, bem como dos respectivos Planos Municipais de Educação dos Municípios é a melhoria da qualidade da educação, torna-se fundamental a garantia da qualificação profissional dos servidores diretamente envolvidos com a prática pedagógica.” [sic]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que:

- ✿ a presença do Coordenador Pedagógico, conforme resultado do estudo realizado, é imprescindível no ambiente dos Órgãos Centrais e das Unidades Escolares;
- ✿ segundo Libâneo (2015), o Coordenador Pedagógico é responsável pela viabilização, integração e articulação, do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade de ensino. (LIBÂNEO, 2015, p.180);
- ✿ segundo Nóvoa (1995), a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão (NÓVOA, 1995, p. 16)
- ✿ as Políticas Educacionais Nacionais são deveras importantes visto serem elas que determinam a(s) área(s) a ser(em) privilegiada(s) com investimento público na Educação;
- ✿ segundo Höfling (2001), tais Políticas devem atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, devem estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. (HÖFLING, 2001, p.39)

Propõe-se que, diante da relevância atribuída e legitimada legalmente através das LDBENs brasileiras analisadas no contexto deste Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, no que se referem às funções do Coordenador Pedagógico, os investimentos na área da Formação Continuada e em Serviço desse profissional se mostram latentes. Nesse sentido, a partir da pesquisa realizada segundo a opinião daqueles que participaram do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade Federal da Bahia, na sua 3ª Edição, foi notória a contribuição deste Curso para a melhoria

da qualidade não só da atuação desses Profissionais como, também, para com a melhoria do ensino no Estado da Bahia.

Os sujeitos pesquisados, através das respostas dadas às questões constantes no Questionário de Pesquisa traduziram, as suas motivações para realização do curso, a aplicabilidade e importância dos conhecimentos construídos, bem como, das formas que identificaram para superar as suas dificuldades. Demonstraram também, suas concepções de Coordenação Pedagógica e das suas atribuições enquanto profissional desta área, além de revelarem uma preocupação com a dificuldade de conseguir encontrar Formações Continuadas e em Serviço específicos àqueles que desejam se manter avançando profissionalmente.

A Revisão Bibliográfica e Documental realizada e trabalhada, principalmente, aquela específica em retratar, ao longo das 3 Edições, toda a trajetória do CECOP e do CECOP/UFBA, permitiu a compreensão que é necessário a consolidação de uma política permanente de Formação Continuada e em Serviço dos Coordenadores Pedagógicos para a Educação Básica no contexto da Educação Brasileira.

A experiência do CECOP demonstrou ser este uma fonte indispensável para os desdobramentos das necessárias políticas formativas, a serem aplicadas quer sejam em Cursos *Lato e/ou Stricto Sensu*, seguindo as especificidades e demandas das identidades regionais do vasto território brasileiro. Sem a pretensão de apontar receitas, sugere-se que a experiência de Formação na área em questão, que vem sendo oferecida pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia através do CECOP/UFBA, sirva como referência nacional para a Política Educacional de Formação dos Coordenadores Pedagógicos, conforme apontam diversos depoimentos registrados nos Questionários aplicados nesta pesquisa.

Revela-se, portanto, com o referido estudo, a emergência de uma demanda de formação na modalidade *Stricto Sensu* que favoreça a que os Coordenadores Pedagógicos do Estado da Bahia, possam ampliar suas pesquisas na área da Coordenação Pedagógica.

Por fim, sugere-se à Universidade Federal da Bahia que, diante do panorama aqui registrado, viabilize a abertura de uma Linha e/ou Núcleo de Pesquisa que abarque esses profissionais e suas demandas, propondo a implantação de um Mestrado na área específica podendo este ser descrito da Modalidade de Mestrado Profissional.

Desta forma, o TCC que ora está sendo apresentado se justifica tendo em vista a possibilidade que ele traz de fundamentar as prerrogativas evidenciadas e quando da realização do próprio trabalho caberia também, a de ser utilizado como subsídio para tomadas de decisões que favoreçam a valorização referendada por aqueles que vêm se debruçando nessa área, ou seja, a oferta mais frequente de Formações Continuadas e em Serviço para os profissionais desta área.

Esse propósito constitui-se num dos grandes desafios dessa área de estudo. E para enfrentar tal desafio, deve-se captar não somente aquilo que as preocupações e os propósitos de cada um determinam, mas aquilo que aparece no caminho, para trabalhar a competência e a capacidade de resolver problemas dos Coordenadores Pedagógicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. A. **Avaliação da Aprendizagem: do discurso teórico ao discurso jurídico**. 2007. 136 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ALVES, I. M. A.; GOES, M. C. L. (Org.). **O Coordenador Pedagógico no Contexto Escolar: coletânea de projetos vivenciais do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica na Universidade Federal da Bahia, na sua segunda edição**. 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

ALVES, I. M. A.; VENAS, R. F. (Org.). **O Coordenador Pedagógico na Escola Contemporânea: coletânea de artigos produzidos durante o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica na Universidade Federal da Bahia**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, outras Pedagogias**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BAHIA. **Estatuto do Magistério**. Disponível em: http://www.saeb.ba.gov.br/vs-arquivos/HtmlEditor/file/lei_est_8_261_29-05-02_estatuto_magisterio.pdf. Acessos em 12 de Abr. de 2016.

_____. **Plano Estadual de Educação, 2006**. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/2013/plano-estadual-de-educacao-item-5.pdf>. Acessos em 12 de Abr. de 2016

BRASIL. Congresso Nacional, (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal.

_____, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

_____, (2001). **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, UNESCO.

BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L.R.; CRISTOV, L. H. S (org.). **O Coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; ROCHA, Solange Helena Ximenes e DUARTE, Eliane Cristina Flexa . **Coordenação Pedagógica e Formação Continuada na perspectiva da Gestão Democrática**. Disponível em: http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo04_37/Maria%20Lilia%20Imbiriba%20Sousa%20Colares_int_GT4.pdf. Acesso em: 15 de Abr. de 2016;

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

FELDFEBER, Myriam; IMEN, Paulo. **A formação continuada dos docentes. Os imperativos da profissionalização em contexto de reforma educativa**. (p.165-186) Gênese de Andrade (Trad.). IN: Formação Continuada e Gestão da Educação. Naura Syria Carapeto Ferreira (Org.). 2ª ed. São Paulo, Cortez. 2006.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade**. Revista Múltiplas Leituras, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1176/1187> . Acesso em: 10 de abr de 2016

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Selma Veiga Francisco. **Representações sociais de coordenadores pedagógicos sobre seu próprio trabalho**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Humanidades e direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/ML/article/view/1176/1187>. Acessos em 20 de Mar. de 2016.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, Campinas , v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 27 mar. de 2016.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Novas realidades sociais, as reformas educativas, a organização e a gestão da escola**. IN: Educação escolar: políticas estruturas e organização. José Carlos; OLIVEIRA. João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. 10.ed.rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses** / Nídia M. L. Lubisco; Sônia Chagas Vieira. 5. ed. – Salvador: EDUFBA, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAGALHÃES, Lúcia Karam Corrêa de e AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza. **Formação Continuada e suas implicações: Entre a Lei e o Trabalho Docente**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan.-abr., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n95/0101-3262-ccedes-35-95-00015.pdf> .Acessos em 26 de jan. de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 1. 5. ed. - São Paulo : Atlas, 2003.

MIZIARA, Leni Aparecida Souto; GIOVANI Ricardo Ribeiro & BEZERRA, Ferreira. **O que revelam as pesquisas sobre a atuação do coordenador pedagógico**. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 241, p.

609-635, set./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/302712683>. Acesso em: 26 de jan de 2016.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. 2012. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4pol%C3%8Dtica-s-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 11 de Abr. de 2016.

PIRES, Ennia Débora Passos Braga. **Projeto Pedagógico e Política Educacional: um estudo em escolas de rede estadual de ensino da Bahia**. Tese(doutorado) – Campinas – SP, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/?code=000839739>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

PLACCO, Vera Maria Nigro De Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan De; ALMEIDA, Laurinda Ramalho De. **O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas**. Cad. Pesqui., São Paulo , v. 42, n. 147, p. 754-771, Dec. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Abr. 2016.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T.; ALMEIDA, L. R. **Proposição de Políticas Públicas quanto à Formação de Coordenadores Pedagógicos, Formadores de Professores**. Anais do XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0057s.pdf. Acesso em: 15 de Abr. de 2016.

PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R.; SOUZA, V. L. T. (Coord.). **O Coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições**. (Relatório de pesquisa desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas por encomenda da Fundação Victor Civita). São Paulo: FVC,

2011. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/pdf/apresentacao-coordenadores-qualitativo.pdf>. Acesso em: 10 de Abr. de 2016.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. **Desafios ao coordenador pedagógico no trabalho coletivo da escola: intervenção ou prevenção?** In: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (Org.). O Coordenador pedagógico e os desafios da educação. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2010a.

_____. **Diferentes aprendizagens do coordenador pedagógico.** In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Org.). O Coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Loyola, 2010b.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer. **Coordenador pedagógico: caminhos, desafios e aprendizagens para a prática educativa** / Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Avante Educação e Mobilização Social. - Salvador, 2012. Disponível em: <http://portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-cenap/publicacoes/Coordenador-Pedagogico-Caminhos-desafios-aprendizagens.pdf>. Acesso em: 06 de Abr. de 2016.

SCHWARTZ, Cleonara Maria (Org.). **Escola de gestores da educação básica: democracia, formação e gestão escolar: reflexões e experiências do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica no Estado do Espírito Santo** - Vitória: GM, 2ª edição - 2010. (p. 195-206)

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2789/1/RCRH-2006-273%5B1%5D%20ADM.pdf> Acesso em 27 de Mar. de 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 1985.

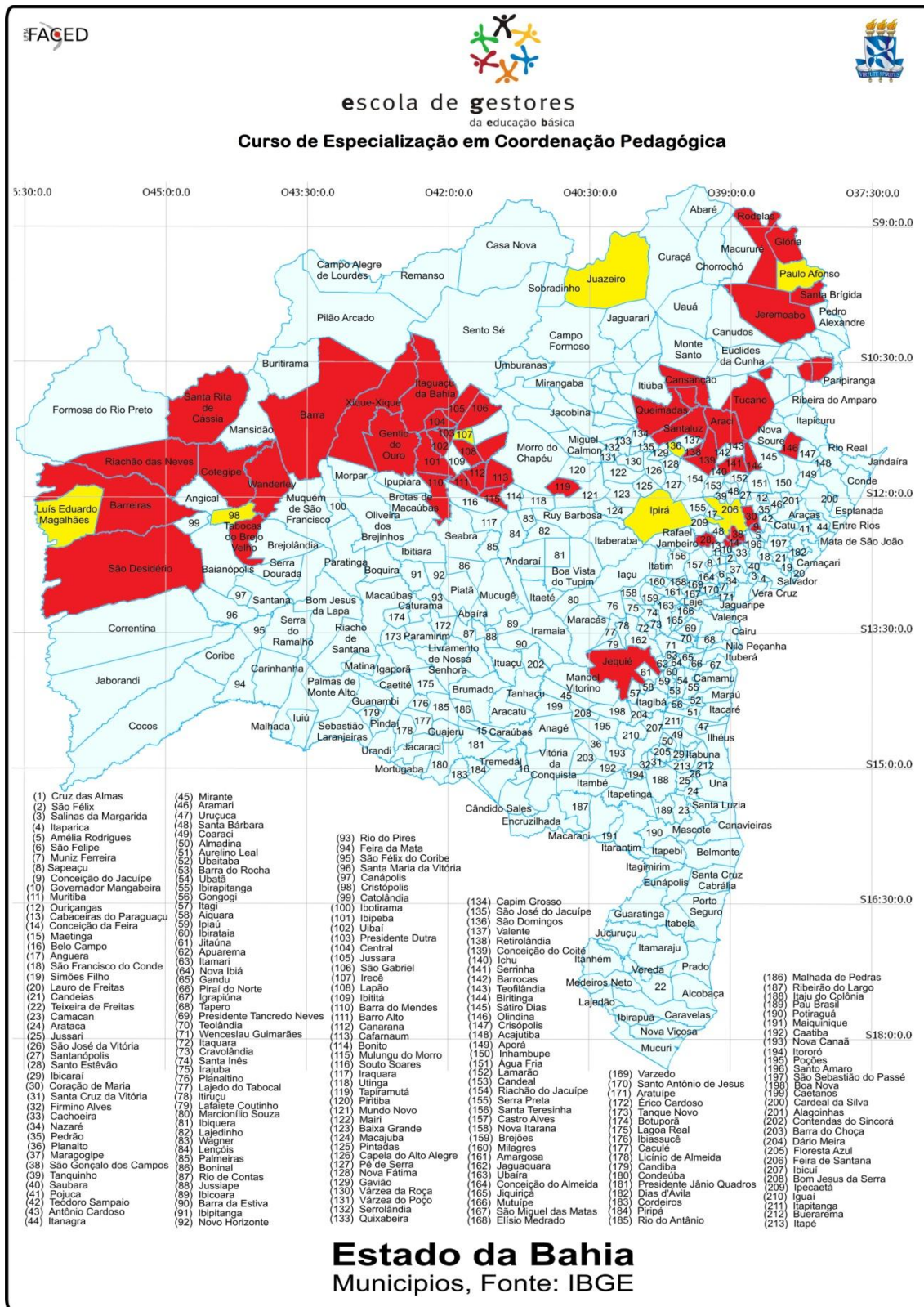
VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2013.

VENAS, Ronaldo Figueiredo. **A transformação da Coordenação Pedagógica ao longo das Décadas de 1980 e 1990**. Anais do VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. Sergipe: 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_17/PDF/47.pdf. Acesso em: 20 de Mar. de 2016.

VIEIRA, Sofia Lerche e VIDAL, Eloísa Maia. **Estudos & Pesquisas: contribuições para políticas educacionais** – Relatório Final. Fortaleza: Fundação Victor Civita, 2013. Disponível em: [.http://fvc.org.br/pdf/relatorio-final-pesquisas-politicas-2.pdf](http://fvc.org.br/pdf/relatorio-final-pesquisas-politicas-2.pdf). Acesso em: 10 de Abr. de 2016

ANEXOS

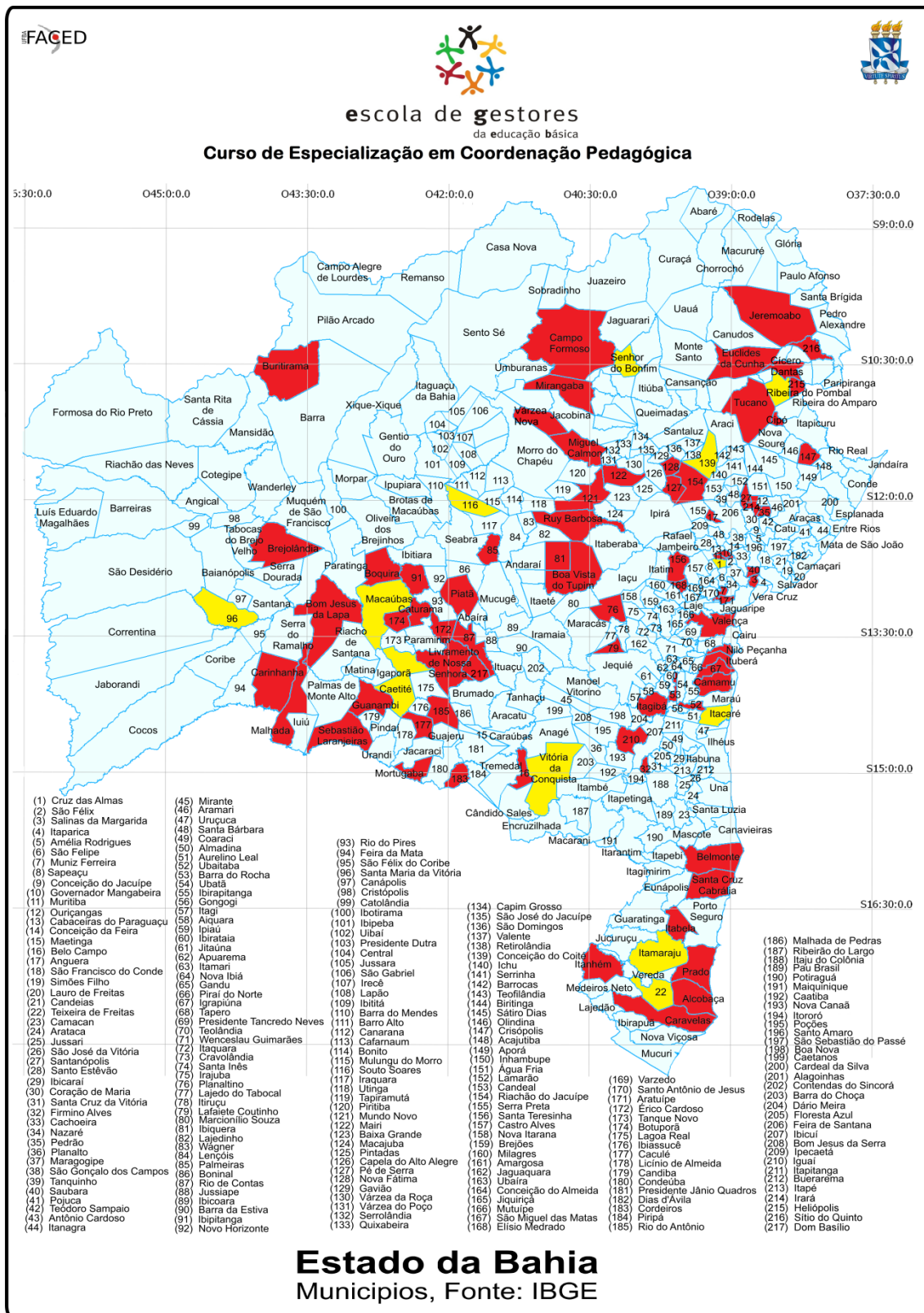
ANEXO 1 – Mapa com a abrangência do CECOP 1



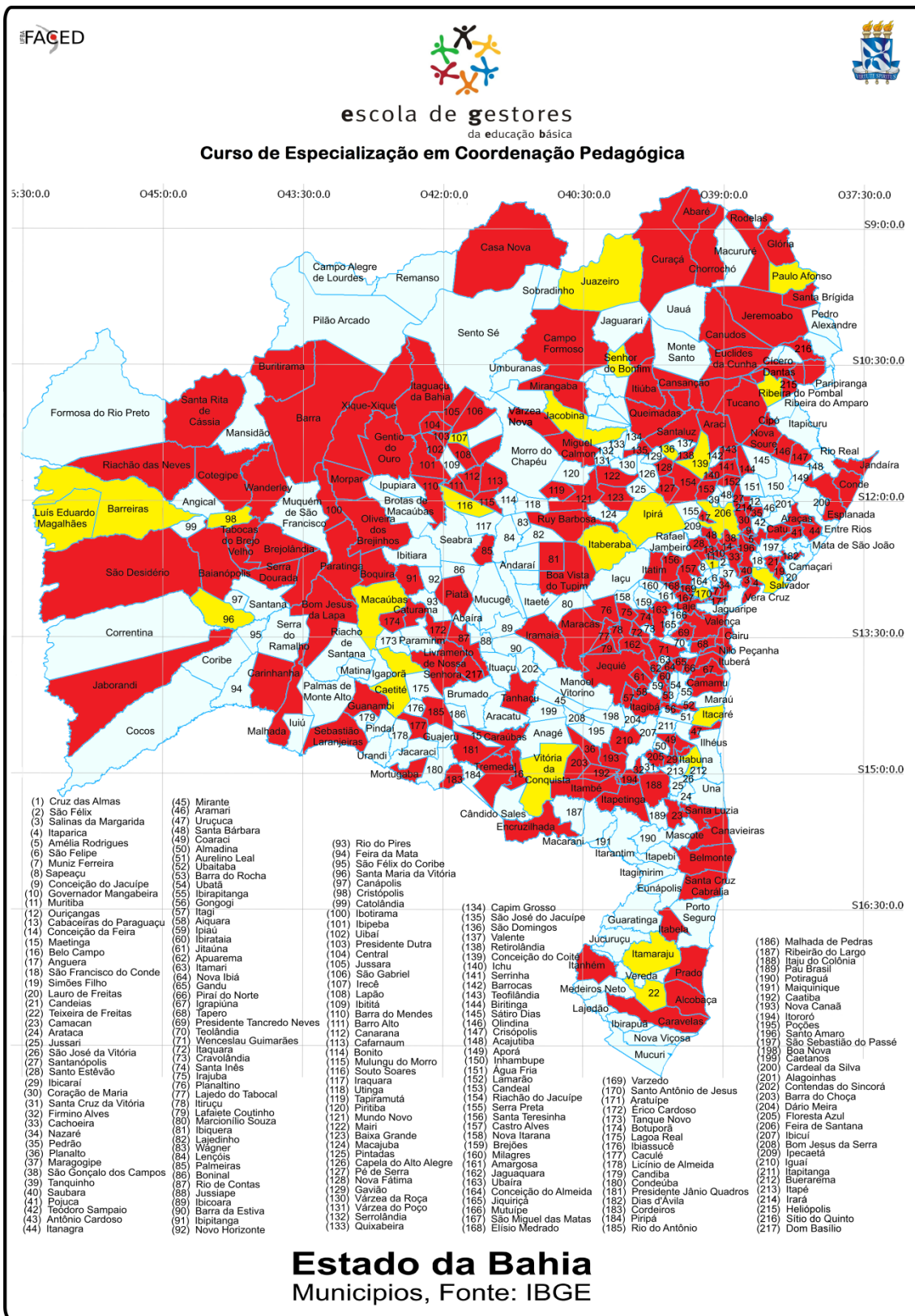
LEGENDA: ■ Município Satélite ■ Município-Polo

Fonte: Material produzido pela Equipe Tecnológica do CECOP 3.

ANEXO 3 – Mapa com a abrangência do CECOP 3



ANEXO 4 – Mapa com a abrangência do CECOP no estado da Bahia



ANEXO 5 - Quadro Demonstrativo dos Municípios do Estado da Bahia contemplados no CECOP 3.

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS NO CECOP 3	
MUNICÍPIOS-POLO	Nº DE MUNICÍPIOS NA TURMA
Caetité	07
Conceição do Coité	09
Cruz das Almas	10
Itacaré	10
Itamaraju	04
Macaúbas	08
Ribeira do Pombal	08
Santa Maria da Vitória	04
Senhor do Bonfim	06
Souto Soares	07
Teixeira de Freitas	05
Vitória da Conquista	07
TOTAL	85

MUNICÍPIOS-POLO E SEUS MUNICÍPIOS-SATÉLITE			
CAETITÉ	CONCEIÇÃO DO	CRUZ DAS ALMAS	ITACARÉ
Guanambi	Santanópolis	Aratuípe	Ituberá
Sebastião	Pedrao	Governador	Iguaí
Caculé	Anguera	Muniz Ferreira	Barra do Rocha
Mortugaba	Nova Fátima	Muritiba	Firmino Alves
Malhada	Irará	Salinas das Margarida	Nilo Peçanha
Rio do Antônio	Riachão do Jacuípe	Valença	Itagibá
Guanambi	Euclides da Cunha	Santa Teresinha	Ubaitaba
	Pé de Serra	Saubara	Igrapiúna
		Elisio Medrado	Camamu
ITAMARAJU	MACAÚBAS	RIBEIRA DO POMBAL	SANTA MARIA DA VITÓRIA
Belmonte	Boquira	Cícero Dantas	Bom Jesus da Lapa
Prado	Botuporã	Crisópolis	Brejolândia
Santa Cruz de	Buritirama	Cipó	Carinhanha
	Caturama	Heliópolis	
	Érico Cardoso	Jeremoabo	
	Ibipitanga	Ribeira do pombal	
	Livramento de Nossa	Sítio do Quinto	
		Tucano	
SENHOR DO BONFIM	SOUTO SOARES	TEIXEIRA DE FREITAS	VITÓRIA DA CONQUISTA
Campo Formoso	Boa Vista do Tupim	Alcobaça	Belo Campo
Mairi	Ibiquera	Caravelas	Cordeiros
Miguel Calmon	Palmeiras	Itabela	Lafaiete Coutinho
Mirangaba	Mundo Novo	Itanhém	Dom Basílio
Várzea Nova	Piatã		Planaltino
	Ruy Barbosa		Rio de Contas

ANEXO 6 – Quadro Demonstrativo do quantitativo de Coordenadores(as) Pedagógicos(as)/Cursistas do Estado da Bahia contemplados no CECOP 3.

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS NO CECOP 3	
MUNICÍPIOS-POLO	Nº DE CURSISTAS NA TURMA
Caetitê	47
Cruz das Almas	53
Itacarê	51
Itamaraju	49
Conceição do Coité	51
Macaúbas	50
Ribeira do Pombal	50
Santa Maria da Vitória	49
Senhor do Bonfim	50
Souto Soares	49
Teixeira de Freitas	50
Vitória da Conquista	53
TOTAL	602

Fonte: Relatório Parcial do CECOP 3 enviado à SEB/MEC.

ANEXO 7 – Ementas dos Componentes Curriculares no CECOP 3

<p>Componente Curricular: Escrita Acadêmica Carga Horária: 30 horas</p>
--

<p>EMENTA</p>

<p>Condições de produção escrita de textos acadêmicos em educação, enfatizando a importância dessa linguagem para o desenvolvimento cultural, científico e da pesquisa educacional. Gêneros textuais escritos do discurso acadêmico e suas configurações (resenha, ensaio, artigo, resumo, memorial, TCC/PV). Normas e procedimentos referentes à escrita acadêmica.</p>
--

<p>Componente Curricular: Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica Carga Horária: 40 horas</p>

<p>EMENTA</p>

<p>Política educacional e o princípio da gestão democrática: implicações necessárias no desenvolvimento e universalização da escola. A escola e a sala de aula como o <i>locus</i> de materialização da política educacional. Gestão democrática da educação e da escola: o trabalho de coordenação pedagógica. Financiamento da educação escolar pública: pressupostos, implicações e sua relação com a organização do trabalho escolar e com o direito à educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR): implicações na organização e gestão do trabalho pedagógico escolar.</p>

<p>Componente Curricular: Práticas e Espaços de Comunicação na Escola Carga horária: 40 horas</p>
--

<p>EMENTA</p>

<p>A coordenação pedagógica e a gestão dos processos de comunicação e dos fluxos de informação no ambiente educativo em articulação com as instâncias colegiadas da escola. As dimensões ética, estética, política e pedagógica dos ambientes comunicacionais e das tecnologias da informação e da comunicação. Educação e comunicação como práticas culturais. Processos educativos mediados por ambientes comunicacionais e seus espaços e tempos de sociabilidades, de produção e circulação de informações e de conhecimentos, de atuações políticas e de participação social. Suporte tecnológico e fomento de aprendizagens para a utilização dos diversos recursos da telemática com vistas à aplicação nas atividades gestoras.</p>

Componente Curricular: TEE - Oficina Tecnológica: construindo sítios na Web
Carga Horária: 30 horas

EMENTA

Efeitos da presença das diversas mídias eletrônicas nos ambientes escolares e extraescolares e das suas possibilidades de incremento da eficiência e eficácia dos processos de ensino e de aprendizagem. Utilização das TICs como ferramentas didáticas.

Componente Curricular: Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar
Carga Horária: 40 horas

EMENTA

Currículo escolar como espaço de poder, cultura, ideologia e hegemonia. Tendências atuais na organização curricular. Currículo na educação básica: diretrizes curriculares, parâmetros curriculares nacionais, base nacional curricular para a Educação Básica (SEB/MEC - Projeto Indagações Curriculares) e orientações curriculares específicas da escola, do município e do estado. Planejamento curricular como um instrumento de viabilização do direito à educação.

Componente Curricular: Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico
Carga Horária: 40 horas

EMENTA

A centralidade da aprendizagem nas práticas educativas escolares. Os sujeitos da aprendizagem. A relação entre coordenadores e professores no processo de ensino e de aprendizagem. A ampliação dos espaços de aprendizagem e novas possibilidades de atuação do professor na escola.

Componente Curricular: Avaliação Escolar
Carga Horária: 40 horas

EMENTA

Aspectos histórico e político da avaliação da aprendizagem. Finalidades, procedimentos e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Conceituação, princípios e procedimentos de avaliação institucional. Organização do projeto de autoavaliação da escola. Caracterização das políticas de avaliação em larga escala implantadas no

Brasil, compreensão de seus delineamentos, instrumentos e resultados. Articulação entre autoavaliação e avaliação externa.

Componente Curricular: Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico

Carga Horária: 40 horas

EMENTA

Análise crítica e de conjunto da prática do coordenador pedagógico. A organização do trabalho pedagógico escolar, a gestão democrática, a mediação e as atribuições do coordenador pedagógico. Desafios para escola na atualidade: disciplina, liberdade, autonomia e violência na escola.

Componente Curricular: Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino

Carga Horária: 40 horas

EMENTA:

Aspectos históricos, legais e políticos do planejamento escolar e de ensino na perspectiva democrática. Planejamento escolar e do ensino: conceituação, objetivos e finalidades. O Projeto Político-Pedagógico e a análise da realidade escolar: condições para sua elaboração e implementação. O Projeto Político-Pedagógico e participação dos profissionais da educação no processo de democratização da gestão escolar. O PDE-Escola e sua relação com o Projeto Pedagógico da Escola. O Projeto Político-Pedagógico e a atuação do Conselho Escolar e do Conselho e Séries/Ciclos e a construção de relações interpessoais na perspectiva democrática.

Componente Curricular: TCC/Projeto Vivencial - PV

Carga Horária: 45 horas

EMENTA

Formulação e desenvolvimento de projeto de intervenção ou pesquisa na escola com estreita vinculação com o Projeto Político-Pedagógico; Técnicas de elaboração de projetos; Orientação, acompanhamento e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

FONTE: Relatório Final do CECOP 3 enviado ao SIMEC.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Questionário aplicado junto à 10% dos participantes do CECOP, na sua 3ª Edição.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



QUESTIONÁRIO

DADOS REFERENTES À SUA PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, NESTA SUA 3ª EDIÇÃO

1. Qual a **principal** motivação para a sua participação no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, nesta 3ª Edição?^{*15}

Financeira

Plano de Carreira

Pedagógica

Qualificação Profissional / Currículo Lattes

Ocupação de um tempo disponível

Outra(s): _____

2. Você vem utilizando os conhecimentos adquiridos quando da sua participação no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, nesta 3ª Edição na sua atuação profissional?*

¹⁵ * Preenchimento obrigatório.

Quase sempre

Eventualmente

Raramente

Nunca

3. Cite 03 adjetivos que melhor representam a importância do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, nesta 3ª Edição para seu exercício profissional.*

Resp.:

4. Da mesma forma, cite 03 adjetivos que melhor representam o que o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, nesta 3ª Edição poderia trazer, mas não trouxe, para seu exercício profissional.*

Resp.:

5. Você encontrou algum tipo de dificuldade enquanto participante do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, nesta 3ª Edição? Em caso afirmativo que dificuldade(s) foi(ram) esta(s) e como a(s) enfrentou e/ou a(s) superou?*

Resp.:

6. O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, nesta 3ª Edição destacou as atribuições que você considera específicas a serem desenvolvidas pelo(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) numa Unidade Escolar? Em caso afirmativo qual(is) das que foram destacadas você considera como essencial(is) na atuação deste(a) profissional? Por quê?*

Resp.:

**DADOS REFERENTES À SUA EXPERIÊNCIA NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, NESTA SUA 3ª EDIÇÃO**

7. A partir da sua experiência, enquanto participante do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, nesta 3ª Edição o que você entende por Coordenação Pedagógica?*

Resp.:

8. A partir da sua experiência, enquanto participante do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, nesta 3ª Edição você considera importante a indicação de um Curso *Stricto Sensu*, Mestrado e Doutorado, nesta área de conhecimento? Justifique sua resposta?*

Resp.:

Tenha a certeza que suas respostas em muito, contribuirão para a realização da nossa pesquisa. Mais uma vez obrigada!